



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO**

MARNIE DE ALBUQUERQUE CORDEIRO BARBOSA SANTOS

**POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFPE E OS DESAFIOS EM
PERÍODO DE PANDEMIA PELA COVID-19**

**RECIFE
2024**

MARNIE DE ALBUQUERQUE CORDEIRO BARBOSA SANTOS

**POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFPE E OS DESAFIOS EM
PERÍODO DE PANDEMIA PELA COVID-19**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Políticas Educacionais, Planejamento e Gestão da Educação.

Orientadora: Ana Lúcia Félix dos Santos

**RECIFE
2024**

CATALOGAÇÃO BIBLIOTECA

Catálogo na fonte
Bibliotecário Bruno Márcio Gouveia, CRB-4/1788

S237p Santos, Marnie de Albuquerque Cordeiro Barbosa
Política de assistência estudantil na UFPE e os desafios em período de
pandemia pela COVID-19 / Marnie de Albuquerque Cordeiro Barbosa Santos.
– 2024.
157 f.
Orientação de: Ana Lúcia Félix dos Santos.
Dissertação (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro
de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação, 2024.
Inclui Referências, apêndices e anexos.
1. Educação superior. 2. Assistência estudantil. 3. COVID-19, Pandemia
de, 2020 - (Brasil). I. Santos, Ana Lúcia Felix (orientação). II. Título.
378 (22. ed) UFPE (CE 2024-081)

MARNIE DE ALBUQUERQUE CORDEIRO BARBOSA SANTOS

**POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFPE E OS DESAFIOS EM
PERÍODO DE PANDEMIA PELA COVID-19**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em: 02 de fevereiro de 2024

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Félix dos Santos (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Luciana Rosa Marques
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Swamy de Paula Lima Soares
Universidade Federal da Paraíba

Aos meus filhos, minha mãe e meus irmãos, que sabem a importância desta conquista e as dificuldades vivenciadas.

AGRADECIMENTOS

A escrita destes agradecimentos é repleta de emoções e recordações, de alegrias, tristezas, serenidade e energia insistente pela realização de um sonho, que precisou ser reiniciado várias vezes.

Foi um longo caminho, cheio de percalços e turbilhões de acontecimentos, mas chegamos na conclusão deste trabalho que traz tanto orgulho. E com o coração que bate fora do peito, trago a gratidão a todas e todos que estiveram comigo. Só consegui chegar aqui porque tive apoio de pessoas fundamentais nesta trajetória.

Agradeço imensamente a Deus, pela força, coragem e proteção. Sempre senti Tua presença em minha vida.

Agradeço a minha família, minha base de amor, amizade, confiança e perseverança, sempre apoiou minhas decisões. Minha mãe Nildete, meus irmãos Márcio, Alexandre e Aderson. Com vocês a caminhada da vida fica mais leve. Ao meu pai, Manoel Cordeiro, que não está mais conosco fisicamente, mas permanece vivo em nossas lembranças. Tenho certeza que está muito feliz, pois sempre foi incentivador incansável das nossas conquistas.

Meus filhos Beatriz, Luiza e Heitor. Meu Deus, como sou grata pela dádiva de ser mãe dessas pessoas lindas. Gratidão por me ensinarem todos os dias sobre amar. Vocês são a luz dos meus dias e agradeço por existirem na minha vida, por serem minha vida. Também agradeço por compreenderem as minhas ausências nos momentos da construção deste trabalho. Amo vocês para sempre.

Gratidão à Profa. Dra. Ana Lúcia Félix, pela condução impecável na orientação desta pesquisa. Amiga, sensível, experiente, humana que participou dessa construção sempre incentivando e pronta a acolher minhas dúvidas. Obrigada pela compreensão frente a tantos percalços no desenvolvimento deste trabalho. Ana, não tenho palavras para agradecer por tanto, mas obrigada por confiar em mim com graça, amorosidade e generosidade.

Pela gentileza, presteza e pelas importantes contribuições ao processo de pesquisa, agradeço também aos professores, que compuseram a banca de qualificação, Prof. Dr. Assis Leão e Prof. Dr. Swamy Soares.

Aos queridos amigos e incentivadores, Alexandre Viana e Laurecy Dias, companheiros de grandes jornadas, nunca deixaram que eu desistisse desse sonho.

Aos amigos da corrida, Yêda, Adélia, Túlio, Mila, Marcos, grupo do Bora e Pace docinho, eles não imaginam o quanto foram importantes nesse período, afinal, foram várias aventuras no mundo mágico do asfalto, onde eu renovava minhas energias. Mas, confesso que não é fácil acordar às 4:30h e, por muitas vezes, treinava na força do amor.

Ao amigo Rodrigo Nascimento, RAN Assessoria, que contribuiu nesse processo de foco, disciplina e determinação, obrigada pelas planilhas de treino de corrida, me incentivando a alçar novos desafios.

Ao Tesoura e 30 Anos, grupos do mundo virtual, mas amigos da jornada da Educação, que tem uma energia massa, que ultrapassa as telas e movimenta nossos dias.

Durante essa trajetória do mestrado, fiz novas amizades que vou levar para além da UFPE, alguns perto, outros nem tanto, mas todos queridos, atenciosos e parceiros. Minha gratidão a todas e todos, principalmente Emanuelle (Manu), Dalila, Danila, Márcia, Dany, Paulo Bruno, Mawison Lima e Thamyrys, que sempre fizeram importantes pontuações na minha pesquisa, além dos ricos debates no nosso grupo de estudos.

Anderson Costa, amizade iniciada pela tela do computador, mas já anunciava que seria dali para a vida... Agradeço pela disponibilidade e apoio de sempre, quando por várias vezes eu aperreava com minhas dúvidas, inquietações e preocupações... Minha gratidão e admiração.

Aos colegas da turma 39 do curso de Mestrado em Educação da UFPE. Foi uma formação de trajetória muito atípica, pois nosso ingresso aconteceu no contexto mais assustador que já vivi, o período da pandemia da Covid-19. Nos conhecemos pelas telas dos computadores e nunca tivemos um encontro presencial, mas acolhemos e fomos acolhidos nas diferentes demandas.

Em meus dias de produção em casa, tive uma companhia diária, grudada aos meus pés, ora pedindo carinho, ora avisando que era o momento de parar um pouquinho para brincar com ela, mas sempre junto nessa longa jornada. Amiga de quatro patas, Zara, você ajudou muito.

À FACEPE – Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco.

Por fim, agradeço à equipe gestora da PROAES, que contribuiu significativamente na construção desta pesquisa.

RESUMO

O período de 2020 a 2022 foi marcado pela pandemia da Covid-19, que afetou de todas as formas a população mundial. No caso da educação, presenciamos uma reorganização das instituições para atender às demandas urgentes da comunidade acadêmica, principalmente para dar continuidade ao processo pedagógico nos diversos segmentos escolares. No ensino superior também observou-se a utilização de estratégias para reduzir os agravos instaurados pela pandemia. No caso da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), foco desta investigação, houve mobilização para garantir que a dinâmica acadêmica fosse retomada, inclusive com ajustes na Política de Assistência Estudantil (PAE). Essa política tem como base o Decreto 7.234/2010, o qual institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), cujo intuito é intervir na realidade adversa dos jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Esta pesquisa investigou como a UFPE estruturou, organizou e mobilizou as políticas de assistência estudantil para garantir a permanência dos alunos nas atividades universitárias durante a pandemia da Covid-19. Teve como objetivo compreender como a UFPE estruturou e organizou a Política de Assistência Estudantil no sentido de minimizar a vulnerabilidade socioeconômica dos alunos e garantir a participação deles nas atividades de ensino, durante a pandemia da Covid-19. Nesta pesquisa, de base qualitativa, analisamos documentos e realizamos entrevistas com os sujeitos envolvidos na gestão da Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis (PROAES). Os resultados revelaram que diversas ações foram desenvolvidas, dentre as quais a reorganização da oferta de alimentos aos estudantes, a condução de estudantes às suas residências, a ampliação do número de estudantes assistidos, o redimensionamento das bolsas e auxílios da Política de Assistência Estudantil, o lançamento do Programa de Inclusão Digital, por meio da oferta de equipamentos eletrônicos, chips para acesso à internet e auxílio para custear a compra de computadores e tablets. Porém, a oferta dessas ações esbarrou nos gargalos financeiros definidos pelos recursos do governo federal por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil.

Palavras-chave: política educacional; assistência estudantil; PNAES; pandemia da Covid-19; UFPE.

ABSTRACT

The period from 2020 to 2022 was marked by the Covid-19 pandemic, that affected the world population in every way. In the field of education, we witnessed a restructure of the institutions to meet the urgent demands from the academic community, focusing mainly in giving continuity to the pedagogical process in the many different school segments. In higher education it can also be observed the instauration of strategies to reduce the impact caused by the pandemic. In the case of the Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, focus of this investigation, there was a great mobilization to ensure that the academic dynamic would be resumed, including the adjustment of the Student Assistance Policy (Política de Assistência Estudantil - PAE). This policy is based on the 7.234/2010 Decree, which institutes the National Student Assistance Program (Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES), that comes with the intention to intervene in the adverse reality of the young-adults in a situation of socioeconomic vulnerability. This research investigated how the UFPE structured, organised and mobilised the Student Assistance Policy to ensure the permanence of the students in the university activities during the Covid-19 pandemic. The research, with qualitative approach, analysed documents and applied interviews to subjects involved in the Dean of Student Matters (Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis - PROAES). The results reveal that a set of actions were taken, including the restructure of meal offering to students, transport of the students to their residence, an increase of the number of students being assisted, redimensioning of PAE's scholarships and aids, release of the Digital Inclusion Program (Programa de Inclusão Digital), through the offer of electronic equipment, SIM-card for internet access, and financial aid to support the purchase of personal computers and tablets. However, the offering of these shares ran into the financial bottlenecks defined by the Federal Government resources through PNAES.

Keywords: Educational Policy; Student Assistance; PNAES; Covid-19 Pandemic; UFPE.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	- Documentos de análise.	27
Quadro 2	- Gestores da Assistência Estudantil na UFPE.....	28
Quadro 3	- Apresentação das Pró-Reitorias da UFPE.....	31
Quadro 4	- Apresentação quantitativa dos dados da assistência estudantil na UFPE.....	35
Quadro 5	- Editais e informes do site da UFPE analisados.....	74
Quadro 6	- Apresentação dos níveis das bolsas e dos auxílios nos diferentes <i>campi</i> da UFPE.....	97
Quadro 7	- Apresentação do redimensionamento das bolsas e auxílios da UFPE.....	98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE	- Assistência Estudantil
ANDIFES	- Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANPED	- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BDTD	- Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CAA	- Centro Acadêmico do Agreste
CAEST	- Coordenação Setorial de Assistência Estudantil
CAV	- Centro Acadêmico de Vitória
CEU	- Casa de Estudantes Universitários
CF	- Constituição Federal
CFE	- Conselho Federal de Educação
DAE	- Diretoria de Assistência Estudantil
DAN	- Diretoria de Alimentação e Nutrição
DSS	- Divisão de Serviço Social
EAD	- Educação à Distância
ES	- Ensino Superior
ESPII	- Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional
FADE	- Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE
FHC	- Fernando Henrique Cardoso
FIES	- Fundo de Financiamento Estudantil
IES	- Instituição de Ensino Superior
IFES	- Instituto Federal de Ensino Superior
INEP	- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	- Ministério da Educação
NAEST	- Núcleo de Assistência ao Estudante
NASE	- Núcleo de Atenção à Saúde do Estudante
OMS	- Organização Mundial da Saúde
PAE	- Política de Assistência Estudantil
PEC-G	- Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
PNE	- Plano Nacional de Educação
PROAES	- Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis
PROACAD	- Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos
PROCOM	- Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários
PROEXC	- Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PROGEPE	- Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida
PROGEST	- Pró-Reitoria de Gestão administrativa
PROGRAD	- Pró-Reitoria de Graduação
PROMISAES	- Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior
PROPESQI	- Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação
PROPG	- Pró-Reitoria de Pós-Graduação
PROPLAN	- Pró-Reitoria de Planejamento Orçamentário e Finanças
PROUNI	- Programa Universidade para Todos
REUNI	- Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RNP	- Rede Nacional de Ensino e Pesquisa

RU	- Restaurante Universitário
Sesu/MEC	- Secretaria de Educação de Ensino Superior do Ministério da Educação
SIB	- Sistema Integrado de Bibliotecas
SIGAA	- Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SISU	- Sistema de Seleção Unificada
SUDENE	- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UFPE	- Universidade Federal de Pernambuco
UFBA	- Universidade Federal da Bahia
UR	- Universidade do Recife

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	22
2.1 Caminho Metodológico.....	22
2.2 Campo e sujeitos da pesquisa.....	26
2.2.1 Campo da Pesquisa	26
2.2.2 Sujeitos da Pesquisa	32
2.3 Coleta e Análise dos Dados.....	32
2.3.1 Coleta dos dados	33
2.3.2 Análise dos dados	33
3 ESTADO E POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO: UMA RELAÇÃO IMBRICADA	36
4 ANOTAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE O ENSINO SUPERIOR E A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL	45
4.1 O PNAES como política de assistência estudantil no Brasil atual.....	52
4.2 O olhar dos autores sobre a assistência estudantil: o que mostram as produções científicas?	61
5 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, VULNERABILIDADE ESTUDANTIL E PANDEMIA: PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS DA PROAES-UFPE	67
5.1 Assistência Estudantil da UFPE durante o período pandêmico.....	89
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	107
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA COLETA DE DADOS COM O PRÓ-REITOR DA PROAES	114
APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM A EQUIPE GESTORA DA PROAES –UFPE	117
APÊNDICE C - QUADRO DE DOCUMENTOS APRESENTADOS NA PÁGINA DA PROAES	119

**ANEXO A - LEVANTAMENTO BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA
DE TESES E DISSERTAÇÕES BDTD.....**

131

1 INTRODUÇÃO

É evidente que a produção acadêmica apresenta um debate vasto sobre a expansão do Ensino Superior (doravante, ES) no Brasil (Carvalho, 2014; Martins, 2000; Penha, 2015; Soares, 2017), constatando, entre outras coisas, um crescimento significativo, nos últimos anos, no ensino superior privado, como também no ensino superior público. Martins (2000), ao resgatar aspectos sobre a expansão do ensino superior, relata que houve vários momentos de oscilação, ocasionando desde um forte impulso expansionista, durante os anos 70, passando por um período de franco arrefecimento, nos anos 1980, e chegando quase a uma situação de estagnação no número de matrículas na graduação. O autor aponta uma recuperação na capacidade de crescimento acelerado, por volta da década de 1990.

Em relação ao crescimento do ES observa-se que houve, no Brasil, um diferencial, a partir dos anos 2000. Os dados do Censo¹ da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (doravante, INEP) apontam que, em 1991, existiam 4.908 cursos de graduação. Já no ano de 2018, esse número subiu para 37.962, quando também foi expressivo o aumento no número de matrículas e instituições. Segundo os dados do INEP, o país tem cerca de 8,4 milhões de universitários. Das 8.450.755 matrículas no Censo de 2018, 2.077.481 foram de Instituições de Ensino Superior (IES) federais, enquanto 434.460 foram matrículas oriundas do programa de reserva de vagas para estudantes procedentes de escola pública, sem o qual, dificilmente, teríamos o ingresso da população menos favorecida, pois, historicamente, o acesso ao ensino superior configura privilégio de poucos.

Os dados do INEP demonstram que o ensino superior privado apresentou um crescimento bem superior ao público. Tínhamos, em 2000, uma representação de 1.004 instituições privadas, chegando a mais que o dobro desse valor no censo de 2019, num total de 2.306. Já no ensino superior público, destaca-se que, em comparação a décadas anteriores, os anos 2000 apresentam uma expansão significativa nas instituições federais no Brasil, que traduziu-se na criação de universidades, expansão de *campi*, oferta de novos cursos e no aumento expressivo de vagas para os estudantes, que foi representado

¹ <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>.

por 39 universidades públicas federais no Censo de 2000 e na estatística do Censo 2020. Do número de 112 universidades públicas, 69 são universidades federais, distribuídas em todo o território brasileiro, indicando a representação desse aumento.

É importante destacar que, com a expansão das instituições públicas de ensino superior, oportunizou-se também um processo de democratização do acesso para as camadas populares, o que se deu por meio de um conjunto de políticas afirmativas², que possibilitaram a construção de trajetórias educacionais, como, por exemplo, as leis de cotas raciais, cotas sociais, o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), entre outras.

A Lei nº 12.711/2012 dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Essa lei garante reserva de 50% das vagas nas instituições federais para estudantes que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas, estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) *per capita*, os autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência (BRASIL, 2012). Dessa forma, a universidade pública passou a ser ocupada, de forma significativa, por jovens de classes populares que são historicamente excluídos do ensino superior público e que garantiram o direito à sua formação gratuita e de qualidade.

Mesmo com o ES alcançando as camadas mais populares, possibilitando acesso aos estudantes que estão fora das classes sociais mais privilegiadas, esse ensino não é considerado ES de massa, se configurando, ainda, como ES de elite. Essa discussão é apresentada no trabalho de Gomes e Moraes (2012), no qual os autores analisam a expansão do ES, com o propósito de esclarecer a transformação de um ES de elite para um sistema de massa no Brasil. Esse trabalho foi desenvolvido a partir dos estudos de Martin Trow (1973; 2005), que reflete sobre a “transição do sistema de elite para o sistema de massa e deste para o sistema de acesso universal” (Gomes; Moraes, 2012, p. 172). Os autores discutem o movimento dessas transições para a realidade do Brasil, entendendo que não é uma perspectiva exclusivamente da expansão quantitativa, mas das

² Políticas afirmativas são, aqui, entendidas como as políticas públicas direcionadas aos grupos que, historicamente, sofrem discriminações.

diferentes manifestações que envolvem a expansão do ES no Brasil, como, por exemplo, a taxa de crescimento de matrículas.

De fato, percebemos que, na história do ES no Brasil, houve ações na tentativa de ampliar a participação da classe menos favorecida da nossa população na universidade, porém ainda não podemos nos colocar na categoria de “sistema de massa”, entendendo que esse processo está em construção e depende de ações de um sistema moroso, que, muitas vezes, realiza ações que retardam o processo, como é o caso, por exemplo, dos cortes orçamentários para a educação, realizados pelo governo federal na gestão de Jair Bolsonaro (2019-2022), apresentando rebote negativo na democratização do ES, assim como na permanência dos estudantes na universidade.

Esse processo de ingresso crescente à educação superior é apontado nos estudos de Gomes e Moraes (2012) enquanto

manifestações do crescimento do Sistema de Educação Superior, e faz incorporar de forma igualmente crescente diferenças sociais, econômicas, culturais, étnico-raciais e regionais às Instituições de Ensino Superior (IES), e tende a colocar em xeque o mandato e o *modus operandi* deste nível de ensino (Gomes; Moraes, 2012, p. 174).

A partir dessa conquista, ficou evidente também que, além da luta pelo acesso à universidade pública no Brasil, outra questão bastante complexa é a permanência, com qualidade, dos alunos de classe populares que vivem em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O acesso às universidades públicas aumentou significativamente nos últimos anos, mas permanecer nas universidades requer um esforço singular, pois cada estudante precisa enfrentar toda a diversidade socioeconômica imposta. Muitos estudantes que cursam o ensino superior precisam trabalhar para se sustentar e, muitas vezes, sustentar as próprias famílias, o que acarreta possíveis afastamentos das atividades pedagógicas ou, até mesmo, a desistência do curso.

Os motivos da evasão na educação superior são inúmeros. Portanto, é importante que haja ações que, efetivamente, garantam aos estudantes a sua permanência para concluir, com sucesso, a sua trajetória educacional. Para Triguinho (2008), a evasão escolar, no ES brasileiro, é um fenômeno grave que acontece tanto nas instituições públicas quanto nas privadas e requer medidas eficazes de combate. Acreditamos que as ações afirmativas são estratégias de política pública que contribuem para que a evasão escolar não ocupe destaque no percurso de formação no ES.

A evasão no ensino superior é percebida como um problema evidente em diversas instituições, acarretando vários danos ao ensino em geral, sendo considerada, como um problema social, visto que as perdas de estudantes que iniciam, mas não terminam seus cursos, são desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos; além de uma fonte de ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico (Silva Filho *et al.*, 2007, p. 642). Corroborando essa afirmativa, Guimarães e Leite (2016) indicam que a evasão é evidenciada no Brasil em todos os níveis e redes de ensino, gerando responsabilização governamental e institucional pelas vagas públicas abertas.

Os estudos de Guimarães e Leite (2016) consideram a existência de fatores individuais, internos e externos às instituições, que motivam a evasão, explicando que

Os fatores individuais destacam aspectos peculiares às características do estudante. Já os fatores internos às instituições são problemas relacionados à infraestrutura, ao currículo, à gestão administrativa e didático-pedagógica da instituição, bem como outros fatores que desmotivam e conduzem o aluno a evadir do curso. Quanto aos fatores externos às instituições, relacionam-se às dificuldades financeiras do estudante de permanecer no curso e às questões inerentes à futura profissão (Guimarães e Leite. 2016, p. 42).

Cursar uma universidade é o sonho de muitos jovens brasileiros, mas muitos deles não têm essa chance, por vários motivos, principalmente pelas condições socioeconômicas desfavoráveis. A exclusão social afasta, cada vez mais, a realização desse sonho.

É dessa realidade tão adversa que nasceu nosso interesse pela temática desta pesquisa. Atuantes, enquanto docentes no ES em instituições da rede privada de ensino, vivenciamos, nas diversas realidades apresentadas pelos estudantes, as dificuldades em decorrência da adversidade social para a permanência e conclusão da formação superior. Na intenção de ampliar nosso olhar para a política pública de permanência no ES, nosso estudo se volta às Instituições Federais de Ensino Superior (doravante, IFES), especificamente às universidades federais, que concretamente executam políticas de permanência aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica.

É preciso aproximar os jovens das ciências e as ciências dos jovens, estabelecendo o acesso ao conhecimento e acreditando que essa construção educacional perpassa pela construção e reconstrução de mundo. Segundo Japiassu (2012), o mundo é tal como o sujeito o reconstrói. O autor afirma que

o sujeito humano é dominado por forças inconscientes que o atravessam: é determinado por algo de exterior, por uma regra que lhe escapa. Desencadeia-se todo um processo de objetivação do sujeito que se arma dos instrumentos de conhecimento fornecidos por sua ciência para conhecer melhor aquele que a pratica e melhorar seu modo de praticá-la (Japiassu, 2012, p. 17).

Esse movimento, abraçado na relação da construção do conhecimento, é repleto de dificuldades e exige superar as diferenças entre os homens, respeitando seus direitos sociais, políticos, econômicos e culturais, diminuindo, cada vez mais, as diferenças sociais.

Com o intuito de interferir nessa realidade tão adversa dos jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o governo federal criou, em 2008 o Programa Nacional de Assistência Estudantil³ (doravante, PNAES), instituído pelo Decreto nº 7.234/2010 da Presidência da República, cujo objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidade entre todos os estudantes e contribuir para melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão (Brasil, 2010).

Esse Programa apresenta dez áreas de amparo aos estudantes, quais sejam: alimentação, moradia, transporte, creche, inclusão digital, esporte, saúde, cultura, apoio pedagógico e inclusão de estudantes com deficiência física e déficit de aprendizagem (BRASIL, 2010), trazendo possibilidades de melhoria das condições de permanência dos estudantes.

Passados 15 anos do PNAES, percebemos que, por um lado, esse Programa tem conseguido dar conta de um dos seus objetivos, qual seja: diminuir as situações de repetência e evasão, conforme indicado nos estudos de Soares (2017), quando a autora afirma que a Assistência Estudantil (doravante, AE) vincula-se às políticas de evasão, uma vez que apresentam possibilidades para a manutenção dos discentes nas universidades. Também pontuamos o estudo de Barbosa (2017), pois o autor concluiu que o PNAES foi efetivo no aspecto pertinente à evasão dos alunos ingressantes na universidade por ele investigada. Por outro lado, constatamos também os entraves dessa política, verificados nos recursos advindos do Ministério da Educação (doravante, MEC),

³ Segundo Kowalski (2012), o registro histórico sobre assistência estudantil data do período do império de 1928, durante o governo de Washington Luís, quando foi estabelecida a Casa do Estudante Brasileiro em Paris. Em um período no qual o acesso ao Ensino Superior era bastante restrito, aberto apenas para as elites brasileiras.

os quais têm diminuído, cada vez mais, ocasionando, dessa forma, um acesso cada vez menor por parte dos estudantes vulneráveis ao Programa.

Divulgado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (doravante, ANDIFES), em 2014, os recursos para as despesas discricionárias⁴ das universidades federais eram de R\$7,4 bilhões e, em 2021, o previsto foi de R\$4,3 bilhões. Esse corte interferiu diretamente na manutenção de custos nas universidades, assim como fragilizou ações que envolvem a assistência aos estudantes. O impacto desse corte no orçamento reflete em toda a comunidade acadêmica e representa um risco para a educação nacional. A ANDIFES também demonstra que o repasse para as universidades federais sofreu um corte de 18,16% em relação ao ano de 2020, traduzindo grande preocupação aos que fazem a pesquisa de maneira geral, principalmente no contexto da pandemia.

Sendo possível o alcance dos objetivos do referido programa, faz-se necessário realizar um debate sobre como o PNAES apresenta melhorias para os estudantes contemplados, apontado a sua efetividade, entendendo esta como parte da tríade eficiência, eficácia e efetividade, no contexto da avaliação de uma política pública. Ainda que não seja intenção debater de modo profundo a respeito da efetividade do PNAES, este estudo traz considerações sobre o tema, com o intuito de apresentar um panorama da realidade.

Considerando os desafios que envolvem o PNAES e além da problemática da diminuição dos recursos advindos do MEC para esse Programa, o que provocou um freio nas ações para a AE nas universidades, no ano de 2020, o Brasil e o mundo sofreram com a pandemia do Novo Coronavírus (SARS-CoV-2), que repercutiu sobre a dinâmica social, política e econômica de forma nunca vista.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (doravante, OMS), a Covid-19 é uma doença infecciosa causada por um dos sete tipos de Coronavírus humano, denominado SARS-CoV-2. Esse vírus apareceu na cidade de Wuhan, província de Hubei, localizada na República Popular da China, em dezembro de 2019. Iniciava-se, então, um período jamais visto pela nossa geração, sendo anunciado, em 11 de março de 2020, pela OMS, que

⁴ As despesas discricionárias são aquelas que não são obrigatórias, como, por exemplo, os recursos para custeio e investimentos. Conferir: <https://www.camara.leg.br/noticias/994467-despesas-nao-obrigatorias-do-orcamento-de-2024-aumentam-85/>.

estávamos vivendo uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (doravante, ESPII)⁵, termo usado para definir uma pandemia.

O termo *pandemia* é explicado, pela OMS, como a propagação mundial de uma nova doença, sendo usado, portanto, quando uma epidemia – surto que afeta uma região – espalha-se por diferentes continentes, com transmissão sustentada de pessoa para pessoa. A OMS destaca que esse termo se refere à distribuição geográfica de uma doença e não tem relação com a gravidade desta.

No Brasil, o primeiro caso de Covid-19 foi divulgado em fevereiro de 2020, ocorrido no estado de São Paulo, mas acompanhamos, assustadoramente, a velocidade da sua propagação para outros estados. Inicialmente, a alternativa para prevenção estava nos cuidados com as medidas básicas de higiene sanitária, interdição das atividades com movimentação de pessoas e isolamento social. Essas medidas necessárias ocasionaram a suspensão das atividades profissionais e educacionais, transformando a rotina de todos.

Nosso país foi espancado pela condução trágica do governo federal, reforçado pelos comportamentos inadequados, desrespeitando normas de segurança sanitária proferidas pelo então chefe do Estado no enfrentamento à pandemia.

Os dados da OMS indicam que o Brasil está entre os três países com maior número de óbitos pela Covid-19, contabilizando **708.491** óbitos e **38.177.375** casos confirmados pela doença, segundo Painel Coronavírus, do Ministério da Saúde, em 29 de dezembro de 2023 (Brasil, 2020).

Após três anos do início da pandemia, a OMS declarou, em 5 de maio de 2023, em Genebra, na Suíça, o fim da ESPII referente à Covid-19. Essa declaração, contudo, não finda as consequências desastrosas deixadas pela pandemia, pelo contrário, ela explicitou a vulnerabilidade de grande parte da população brasileira.

No Brasil, a classe popular sofreu, ainda mais, com duras repercussões na área da saúde e nos âmbitos profissional, social e familiar, potencializando, através da pandemia, a desigualdade social, o que evidenciou, ainda mais, as contradições de classe que sempre existiram na nossa sociedade.

Oliveira e Júnior (2020) sublinham que a desigualdade é persistente e que a pandemia evidenciou e aprofundou, ainda mais, essa desigualdade. Ou seja, a classe popular ficou mais exposta e vulnerável nesse momento, por não ter fácil acesso aos componentes básicos de higiene sanitária, indicados como prevenção de infecção do

⁵ O mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional.

vírus: água potável, sabão e álcool. Além disso, tem o aumento do desemprego e a impossibilidade de realizar o trabalho informal, levando ao sofrimento e aumento da fome. Essa realidade está presente no nosso cotidiano, pois, a cada dia, vemos aumentar o número de pessoas em condições precárias de sobrevivência, subsistindo em maior quantidade nos sinais e locais desumanos de viver, ou melhor, sobreviver. Tudo isso foi reforçado pela situação política do país, uma vez que o governo apresentou incapacidade de responder eficientemente às exigências impostas pelas crises sanitária e econômica, aprofundadas com a chegada da pandemia (Oliveira; Júnior, 2020, p. 722).

Com o isolamento social, instaurado pela pandemia, os estudantes de todos os segmentos da educação sofreram duras consequências, pois o isolamento social impôs novas condições para o desenvolvimento do processo pedagógico. É perceptível as diversas dificuldades enfrentadas por todos nós para garantir minimamente o desenvolvimento de mecanismos na construção do saber, a qual envolve não só o estudante, mas também toda a sociedade, sobretudo a família, a rede de ensino e o Estado.

Dessa forma, temos clareza que todas as áreas sentiram os impactos negativos desse momento pandêmico, com consequências de grandes proporções, o que remeteu-nos a diversos questionamentos relacionados aos estudantes das universidades que estão em situação de vulnerabilidade social.

Nesta pesquisa, tomamos como foco a Universidade Federal de Pernambuco (doravante, UFPE), indicada, no próprio site, como a maior do estado de Pernambuco e, por conseguinte, com um grande atendimento de estudantes nos seus cursos. Questões são postas, como, por exemplo: qual o apoio dado aos estudantes da UFPE durante a pandemia da Covid-19? Que estratégias foram usadas na garantia da AE durante a pandemia? Como minimizar as demandas estudantis agravadas na pandemia? Estas questões emergem de um cenário de exceção, que denota a necessidade, mais que urgente, de garantir que os programas de assistência aconteçam e sejam ampliados, visto que as dificuldades dos estudantes e das instituições não cessam com a suspensão das aulas provocadas pela pandemia.

Diante disso, as nossas hipóteses iniciais creditam ao PNAES uma fundamental intervenção que viabilizou o crescimento da assistência estudantil, assegurando aos estudantes ações que favorecem a permanência nas Instituições Federais, inclusive durante o período pandêmico. Entendemos que a situação adversa instaurada pela pandemia ampliou a necessidade de fortalecer essa política. Sendo assim, temos como

questão de pesquisa: como a UFPE estruturou, organizou e mobilizou as políticas de AE para garantir a permanência dos alunos nas atividades universitárias, durante a pandemia da Covid-19?

Neste estudo, temos como **objetivo geral**: compreender como a UFPE estruturou e organizou a Política de Assistência Estudantil (doravante, PAE) no sentido de minimizar a vulnerabilidade socioeconômica e garantir a participação dos alunos nas atividades de ensino durante a pandemia da Covid-19.

Nossos **objetivos específicos** são os seguintes: 1) caracterizar o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) como um programa de permanência dos estudantes na UFPE; 2) identificar as ações realizadas pela UFPE no período da pandemia do novo coronavírus para os estudantes assistidos pelo PNAES; e 3) analisar as ações da assistência estudantil no enfrentamento à pandemia e a sua vinculação com o acesso às atividades de ensino.

Esta dissertação está estruturada em quatro partes. Inicialmente, debatemos acerca da construção histórica das Políticas Públicas da Educação Superior no Brasil, e a sua relação com o Estado. Logo depois, realizamos um breve histórico sobre o ensino superior e a AE no Brasil, acerca da regulamentação do PNAES, além de fazer um levantamento em base de dados das produções científicas sobre a AE. Na sequência, realizamos um debate analítico acerca da estruturação do PNAES na UFPE, mais especificamente da estruturação da Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis (PROAES). Posteriormente, apresentamos um panorama dos impactos da pandemia da Covid-19 na assistência aos estudantes, refletindo sobre as ações da UFPE no enfrentamento às desigualdades. As informações aqui reunidas tratam da leitura que fizemos dos dados obtidos, por meio dos documentos e análise das entrevistas. Com o respaldo das formulações anteriores, apresentamos os resultados a que chegamos, na busca da identificação e da caracterização do processo de concepção e materialização da política para a AE na UFPE.

Na última parte, encontram-se as nossas considerações finais, nas quais fazemos uma reflexão a respeito dos resultados encontrados.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 Caminho metodológico

Refletir sobre a pesquisa coloca-nos mergulhados em planejar todo o processo de um novo panorama do mundo que pretendemos intervir. Para esse debate, no que tange à pesquisa científica, entendemos que

cabe à pesquisa investigar o mundo em que o homem vive e o próprio homem. Para essa atividade, o investigador recorre à observação e à reflexão que faz sobre os problemas que enfrenta, e à experiência passada e atual dos homens na solução destes problemas, a fim de munir-se dos instrumentos mais adequados à sua ação e intervir no seu mundo para construí-lo adequado à sua vida (Chizzotti, 2000, p. 11).

Nesse entendimento, o pesquisador organiza e estrutura seu estudo com cuidado científico, na proposta de aprofundar o conhecimento do objeto da sua investigação e outras categorias que o envolvem, a fim de trazer novos saberes e práticas sociais.

O desenvolvimento metodológico do estudo precisa apresentar ao leitor reflexões de como o pesquisador amplia saberes do objeto de estudo, ou seja, a sua trajetória teórica dos conceitos estudados. Segundo Marconi e Lakatos (2007, p. 314), “o método permite um conjunto de atividades sistematizadas para o alcançar das respostas investigativas em relação ao objetivo eleito”.

Na relação pesquisador-pesquisado, Bourdieu (1997) aponta a importância de tentar esclarecer o sentido que o pesquisado atribui à situação da pesquisa.

É efetivamente sob a condição de medir a amplitude e a natureza da distância entre a finalidade da pesquisa tal como é percebida e interpretada pelo pesquisado, e a finalidade que o pesquisador tem em mente, que este pode tentar reduzir as distorções que dela resultam, ou, pelo menos, de compreender o que pode ser dito e o que não pode, as censuras que o impedem de dizer certas coisas e as incitações que encorajam a acentuar outras (Bourdieu, 1997, p. 695).

Este estudo é uma pesquisa empírica, de natureza qualitativa, através da análise documental, considerando as políticas de AE na UFPE, no contexto da pandemia da Covid-19, incluindo os três *campi* desta instituição, os quais estão localizados em Recife

– *campus* Recife – e nas cidades de Vitória de Santo Antão – Centro Acadêmico de Vitória (doravante, CAV) – e Caruaru – Centro Acadêmico do Agreste (doravante, CAA).

Minayo (2001, p. 21) descreve que a pesquisa qualitativa se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ela acrescenta que em “um entendimento dialético, a pesquisa se propõe a abarcar o sistema de relações que constroi, o modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as representações sociais que traduzem o mundo dos significados” (Minayo, 2001, p. 24).

Ou seja, a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2001, p.22).

Além disso, a nossa pesquisa é um estudo descritivo e analítico, que aprofundou a discussão da realidade, buscando mais conhecimentos sobre os conceitos e categorias que envolvem este estudo, dentre os quais a Política de Assistência Estudantil, Vulnerabilidade Socioeconômica e Ensino Superior.

Para dar conta dos nossos objetivos, desenvolvemos uma pesquisa de abordagem qualitativa. Conforme Amado (2017),

a investigação qualitativa consiste numa pesquisa sistemática, sustentada em princípios teóricos (multiparadigmáticos) e em atitudes éticas, realizada por indivíduos informados (teórica, metodológica e tecnicamente) e treinados para o efeito (Amado 2017, p. 17).

Com base nas discussões acima, este estudo seguiu as seguintes etapas:

Inicialmente, a revisão de literatura, etapa inerente à toda investigação científica, que se trata de “uma análise bibliográfica pormenorizada, referente aos trabalhos já publicados sobre o tema” (Bento, 2012, p. 01). No caso deste estudo, consistiu em problematizar e aprofundar o entendimento das categorias da nossa pesquisa, tendo por finalidade fortalecer o entendimento teórico-metodológico sobre a política pública, as políticas de AE e a vulnerabilidade socioeconômica no contexto da pandemia da Covid-19.

A segunda etapa foi a análise documental, que, de acordo com Lüdke e André (2013), deve percorrer as etapas de escolha e recolha dos documentos e posterior análise. Assim sendo, analisamos os documentos que regulamentam as ações do PNAES na

UFPE, assim como o próprio decreto nº 7.234/2010, que dispõe sobre o PNAES e outros documentos interrelacionados, necessários para o embasamento da discussão da política de AE, conforme apresentado no quadro abaixo.

Quadro 1 – Documentos de análise

DOCUMENTOS ANALISADOS	CARACTERÍSTICAS
Decreto nº 7.234/2010 - Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES	Tem como fito principal ampliar as condições de permanência dos estudantes na educação superior pública federal.
Resolução nº 15/2019 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Pernambuco	Regulamenta a Política de Assistência Estudantil – PAE.
Portaria Normativa nº 6, de 15 de fevereiro de 2022 (UFPE)	Estabelece as novas nomenclaturas e valores das bolsas e auxílios da Assistência Estudantil na UFPE.
Editais de Assistência Estudantil	Dispõe sobre critérios e normas de seleção para recebimento das bolsas níveis, em acordo com a Política de Assistência Estudantil – PAE/UFPE.
Editais de cadastro e seleção de estudantes para inclusão digital no semestre acadêmico suplementar na UFPE	Tem a finalidade de realizar a inclusão digital dos/as estudantes de graduação presencial em situação de vulnerabilidade socioeconômica da UFPE, divulgado em informes 17/11/2020.
Edital com protocolo e formulário de retorno dos residentes às Casas de Estudantes Universitários (CEUs)	Publica Formulário de Solicitação de Retorno às CEUs para os(as) estudantes residentes que solicitam retornar para as residências universitárias no semestre de 2020.1.

Fonte: A autora (2024).

Nesse contexto, refletimos sobre as formas que estão implementadas as determinações dos documentos, como incidem na realidade dos alunos assistidos pelo PNAES na UFPE.

As fontes documentais aqui definidas foram coletadas nos sites da UFPE, campo de investigação deste estudo, para atender às demandas da assistência estudantil, assim como os documentos que normatizam e legitimam o PNAES no contexto das políticas públicas, como também documentos que a pesquisadora considerou de relevância para

este estudo. Esses documentos foram analisados no percurso deste estudo, tornando essa etapa da pesquisa de suma importância, pois configura a riqueza de resgatar e analisar informações para servir de historicidade nas pesquisas futuras. Segundo Le Goff (1990), refere-se aos documentos e monumentos em sua forma científica. “O documento é monumento... (p. 11). “Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa” (Le Goff, 1990, p. 10).

A terceira etapa complementa o campo empírico e tem como finalidade a aproximação maior e o entendimento mais aprofundado do espaço empírico da pesquisa. Consiste na caracterização das ações de assistência aos estudantes desenvolvidas na UFPE, campo da nossa investigação. Ressaltamos que investigamos os *campi* da UFPE localizados no Recife e nas cidades de Vitória de Santo Antão – CAV – e Caruaru – CAA –, através da PROAES.

Na coleta de dados, foram realizadas entrevistas, conforme roteiro proposto no Apêndice B, com os gestores institucionais. As entrevistas, aqui entendidas como “uma conversa a dois com propósitos bem definidos” (Minayo, 2002, p. 57), com os participantes da investigação, sendo estes o pró-reitor e os diretores e coordenadores responsáveis pela AE da universidade, perfazendo um total de 04 (quatro) entrevistados. Essa quantidade de entrevistados se deu devido à relevância de conversarmos com a equipe responsável pela AE que atua diretamente na execução das ações e assessoria da pró-reitoria. Consideramos que essa estratégia nos possibilitou levantar informações sobre as conduções utilizadas pelos gestores dos recursos do PNAES para os alunos em estado de vulnerabilidade, nesse período absolutamente distinto instaurado pela pandemia do novo Coronavírus.

No levantamento realizado no site da PROAES-UFPE, tivemos acesso aos nomes das principais diretorias que assessoram essa pró-reitoria no percurso da assistência ao estudante, assim como coordenações que dão suporte à PROAES nas suas principais atividades e que têm relação com nosso objeto de investigação, como pode ser visto no quadro abaixo:

Quadro 2: Gestores da Assistência Estudantil na UFPE

NOME	CARGO	INFORMAÇÕES
------	-------	-------------

Fernando José do Nascimento	Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis (PROAES)	Docente da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), atualmente gestor da PROAES.
Jônatas Félix da Silva	Diretoria de Assistência Estudantil (DAE)	Servidor da UFPE, atualmente gestor da DAE.
Karina Correia da Silveira	Diretoria de Alimentação e Nutrição (DAN)	Atualmente, é professora adjunta da UFPE e gestora da DAN.
Walewska Faria Alcântara Barreto	Assistente social da PROAES	Está na AE da UFPE desde 1981. Atualmente, é Assistente Social, vinculada à PROAES.

Fonte: A autora (2024), a partir de informações coletadas no site da UFPE.

A quarta etapa foi a análise de dados que, a partir dos subsídios levantados na primeira e na segunda fase deste estudo, foi realizada à luz da Análise de Conteúdo. Nesta fase, elegemos, enquanto fundamento teórico, a autora Laurence Bardin, sendo apontada por diversos pesquisadores como uma referência no assunto. Bardin conceitua a Análise de Conteúdo como “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados” (Bardin, 2016, p. 16). Para a autora, a Análise de Conteúdo possui duas funções: a primeira, heurística, enriquece a tentativa exploratória, descobertas de novos elementos. A segunda, se refere à administração da prova, em que hipóteses, sob a forma de questões ou de afirmações provisórias servem de diretrizes apelando para o método de análise de uma confirmação ou de uma informação (Bardin, 2016, p. 31).

Para o tratamento dos dados, utilizamos a técnica de análise temática ou categorial, que, segundo Bardin, funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias (Bardin, 2016, p. 51).

2.2 Campo e sujeitos da pesquisa

2.2.1 Campo da pesquisa

O campo de estudo da nossa investigação foi constituído pela UFPE e seus *campi*, localizados em Recife, Vitória de Santo Antão e Caruaru.

2.2.1.1 Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)⁶

A UFPE é uma das mais bem-conceituadas universidades do país e, no momento atual, tem como Reitor o Prof. Dr. Alfredo Macedo Gomes e como Vice-Reitor o Prof. Dr. Moacyr Cunha de Araújo Filho. Esta universidade possui três *campi*, localizados nas cidades de Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão. Na distribuição dos cursos, há 104 cursos de graduação presenciais regulares, dos quais 86 cursos estão no *campus* Recife, 12 em Caruaru e 6 em Vitória de Santo Antão. A UFPE também oferece cinco cursos de graduação a distância, assim especificados: Licenciatura em Letras-Língua Espanhola, Licenciatura em Letras-Língua Portuguesa, Licenciatura em Matemática, Bacharelado em Ciências Contábeis e Licenciatura em Geografia. Todos esses cursos estão contemplados nos 13 centros acadêmicos, sendo 11 deles no Recife, um em Caruaru e o outro em Vitória de Santo Antão.

Para além da formação inicial, são oferecidos 22 cursos de pós-graduação *lato sensu* presenciais (especializações) e quatro desses cursos em formato EaD, com 20 polos de apoio presencial; além de 152 cursos de pós-graduação *stricto sensu*, sendo 74 Mestrados Acadêmicos (um em associação), 18 Mestrados Profissionais (três em rede) e 54 Doutorados Acadêmicos (três em rede e um multicêntrico) e 3 Doutorados Profissionais. Ao todo, são 97 Programas de Pós-graduação.

No ano de 2020, a UFPE registrou 28.989 alunos matriculados nos cursos de graduação, sendo 23.027 do *campus* Recife, 3.919 do *campus* do Agreste e 1.594 do *campus* Vitória de Santo Antão. Os demais (449) são vinculados aos cursos EaD. 8.777 alunos de pós-graduação (4.181 do Mestrado Acadêmico, 596 do Mestrado Profissional, 3.975 do Doutorado Acadêmico e 25 do Doutorado Profissional).

A equipe técnica da UFPE está distribuída entre professores efetivos e substitutos e técnicos-administrativos, referenciados numericamente em 2.494 professores efetivos do ES, sendo 89,7% doutores, 8,6% mestres, 1,3% especialistas e 0,4% graduados, e mais 237 professores substitutos; 3.855 servidores técnico-administrativos nos três *campi*, dos quais 1.166 do Hospital das Clínicas, segundo dados de 2020 obtidos no próprio site da UFPE.

A UFPE nasceu da reunião de um conjunto de escolas de nível superior existentes em Pernambuco e da articulação do Professor Joaquim Amazonas, o primeiro reitor da

⁶ Informações obtidas em: <https://www.ufpe.br/>.

universidade. Marca o dia 11 de agosto de 1946, enquanto data de fundação da Universidade do Recife (doravante, UR). Criada por meio do Decreto-Lei da Presidência da República nº 9.388, a UR reunia um conjunto de escolas de nível superior existentes em Pernambuco:

- Faculdade de Direito do Recife (1827);
- Escola de Engenharia de Pernambuco (1895);
- Escola de Farmácia (1903);
- Escola de Odontologia (1913);
- Faculdade de Medicina do Recife (1915);
- Escola de Belas Artes de Pernambuco (1932);
- Faculdade de Filosofia do Recife (1940).

O assessoramento e a coordenação superior da UFPE acontecem por meio das 8 (oito) pró-reitorias que dão suporte técnico-administrativo e são responsáveis pela coordenação de atividades específicas dentro do funcionamento universitário. O site da universidade apresenta informações e documentos das atividades da UFPE, exibindo a dinâmica de cada pró-reitoria atual, as quais são apresentadas no quadro abaixo.

Quadro 3 – Apresentação das Pró-Reitorias da UFPE

PRÓ-REITORIA	SIGLA	COMPETÊNCIA
Pró-Reitoria de Graduação	PROGRAD	Garantir a qualidade dos cursos de graduação oferecidos e reafirmar seu compromisso social, articulando o ensino com as áreas de pesquisa e extensão; a organização, o funcionamento e a política didático-pedagógica da graduação e a coordenação do processo de avaliação da qualidade do ensino; coordenação da qualificação dos docentes dos cursos de graduação e o controle acadêmico dos estudantes no que diz respeito aos aspectos legais e à documentação.
Pró-Reitoria de Pós-Graduação	PROPG	Tem por finalidade o planejamento, a gestão, a supervisão e a avaliação das políticas de pós-graduação,

		garantindo a qualidade do ensino de pós-graduação de forma articulada com a graduação, a pesquisa e a extensão.
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura	PROEXC	Promove atividades de extensão e cultura que conectam a universidade com a sociedade, fortalecendo essa relação por meio do diálogo, transformação e integração.
Pró-Reitoria de Gestão Administrativa	PROGEST	Responsável pela gestão de licitações, contratos, patrimônio móvel, serviços, compras, importação e materiais.
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida	PROGEPE	Responsável pelo planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações de administração e desenvolvimento de recursos humanos.
Pró-Reitoria de Planejamento Orçamentário e Finanças	PROPLAN	Tem por finalidade a gestão e o controle orçamentário, financeiro e contábil em conformidade com a legislação e com o planejamento institucional.
Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis	PROAES	Tem por finalidade a coordenação central das ações e programas de inclusão social para a permanência dos alunos na universidade, com vistas a minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais, reduzir os indicadores de retenção e evasão escolar, contribuir para melhoria do desempenho acadêmico, favorecendo a conclusão de curso de graduação no tempo previsto.
Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação	PROPESQI	Tem por finalidade planejar e articular as políticas de ciência, tecnologia e inovação (CT&I), apoiando a formação de recursos humanos de alto nível, a pesquisa, a produção científica e tecnológica, a transferência de tecnologia e

		a promoção da inovação e do empreendedorismo.
--	--	---

Fonte: A autora (2024), a partir de informações coletadas no site da UFPE.

Nossa investigação concentra informações da Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis (PROAES), criada no final de 2011, com o objetivo de:

ampliar as condições para a permanência dos jovens na educação Superior Pública Federal, minimizando os efeitos das desigualdades sociais e regionais com o objetivo de conclusão do curso superior, reduzindo as taxas de retenção e evasão escolar, contribuindo democraticamente, para a promoção da inclusão social pela educação (UFPE, 2020, n.p.).

Essa pró-reitoria surge a partir da necessidade de atender as demandas da assistência estudantil que ganhou visibilidade com as políticas de acesso e permanência ao ES, quando foi instituído o PNAES, através do decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Conforme reforçado pelo atual Pró-Reitor, Fernando José Nascimento,

Depois com a ascensão do PNAES, com o decreto 7.234/2010, passou haver um recurso substancial para a assistência estudantil, onde se viu a necessidade de ter uma estrutura administrativa que cuidasse especificamente dessa rubrica de recurso público. A partir daí foi constituída a PROAES, por volta de 2011/2012, foi criada portanto a Pró-Reitoria como conhecemos hoje. (Fernando Nascimento, pró-reitor da PROAES).

Dentre as pró-reitorias da UFPE, a PROAES é a que recebe o maior montante financeiro e tem autonomia garantida pelo PNAES para gerir os recursos disponibilizados para a AE, conforme indica Fernando Nascimento,

A Pró-Reitoria PROAES tem o maior orçamento de todas as pró-reitorias da universidade e a maior autonomia de gestão em relação ao recurso. Temos um setor financeiro com um coordenador e atualmente com quatro servidores, três administrativos e um técnico em contabilidade. Onde fazemos toda a gestão de pagamentos de bolsas, planejamento anual do orçamento, obviamente com a devida aprovação do gabinete do reitor, da pró-reitoria de planejamento, mas somos nós que fazemos a gestão de recursos. A autonomia que falo é a de gerir, porque investimos de acordo com o que o PNAES preceitua (Fernando Nascimento, pró-reitor da PROAES).

Ao longo da história da PROAES, alguns gestores estiveram à frente da AE na UFPE, numa perspectiva de executar as resoluções previstas no PNAES.

No primeiro mandato do Professor Anísio Brasileiro (2011/2015), estiveram à frente da Pró-Reitoria: Professora Kátia Medeiros Araújo (2011/2012), Professor Claudio Heliomar Vicente da Silva (2012/2013), Professora Silene Carneiro do Nascimento (2013/2015). No segundo mandato, (2015/2019) a gestão da PROAES esteve sob a responsabilidade da Professora Ana Maria Santos Cabral. Na atual gestão, (2019/2023) composta pelo Reitor Alfredo Macedo Gomes e a frente da Pró-Reitoria, o Professor Fernando José do Nascimento (UFPE, 2020, n.p.).

As informações contidas na página PROAES/UFPE dão acesso ao *link* para os editais da assistência estudantil, no qual constam programas, auxílios e serviços, contemplando algumas áreas da AE apontadas no Decreto do PNAES, oferecidas através de editais desde o ano de 2013, a saber:

- Bolsa de Manutenção Estudantil 01 e 02, Bolsa Moradia e Bolsa Residente: repasse de recurso financeiro mensal para o estudante custear parte das despesas de locomoção, moradia e alimentação;
- Projeto Estudante Cooperador Pedagógico: atividade de tutoria, caracterizada pela oferta de apoio pedagógico aos estudantes dos cursos de graduação presencial do *campus* Recife, que apresentam dificuldades de aprendizagem não superadas durante as aulas regulares;
- Auxílio-alimentação: concessão de três refeições diárias, no Restaurante Universitário (RU) para residentes das Casas de Estudantes Universitários, e para o *campus* Recife corresponderá à concessão de duas refeições;
- Auxílio-creche: auxílio financeiro integrado ao benefício de bolsa-nível oferecido aos estudantes que têm filhos na faixa etária de 0 a 3 anos e 11 meses de idade;
- Auxílio Difícil Acesso – CAA: será pago a todos os estudantes do *campus* CAA beneficiários das Bolsas de Manutenção Estudantil 1 e 2, em complemento a estas, tendo em vista a localização do *campus* que se encontra fora do perímetro urbano da cidade;
- Auxílio Internet: será pago aos estudantes beneficiários(as) das Bolsas de Manutenção Estudantil 1 e 2, como iniciativa de inclusão digital.

Alguns dados do número de estudantes da UFPE beneficiados pela AE e do número de bolsas nos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022 estão representados no quadro abaixo:

Quadro 4 – Apresentação quantitativa dos dados da assistência estudantil na UFPE

UFPE	Número de alunos assistidos	Número de bolsas	Recursos envolvidos
2019	8.604	11.308	R\$34.045.673
2020	6.426	12.021	R\$37.717.865
2021	6.263	9.514	R\$35.815.937
2022	5.190	15.645	R\$32.857.807

Fonte: A autora (2024), a partir de dados coletados na DEPLAG⁷ da UFPE.

Esses dados apontam que os valores dos recursos relacionados à AE na UFPE oscilam para mais ou para menos, independentemente do número de alunos assistidos, pois têm relação direta com os valores das bolsas e auxílios pagos.

O ano de 2020 marcou o início do desafio mundial dos últimos tempos em se tratando de saúde pública, fomos desestabilizados com a chegada do Novo Coronavírus, provocando uma reestruturação no cotidiano de todos e em todas as áreas profissionais. Nessa reestruturação, também encontram-se as atividades que acontecem no interior das instituições de ensino, como é o caso da AE nas IFES brasileiras. Esse novo cenário alterou o calendário e as áreas de AE nos editais da UFPE. Aprofundaremos essas questões mais adiante.

2.2.2 Sujeitos da pesquisa

Os atores envolvidos nesta pesquisa são os gestores da UFPE, sendo estes o pró-reitor e/ou diretores responsáveis pela AE, assim como seus respectivos adjuntos, perfazendo um total de 4 (quatro) entrevistados.

2.3 Coleta e análise dos dados

⁷ A Diretoria Estratégica de Planejamento, Avaliação e Gestão (DEPLAG) é uma instância administrativa de assessoria do Reitor, que tem por principal responsabilidade auxiliar na elaboração, coordenação e acompanhamento do planejamento institucional da UFPE.

2.3.1 Coleta dos dados

Pensar sobre os instrumentos para a coleta dos dados levou-nos a escolher a análise documental e a entrevista como dois elementos favoráveis às respostas do problema desta pesquisa.

Com a análise documental, analisamos os documentos da UFPE e/ou aqueles que normatizam o PNAES, os quais são considerados importantes fontes de informações para este estudo. No entanto, esses documentos foram tratados não apenas como fontes de informação, mas também como “produtos sociais” (Amado; Ferreira, 2017, p. 279).

Realizamos com o pró-reitor da PROAES e com os gestores das referidas diretorias uma entrevista semiestruturada, pois ela “[...] dá condições ao entrevistado de discorrer sobre o tema proposto, não havendo uma imposição rígida de questões” (Amado; Ferreira, 2017, p. 209). Ainda sobre a entrevista, Minayo (2001) esclarece que

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual e/ou coletiva (Minayo, 2001, p. 58).

Na coleta de dados, particularmente na entrevista, nos aproximamos do universo das explicações dos questionamentos realizados por nós, pesquisadores, com o objetivo de esclarecer o fenômeno investigado. Para isso, entramos em contato com os participantes desta pesquisa para nos apresentar o panorama do objeto investigado, sendo analisada posteriormente.

Dessa forma, consideramos que, para o levantamento dos dados, a opinião e as expectativas dos atores envolvidos nesta pesquisa foram primordiais para a nossa conclusão.

2.3.2 Análise dos dados

Para a finalização do processo, encontramos na Análise de Conteúdo considerações relevantes para analisarmos os dados coletados, visto que a Análise de

Conteúdo consiste numa técnica central, básica, mas metódica e exigente (Amado; Ferreira, 2017, p. 302).

Como já apontado anteriormente, o processo de análise de dados foi norteado pelo aporte metodológico da Análise de Conteúdo na perspectiva de Bardin (2016). A autora indica as descobertas e o desvendamento das categorias eleitas, de forma crítica, expressas nos sentidos dos conteúdos e reveladas nas respostas dos sujeitos. Dessa forma, também é possível olhar para o surgimento de outros elementos categóricos revelados do percurso ao final da pesquisa. No processo de análise de conteúdo, Bardin considera três fases, as quais conduzem para melhor apresentação do processo analítico, quais sejam: a **pré-análise**, que consiste na exploração do material e no tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A autora apresenta, enquanto objetivo para a pré-análise, tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais. Nessa fase, organiza-se um plano operativo, indicando o percurso estratégico para a análise dos documentos selecionados.

Bardin considera que, para a segunda fase, chamada de **exploração de material**, é necessário tratar o material, codificá-lo e fazer a decomposição ou enumeração dos dados levantados na pré-análise.

Por fim, a última fase consiste no **tratamento dos resultados, inferência e interpretação**. A autora afirma que a maioria dos processos de análise organiza-se ao redor de um processo de categorização, que tem como primeiro objetivo (da mesma maneira que a análise documental) fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos (Bardin, 2016, p. 38).

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo gênero (analogia), com critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns desses elementos. [...] A categorização é um processo de tipo estruturalista e comporta duas etapas: O inventário: isolar os elementos. A classificação: repartir os elementos, e, portanto, procurar ou impor uma certa organização às mensagens (Bardin, 2016, p. 38).

Com a Análise de Conteúdo, redescobre-se as categorias a *priori*, aqui apresentadas no referencial teórico, assim como se oportunizam encontros com demais categorias que a investigação proporcionará a *posteriori*.

3 ESTADO E POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO: UMA RELAÇÃO IMBRICADA

As reflexões sobre os aspectos da atuação da política na atualidade levam-nos a buscar entender as obrigações do Estado com a sociedade civil. Isso fica exposto nas discussões de muitos teóricos que versam sobre o tema das políticas públicas, temática esta que discutimos nesta seção.

Nosso debate inicia-se com o entendimento de que, apesar de os diversos estudos sobre políticas públicas, a sociedade, como parte fundamental de uma política, ainda engatinha no reconhecimento enquanto força ativa nessa construção. Apesar disso, encontramos, na maioria dos estudos analisados, afirmativas que defendem a presença social como gênese de uma política pública, como pontuam os estudos de Azevedo, indicando que “uma política deve estar articulada com o planejamento mais global que a sociedade constroi como seu projeto e que se realiza por meio da ação do Estado” (Azevedo, 2004, p. 60).

Nos diversos debates apresentados na literatura, percebemos que não existe uma única e exclusiva definição para o termo *política pública*. Segundo Secchi (2010), qualquer definição de política pública é arbitrária. O autor indica que não há um consenso quanto à definição do que seja uma política pública, mas esta deve possuir dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público. Secchi (2010) opera com uma concepção multicêntrica de política pública, ao defender que a política pública não é executada apenas pelo Estado.

Por outro lado, a literatura também apresenta outro entendimento, no qual o Estado age e interfere na sociedade, materializando a sua intervenção em forma de políticas públicas, conceito que adotamos nesta pesquisa.

Em um plano mais concreto, o conceito de políticas públicas implica considerar os recursos de poder que operam na sua definição e que tem nas instituições do Estado, sobretudo na máquina governamental, o seu principal referente (Azevedo, 2004, p. 5).

Mesmo entendendo a diversidade de conceitos do termo *política pública*, Oliveira (2017) indica que o conjunto de significados se combina ao destacar a política como um mecanismo com o poder de interferir na estrutura social, acrescentando que

a constituição de uma política ocorre por intermédio de governos que representam legalmente o próprio Estado, detentor da autoridade de criar e modificar o ordenamento jurídico. No regime democrático, o Estado de direito tem esse prestígio, visto que é representante do povo, dono legítimo do poder, por isso, a ideia que se compreende do processo de elaboração de políticas públicas é de que essas são feitas pelo povo e para o povo, que tem suas necessidades supridas dentro de uma espécie de relação de contrapartida social e política (Oliveira, 2017, p. 02).

Os aspectos epistemológicos das políticas públicas implicam reflexões acerca do significado social que envolvem a implementação, análise e avaliação dessas políticas. Com isso, a constituição de uma política pública imbrica a luta social e a ação do Estado. O Estado precisa se fazer presente em todas as esferas sociais, principalmente naquelas esferas em que as oportunidades de melhores condições de vida estão mais distantes. Essa presença se dá através de ações com a verdadeira intenção de favorecer o desenvolvimento integral do cidadão.

Um conceito apresentado por Azevedo (2004) configura uma máxima na maioria dos estudos analisados: a afirmação apresentada por Muller (1987), quando ele diz que políticas públicas são a expressão da ação do Estado em determinados campos da sociedade ou, simplificando, o “Estado em ação”. Na mesma direção, Höfling (2001) complementa ao dizer que as políticas públicas são o Estado implantando um projeto de governo através de programas e de ações voltadas para setores específicos da sociedade.

As políticas públicas são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada (Höfling, 2001, p. 31).

Compreender a política pública, no contexto de que o Estado age com a sociedade, é importante para percebermos que a sociedade tem forte poder através das lutas e reivindicações para a construção de um pensamento crítico-social, visando o bem-estar de todos.

Conforme já mencionado, a política pública alcança destaque nas discussões governamentais, a partir da luta da sociedade e da intervenção do Estado, na qual determinado pleito entra na lista de prioridade da agenda pública e, na fase subsequente à formação da agenda, existe a transformação de um problema em solução ou em alternativas (Carvalho, 2014, p. 215). Segundo Secchi (2010), a agenda da política

pública é composta por um conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes. Esses fatos relevantes precisam ser interesse dos políticos e gerar uma proposta política. A agenda é uma das fases do processo de elaboração de políticas públicas ou do ciclo de políticas públicas. Saravia (2007) apresenta uma interpretação sobre a etapa da agenda, afirmando que

O primeiro momento das várias etapas num processo de política pública é o da agenda ou da inclusão de determinado pleito ou necessidade social na agenda, na lista de prioridades, do poder público. Na sua acepção mais simples, a noção de ‘inclusão na agenda’ designa o estudo e a explicitação do conjunto de processos que conduzem os fatos sociais a adquirir *status* de ‘problema público’, transformando-os em objeto de debates e controvérsias políticas na mídia (Saravia, 2007, p. 33).

Apesar disso e considerando que as políticas públicas representam a ação do Estado, destacamos a existência de um conjunto de avanços, ao longo da história, no campo das políticas públicas da saúde, segurança, educação, entre outras, que ratificam essa máxima e indicam que “as políticas públicas dão visibilidade e materialidade ao Estado” (Azevedo, 2004, p. 60). Aprofundando as suas discussões sobre Estado e sociedade, Azevedo (2004) remete aos estudos de Muller e Durkheim⁸, apontando que

[...] se organizam através da existência de setores tais como o setor de transporte, o setor educacional, o setor de saúde, o setor de segurança, o setor bancário, o setor das empreiteiras, o setor agrícola, o setor industrial com seus vários subsetores. Neste contexto, as pessoas, ao mesmo tempo em que fazem parte mais visceralmente de um setor dado à sua atividade profissional específica, elas participam de inúmeros outros setores, sobretudo na condição de usuárias dos mesmos (Azevedo, 2004, p. 61).

Assim sendo, fazer parte de um setor social não nos torna exclusivos desse espaço, ou seja, nós circulamos socialmente por diversos segmentos, o que nos dá condições de articulações e interpretações de diferentes contextos, que também se comunicam como parte de um todo cultural.

⁸ Azevedo (2004) fundamenta-se nos trabalhos de Jobert e Muller, os quais concebem o estado em ação, a partir de diferentes setores de atividades em relação ao projeto de sociedade prevalecente (Azevedo, 2004, p. 58).

Nessa perspectiva, percebemos que a constituição do Estado sofreu e sofre as influências das ideologias dominantes que foram se efetivando e modificando, em diferentes tempos e espaços, constituindo vários fatos e causando mudanças radicais no seio da sociedade. Nessa configuração, os interesses da maioria social ficam reféns dos interesses dominantes, provocando reações de lutas para garantir direitos e estabelecer o mínimo de equilíbrio na construção de uma sociedade menos elitista.

Nas discussões de Santos (2002), encontramos que “a construção das políticas públicas resulta das decisões políticas que refletem as ações de poder e de dominação que se estabelecem na sociedade e que vão se manifestar na filosofia de ação que está subjacente a essas decisões” (Santos, 2002, p. 46). Isso está associado à força de interesses na implementação de melhores condições de vida para a sociedade, que, no nosso entendimento, está diretamente relacionada à função do Estado.

Diante disso, sendo a educação uma ação que é protegida pelo Estado e destinada à sociedade, compreendemos que, através dela, existe o esforço de diminuir as desigualdades impostas. No entanto, reforçamos que a educação não é apenas uma política pública social, mas também um direito público social, que está previsto no artigo 6º da Constituição Federal Brasileira de 1988, quando define o seguinte:

Art. 6º: São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Brasil, 1998).

Entendemos que o Estado deve ser o principal provedor da educação, mas só conseguimos perceber a ação do Estado nos diferentes âmbitos se enxergarmos para além dos fatos. De acordo com Gandin e Lima (2016), o objetivo central é analisar a educação de forma relacional. Os autores afirmam que somente conectando os fenômenos é possível traçar as ligações existentes entre os âmbitos cultural, social, político e econômico e a educação.

Compreendemos que a política pública de educação, em suas diretrizes, deve reconhecer a educação como direito social, condição singular para uma vida digna e justa.

A política educacional caracteriza-se enquanto uma política social, que, segundo Höfling (2001), tem as suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltados

aos conflitos surgidos entre capital e trabalho no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais. A autora acrescenta que

Políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico (Höfling, 2001, p. 31).

A forma como as políticas se apresentam para a sociedade diz muito sobre a sua construção. Palavezzini e Nogueira (2014) trazem reflexões sobre essa temática, mais especificamente sobre as políticas educacionais, afirmando que “as políticas educacionais de forma imediata e mediata expressam o contexto em que foram gestadas e formuladas, isto é, expressam as políticas do Estado” (Palavezzini; Nogueira, 2014, p. 6).

A educação no Brasil está regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (doravante, LDB) nº 9.394/1996, que estabelece os princípios básicos para a educação. O artigo 2º indica que “a educação é dever da família e do Estado [...]”, o que é complementado pelos princípios indicados no artigo 3º, dentre os quais o de que o ensino será ministrado com base na igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (Brasil, 1996).

Sabemos que existe uma distância entre o que está posto na LDB e a realidade do contexto educacional brasileiro. Percebemos, claramente, que ainda precisamos avançar para que exista equidade nas condições socioeconômicas dos nossos estudantes, em qualquer segmento da educação, seja na educação básica ou na educação superior. Essa exigência de igualdade prevista, tanto na LDB quanto em outras legislações, espelha o cenário social apresentado. Conforme Silva e Marques (2022), “não é difícil justificar a necessidade do princípio da igualdade, afinal, ingressar e permanecer são ações que dependem do padrão de desigualdade presente em uma sociedade” (Silva; Marques, 2022, p. 5).

Na educação superior, essa afirmativa também encontra respaldo na análise de Silva e Marques (2022), que afirmam que “suplantar as condições de desigualdade permite que a educação, em geral, e a educação superior, em específico, cumpram suas finalidades de forma universal” (Silva; Marques, 2022, p. 5).

Arosa (2016) faz uma análise do debate acerca de políticas educacionais nas produções do Grupo de Trabalho Estado e Política Educacional – GT-05 da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), a partir de um recorte histórico (2000-2010), identificando as questões relativas à constituição do Estado, os seus processos e as relações que estabelecem com a sociedade civil. O autor aponta que, nos diversos estudos, “o Estado surge como principal elemento a partir do qual se pode compreender as relações estabelecidas” sobre políticas educacionais (Arosa, 2016, p. 03), afirmando que “a principal razão que se pode atribuir a esse fato é a concepção dominante de que ao Estado é conferida centralidade na elaboração e implementação das políticas educacionais” (Arosa, 2016, p. 03).

Consideramos que a concepção da política educacional envolve um emaranhado de interesses e divergências de interesses, conforme a reflexão de Santos e Azevedo (2009):

[...] a política educacional, como de resto toda política pública, não se constroi num vazio. Como resultado da ação humana, é definida e implementada em estreita articulação com o contexto sociopolítico, econômico e cultural do qual emerge. Portanto, sofre as influências dos embates políticos, dos conflitos e contradições próprios de uma sociedade de classes, bem como do universo cultural e simbólico peculiar a nossa realidade, dimensões que se apresentam intimamente articuladas (Santos; Azevedo, 2009, p. 534).

Nesse debate que envolve as políticas sociais, destacamos que estas estão diretamente imbricadas às políticas educacionais, reforçadas com a afirmativa que valida a “educação como uma das mais importantes e elementares políticas sociais”, (Oliveira; Duarte, 2010, p. 289).

Ao mesmo tempo em que se afirma como uma política social de caráter universal (a ampliação da escolaridade e o crescimento do contingente de alunos atendidos nos sistemas e redes públicas, na maior parte dos países latino-americanos, é um indicador desta tendência) ela tem sido orientada também pela lógica da focalização. Esta segunda orientação tem conduzido a política educacional a se concentrar em processos que asseguram o acesso e a permanência de grupos mais vulneráveis socialmente na escola (Oliveira; Duarte, 2010, p. 289).

Entendendo que o governo age quando mobiliza e articula as suas ações, a partir de interesses sociais e para os interesses sociais, que se dão pela construção das políticas

públicas, trazemos para esta discussão as políticas de educação superior, que foram impulsionadas enquanto política pública educacional, a partir da expansão do ensino superior e do interesse em oportunizar o acesso da população a esse segmento de ensino.

Como o nosso foco neste estudo consiste em entender a política de AE nas universidades brasileiras, destacamos que a nossa compreensão parte do entendimento de que a AE está inserida no âmbito da política educacional e entendemos que a busca pela valorização humana é um dos pontos “chave” para a qualidade da educação, considerando também os diversos fatores de complexidade que estão em torno de todo processo, como, por exemplo, os aspectos curriculares, os parâmetros metodológicos, os recursos de investimento/financiamento, ou seja, a presença da Política Pública de Estado⁹ para a educação. Pesquisar as políticas para a educação no campo do ensino superior leva-nos a buscar traçar uma discussão sobre a própria universidade.

Dentre as políticas que se destacam nessa perspectiva e que tiveram impactos no contexto brasileiro de reparação e ampliação da educação superior, podemos citar o PROUNI¹⁰, o REUNI, a Lei de Cotas – Lei nº 12.711/2012, alterada pela Lei nº 14.723/2023 –, que também abre possibilidades de acesso à educação superior para a população mais vulnerável socioeconomicamente que foi inserida nas políticas afirmativas, assim como o PNAES.

O PROUNI é instituído pela Lei 11.096 de 13 de janeiro de 2005 e está “destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) em instituições particulares de educação superior” (BRASIL, 2005). O REUNI foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e oferece condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal, ampliando as condições de acesso e permanência ao ensino superior (Brasil, 2007).

Outro programa com relevância nas políticas de educação no ensino superior é a Lei de Cotas, que, recentemente, foi alterada, atualizada e sancionada pelo então Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, destacando importantes alterações, como apresenta a Agência Câmara de Notícias:

⁹ O Estado é autônomo, no sentido que, embora caracterizado pela liderança da classe hegemônica, não representa diretamente os interesses econômicos das classes dominantes, mas seus interesses políticos (Poulantzas, 1984 apud Azevedo, 2004).

¹⁰ O PROUNI é um programa do Ministério da Educação, criado pelo governo federal, em 2004, que oferece bolsas de estudo, integrais e parciais (50%), em instituições particulares de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior.

Mudança do mecanismo de ingresso dos cotistas no ensino superior federal, com a nova legislação, primeiramente serão observadas as notas pela ampla concorrência e, posteriormente, as reservas de vagas para cotas. – Redução da renda familiar para reservas de vagas antes, o valor exigido era de um salário mínimo e meio, em média, por pessoa da família. Com a nova legislação, esse valor passa a ser de um salário mínimo. – E a inclusão de estudantes quilombolas como beneficiários das cotas. – Estabelecimento de prioridade para os cotistas no recebimento do auxílio estudantil. – Extensão das políticas afirmativas para a pós-graduação (Brasil, Agência Câmara de Notícias, 2023).

Os esforços através de políticas públicas de AE, além de favorecer a concorrência da população que, historicamente, teve menos acesso ao ensino superior público, apresentam-se como fortes aliados para a educação e o combate às desigualdades sociais.

Concordamos com Palavezzini e Nogueira, quando definem que as

[...] políticas afirmativas de assistência estudantil [...] têm o objetivo de promover maior inserção da população nos diferentes espaços educacionais, especialmente no ensino superior, minimizando o fosso social e oferecendo oportunidades a grupos menos favorecidos (Palavezzini; Nogueira, 2014, p.7).

Por outro lado, mesmo reconhecendo que as políticas de AE tenham alcançado avanços, a exemplo do PNAES, é perceptível a influência das determinações neoliberais, numa atuação de retrocesso, criando entraves, a partir de resoluções que delimitam o funcionamento dessas políticas, como acontece, por exemplo, com a Emenda Constitucional nº 95, um instrumento de arrocho financeiro neoliberal.

Essa emenda, “de apelo claramente fiscalista, estabelece que pelos próximos vinte anos não seja possível que se aumentem as despesas primárias para além do montante do ano anterior observada a variação dos índices inflacionários” (Silva; Marques, 2022, p.08). Consequentemente, o neoliberalismo também impõe redução nos orçamentos das universidades, que recaem sobre a AE.

Crê-se então que o PNAES, aqui entendido como importante programa social de redistribuição de renda via política pública de assistência estudantil, vem sofrendo, desde a aprovação da Emenda Constitucional 95, relevante restrição orçamentária, impactando na aplicação do recurso e no cumprimento de sua finalidade (Silva; Marques, 2022, p.08).

Segundo Lima e Hypólito (2019), os neoliberais representam o grupo que se preocupa com a orientação político-econômica atrelada à noção de mercado, que vai exigir ainda mais esforços dos que estão na base dessa construção social, ou seja, a classe popular. Dessa forma, fica evidente o incentivo de uma sociedade cada vez mais competitiva, sendo estas competições desiguais, sem equidade.

Em síntese, esta discussão confirma o que Azevedo (2004) aborda: as políticas públicas como reflexo da sociedade. Se a sociedade é de classes, capitalista e neoliberal, a tendência é que o ensino superior não alcance a todos, muito menos garanta a permanência dos que lá estão.

4 ANOTAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE O ENSINO SUPERIOR E A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

Sendo a universidade uma instituição social de ensino, que confere oportunidades de formação em várias áreas do saber, além de outras atribuições, caberia a ela ser acessível a todos, sem distinção social, racial ou quaisquer outras. Porém, percebemos, no seu percurso histórico, que a universidade sempre foi privilégio de uma minoria, favorecida pela elite brasileira. No Brasil, ainda no período do Império, o ensino superior “atendia às necessidades do Estado, na formação específica na qualificação da elite para o exercício do poder, aristocratização do saber, profissionalização técnico-operativa e transplante de modelos europeus” (Souza, 1996, p. 48).

Cunha (2004) afirma que o ensino superior brasileiro era, no Império, estatal e centralmente controlado. Essa afirmativa é reforçada nas considerações de Saviani,

“[...] os cursos superiores propriamente ditos começaram a ser instalados no Brasil a partir de 1808 com a chegada de D. João VI. De modo geral aos cursos criados por D. João VI e as faculdades de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, e a Faculdade de Direito do Recife se resume o ensino superior no Brasil até o final do Império. Duas características são comuns a todos eles: trata-se de cursos ou faculdades isoladas e são todos eles públicos mantidos, portanto, pelo Estado (Saviani, 2010, p. 5).

O percurso histórico desse segmento da educação tem seu crescimento em desalinho com a formação docente, pois “não existia mecanismo algum de formação de pessoal que pudesse dar conta das tarefas docentes, [...] sendo o desenvolvimento do ensino superior feito à base da improvisação docente” (Cunha, 2004, p. 796).

A Proclamação da República (1889) trouxe fortes incentivos para o setor, “quebrou o padrão, sofrendo influência do ideário positivista, mas em todo o trajeto percebemos o viés elitista do ensino superior” (Cunha, 2004, p. 796). Para o autor, foi no governo republicano que “houve a expansão do ensino superior nas províncias, onde as faculdades multiplicaram-se em todo o país” (Cunha, 2004 p. 800).

Outro momento marcante para o ensino superior foi o período do governo de Getúlio Vargas (1930-1945), considerado “pródigo para o setor privado em expansão” (Cunha, 2004, p. 801). Percebemos que, nesse período, apesar de as ações do governo terem favorecido a expansão das instituições privadas, “foi retomado o protagonismo do

Estado nacional na educação com a criação, já em outubro desse ano [1930], do Ministério da Educação e Saúde Pública” (Saviani, 2010, p. 7). Com isso, acontecimentos importantes marcam o ensino superior público, como aponta Saviani:

“[...] entre os quais se situam o que estabeleceu o Estatuto das Universidades Brasileiras e o que reformou a Universidade do Rio de Janeiro. Na sequência ocorreu, em 1934, a fundação da Universidade de São Paulo, mantida pelo governo do estado de São Paulo, e em 1935, a criação da Universidade do Distrito Federal, mantida pelo governo da cidade do Rio de Janeiro, então capital do país. A partir do final da década de 1940 e ao longo da década de 1950 vão ocorrer as federalizações, estendendo-se pelas décadas de 1960 e 1970 o processo de criação das universidades federais, de modo geral nas capitais dos estados federados” (Saviani, 2010, p. 7).

Ainda nesse período da década de 1930, pontua-se a organização do movimento estudantil, sendo criada a União Nacional dos Estudantes (doravante, UNE), em 1937. Conforme Soares (2017), a UNE foi um

Movimento estudantil que encampou diversas bandeiras mundiais em prol de uma reforma por uma redemocratização do acesso e gestão da universidade. Além da movimentação em torno de questões universitárias, houve um crescimento em torno de lutas políticas, pela liberdade democrática e anistia ampla (Soares, 2017, p. 27).

Essa instituição representa os estudantes universitários de todos os estados brasileiros. Por meio das ações dos estudantes em importantes lutas sociais, a UNE faz-se significativo sujeito político em grandes conquistas na história do ensino superior, atuando firmemente em defesa dos interesses sociais do país.

Alguns episódios políticos marcam a década de 1940 no mundo, o principal deles é a Segunda Guerra Mundial, na qual a Alemanha invade a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), trazendo repercussões para a vida das pessoas dentro e fora do Brasil. Os estudantes brasileiros registram, através de suas lutas e resistências, a oposição aos conservadores e militares, que são os principais sujeitos nos desdobramentos da guerra. Nesse mesmo período, no Brasil, o presidente Getúlio Vargas oficializa a UNE como entidade representativa de todos os universitários brasileiros.

Em nosso país, o crescimento econômico, ocorrido na década de 1950, por meio, principalmente, do desenvolvimento da indústria, trouxe mudanças sociais importantes.

Conforme destaca Soares (2017), podemos observar um aumento da demanda social por educação para atender às novas exigências e implicações do padrão de desenvolvimento ligado ao processo de industrialização pesada.

Com as várias mobilizações e episódios políticos das diversas instituições, incluindo a UNE, desenha-se a crise política no país, que culminou na instalação do golpe militar (1964). Nesse período, o ensino superior desbrava em transformações com a Reforma Universitária, como explica Saviani:

O projeto de reforma universitária (Lei n. 5540/68) procurou responder a duas demandas contraditórias: de um lado, a demanda dos jovens estudantes ou postulantes a estudantes universitários e dos professores que reivindicavam a abolição da cátedra, a autonomia universitária e mais verbas e mais vagas para desenvolver pesquisas e ampliar o raio de ação da universidade; de outro lado, a demanda dos grupos ligados ao regime instalado com o golpe militar que buscavam vincular mais fortemente o ensino superior aos mecanismos de mercado e ao projeto político de modernização em consonância com os requerimentos do capitalismo internacional (Saviani, 2010, p. 09).

Percebemos que, mesmo a reforma universitária sendo reivindicada para melhorar as condições das universidades públicas, em meados de 1960, houve, nesse período, “incentivos diretos e indiretos inéditos às instituições privadas, que aliados à representação majoritariamente privatista do Conselho Federal de Educação (CFE), propiciaram novo surto de expansão” (Cunha, 2004, p. 801). Essa conjuntura reitera a continuidade intencional de um percurso de valorização da expansão das instituições privadas e acomodação nos investimentos para as instituições públicas.

Os estudos de Cunha (2004) registram que, nas duas décadas da ditadura (1964-1985), as afinidades políticas dos empresários do ensino com os governos militares resultaram em cifras estatísticas e financeiras e facilitaram a multiplicação em número e em tamanho das instituições privadas de ensino (Cunha, 2004, p. 802).

O número de matrículas, na década de 1970, traduz o crescimento vertiginoso no ensino superior. Segundo Vasconcelos (2010), as matrículas passaram de 300.000 (1970) para 1.5 milhão (1980). A autora explica que

A concentração urbana e a exigência de melhor formação para a mão de obra industrial e de serviços forçaram o aumento do número de vagas e o Governo, impossibilitado de atender a essa demanda, permitiu que o Conselho Federal de Educação aprovasse milhares de cursos novos. Mudanças também aconteceram no exame de seleção. As provas

dissertativas e orais passaram a ser de múltipla escolha (Vasconcelos, 2010, p. 603).

Esse contexto histórico do ensino superior apresenta uma ampla dimensão do crescimento desordenado e desigual desse nível de ensino, ficando claro que a expansão do ensino superior se deu em números significativos para as instituições privadas e foi amparada em diferentes interesses políticos e sociais.

Até o início dos anos 80 as universidades cresceram e se transformaram, assumiram o papel de instituições de pesquisa, ampliaram a pós-graduação, montaram laboratórios e bibliotecas, porém, não se libertaram das pesadas amarras burocráticas do Estado imposto pela Ditadura Militar. Durante esse período, os recursos públicos passaram a ser cada vez mais escassos e a expansão do ensino superior foi contida (Vasconcelos, 2010, p. 603).

O cenário delineado, a partir dos anos 1980, apresenta fortes mudanças sociais no Brasil, período marcado pela transição democrática, iniciada em 1984, mobilizada pela campanha das Diretas Já¹¹. Nas políticas educacionais, encontramos importantes acontecimentos, com repercussões em todo o segmento escolar, expressas na Constituição Federal Brasileira de 1988, que inaugurou transformações no campo da educação, em especial no ensino superior. Mais tarde, a aprovação da nova LDB nº 9394/1996 significará novamente um marco importante. Dourado (2002) pontua contextualizações importantes para o cenário da educação superior no Brasil, a partir da LDB, dentre as quais a

gratuidade no ensino público em todos os níveis, a gestão democrática da escola pública, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na educação universitária, a autonomia das universidades, entre outros, e foi precedida por edição de leis, de decretos e de portarias que a nortearam (Dourado, 2002, p. 242).

¹¹ O Projeto de Emenda Constitucional nº 5, de 1983, que passou a ser chamado de Emenda Dante de Oliveira, nome do então jovem deputado que o propôs, foi rechaçado no Congresso Nacional. Em eleições indiretas, o mineiro Tancredo Neves, um dos líderes da frente democrática, foi eleito presidente. Após a sua internação, na véspera da posse, e o seu falecimento, José Sarney assumiu como presidente da República e fez o governo de transição para a retomada democrática plena, instalando uma Assembleia Nacional Constituinte, em 1986, que resultou na Constituição Federal Brasileira de 1988, a Constituição Cidadã. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2023/04/13/40-anos-do-movimento-diretas-ja/>. Acesso em: 05. jan. 2023.

Nos estudos de Soares (2017), encontramos outras discussões sobre a LDB, nas quais a autora evidencia que a LDB, defendida pelo então governo de Fernando Henrique Cardoso (doravante, FHC) (1995-2002), tinha como ponto central o redimensionamento da política educacional, proclamada como uma medida modernizadora de universalização e modernização da educação. A referida lei foi promulgada, mesmo diante da correlação de forças e da defesa de projetos distintos (Soares, 2017, p. 57). Vasconcelos (2010) defende que a LDB foi aprovada de modo autoritário e excludente, pois havia outro projeto de lei de construção democrática, o qual foi vencido e substituído pela atual LDB.

A LDB foi um marco na educação brasileira, e, de acordo com o seu artigo 43, cabe à educação superior estimular a produção de conhecimento sobre os problemas do país e do mundo, fazer pesquisa e extensão, contribuir com a educação básica, produzir e difundir cultura etc. Além disso, é importante que haja ações que fortaleçam e ampliem as políticas para a democratização da educação, contribuindo para uma educação universal.

Conforme os estudos de Palavezzini (2014), na década de 1990, os investimentos do Estado, no campo da educação superior pública se tornaram cada vez menores e, como consequência, houve a expansão da educação superior privada, a mercantilização da educação e a formação cada vez mais voltada para o mercado de trabalho. A autora diz que, a partir da década de 1990, especificamente na gestão federal de FHC, acontece a diminuição do papel do Estado, afirmando que

As mudanças no papel do Estado a partir dos anos de 1990 ocasionaram maior desregulamentação e descentralização na gestão das políticas sociais, especialmente as educacionais. Nunca na história foram abertas tantas universidades particulares. A isenção foi impulsionada pelas políticas de isenção fiscal para os empresários da educação. (Palavezzini, 2014, p. 54).

Cunha (2004) apresenta dados do ensino superior, refletindo sobre a expansão das instituições privadas e públicas na gestão de FHC, corroborando o que discutimos:

Em 1995 FHC encontrou o ensino superior com 1,2 milhão de estudantes de graduação e o deixou com 3,5 milhões – um crescimento de 209% em oito anos! O alunado do setor público cresceu um pouco, mas foi o do setor privado que impulsionou essa curva ascendente. Se, ao início desse período, o setor privado respondia por cerca de 60% do efetivo discente, ao fim dele essa proporção subiu a 70%. O número de universidades públicas ficou estagnado, mas as privadas subiram de 63 a 84. E o de centros universitários, de zero a 77, dos quais 74 privados. A periferia

das áreas metropolitanas e as cidades do interior passaram à frente das capitais na disputa pelo estudantado (54% x 46% em 2002) (Cunha, 2004, p. 809).

Já na primeira gestão do então Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), houve uma preocupação em fortalecer o ES público, através da expansão das IFES para o interior dos estados federais, abrandando o crescimento das instituições privadas no âmbito nacional. Segundo Carvalho (2014), a agenda governamental redirecionou-se, a fim de ampliar de modo significativo as vagas nas universidades públicas, em especial no segmento federal.

Sendo assim, a política pública direcionada à expansão da educação superior no governo Lula expressava duplo intuito: manter o crescimento absoluto do sistema educacional de nível superior, cujo predomínio esmagador concentrava-se no segmento particular, e, simultaneamente, redirecionar parcialmente os instrumentos existentes em prol do segmento federal (Carvalho, 2014, p. 216).

Esses dados estão expressos no Censo do Ensino Superior MEC/INEP, indicando que, em 2003, houve um total de 1.262.954 ingressos em processo seletivo na graduação presencial, sendo 267.081 em instituições públicas e 995.873 em instituições privadas. Já em 2011, no término da gestão do governo Lula, contabiliza-se um total de 2.346.695 de ingressos em processo seletivo, sendo 490.680 em instituições públicas e 1.856.015 em instituições privadas. Percebemos números acanhados para a diferença entre as categorias administrativas, porém, em relação ao número de IES, tínhamos um total de 1.859 em 2003, sendo 1.652 privadas e 207 públicas; enquanto, em 2011, das 2.365, 2.081 são privadas e 284 públicas. Um crescimento expressivo de IES públicas, mas, ainda assim, apresentando um ensino superior para as elites.

Durante esse período, houve um movimento de expansão para o acesso às IFES da população menos favorecida, orquestrado pelos programas e projetos de implementação de políticas de inclusão social.

sum

A política de incremento de vagas tomou novo formato durante a segunda gestão de Lula sob a batuta do Ministro Fernando Haddad, impulsionada pelo crescimento econômico e pela maior disponibilidade de recursos da União direcionada à recuperação das verbas de custeio, pessoal e investimentos (Soares, 2014, p. 220).

Para dar força à política de acesso e permanência no ES, numa perspectiva de diminuir as desigualdades sociais, é também nesse governo que é implementado o REUNI, que traz como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior (Brasil, 2010).

Em continuidade, o governo de Dilma Rousseff (2011-2016) deu seguimento às políticas desenvolvidas para o ES no governo Lula, buscando a democratização, atuando em estratégias de melhores condições para os estudantes e oportunizando a formação inicial de estudantes da população menos favorecida. Porém, este governo foi alvo de um jogo político que culminou na saída da então presidente Dilma, levando para a gestão federal o vice-presidente, Michel Temer. Temer assumiu o mandato em agosto de 2016.

Ressaltamos que, nos governos de Lula e Dilma, houve iniciativas e ações de impacto na democratização de acesso e inclusão de estudantes historicamente desfavorecidos de oportunidades na sua formação, através dos incentivos da Lei de Cotas, REUNI, PROUNI, FIES, entre outros.

Ikuta (2023) pontua que, no cenário político do governo Temer, houve poucas propostas relacionadas à área educacional, sobressaindo-se o discurso de prioridade à pesquisa e o desenvolvimento tecnológico (Ikuta, 2023).

Outro destaque dado pela autora é a categorização dos atos normativos para a área educacional ocorridos nesse período. Ela identifica os dois principais, quais sejam:

- a internacionalização da educação superior (na forma de acordos de cooperação internacional com diversos países no campo da educação, e vistos para estudantes estrangeiros);
- Financiamento estudantil e da educação superior (principalmente, mudanças na gestão e operacionalização do FIES, no sistema de crédito educativo e no Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior – PROIES) (Ikuta, 2023, p. 155).

Ainda nesse estudo, a autora aponta desdobramentos que se deram com a Emenda Constitucional nº 95/2016, a qual ficou conhecida como Teto de Gastos Públicos e concentrou ações que impactaram as IFES. Segundo Ikuta (2023),

Além da interrupção de obras e de investimentos na infraestrutura existente, essa trajetória representou uma ruptura em relação ao ciclo expansionista dos governos anteriores, marcados pelo REUNI, que

aumentou a destinação orçamentária para a expansão da rede federal (Ikuta, 2023, p. 156).

Nos quatro anos que se seguiram, no governo de Jair Messias Bolsonaro (2018-2022), presenciamos o alto padrão de desvalorização da educação brasileira. Além da inconsistência na gestão da pasta do MEC, representado pela troca dos ministros, tivemos os ataques às universidades públicas, com os cortes de recursos e menos investimentos em todos os segmentos escolares.

Somados ao cenário de retrocesso, os dados analisados por Ikuta (2023) reforçam essas evidências:

Durante o governo Bolsonaro, ocorreu expansão semelhante à observada na gestão Temer: crescimento de 4,5% no total de matriculados. O que pode ser notado, no entanto, é que a expansão se deu praticamente na totalidade na rede privada, onde foi registrado uma queda nas matrículas da rede pública, em especial no ano de 2020. Apesar de ser um ano marcado pela fase mais aguda da pandemia de Covid-19, deve-se notar que as matrículas registraram retração apenas na rede pública, mantendo o ritmo de crescimento na rede privada (Ikuta, 2023, p. 185).

Conforme apresentado, na história da educação brasileira, houve muitas implicações que marcaram o trajeto do ensino superior e que podem ser percebidas ainda hoje.

Tais políticas têm resultado em um intenso processo de massificação e privatização da educação superior no Brasil, caracterizado pela precarização e privatização da agenda científica, negligenciando o papel social da educação superior como espaço de investigação, discussão e difusão de projetos e modelos de organização da vida social, tendo por norte a garantia dos direitos sociais (Dourado, 2002, p. 246).

Durante o longo percurso que denota a criação das universidades no país, percebemos que estas não foram construídas ou desenvolvidas na intenção de atender os anseios por formação da classe popular brasileira, que sempre foi a maioria. Esse cenário vai sendo modificado com a expansão do ensino superior no território nacional, contribuindo para a democratização do acesso a esse segmento, mesmo tendo a clareza de que este acesso ainda não é para todos.

4.1 O PNAES como política de assistência estudantil no Brasil atual

A partir desse recorte histórico, situamos outro ponto de discussão do nosso trabalho, que se costura no movimento de crescimento do ensino superior: a assistência estudantil.

Ao empreendermos esforços teóricos objetivando a produção de conhecimentos acerca das questões de natureza política e educacional, no contexto atual da educação superior no Brasil, encontramos o PNAES como parte das ações dessas políticas, que se alinham aos princípios constituintes nas políticas públicas para o nosso país, para garantir o acesso e a permanência dos jovens, matriculados nas IFES, que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica. Esse programa é “fruto de conquistas realizadas através das lutas sociais de atores que constituem as IFES, sendo eles alunos, docentes, gestores e Estado, adquirindo diversos sentidos e suscitando diferentes posicionamentos quanto a sua implementação” (Dutra; Santos, 2017).

Cabe destacar que esse espaço foi conquistado, resultado de intensas lutas sociais, encabeçadas principalmente pelo movimento estudantil, organizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), e pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace). Essas constituem as principais entidades engajadas na luta por uma AE como direito social e como política pública (Dutra e Santos, 2017, p. 149).

No seu percurso histórico, percebemos que a assistência estudantil vai sendo edificada em consonância com a construção das universidades. Apesar de entender que a política de assistência estudantil tem a sua evolução com a expansão do ensino superior, encontramos ações que apontam a “assistência ao estudante brasileiro no final da República Velha, quando o então chefe de governo Washington Luís (1926-1930) estabelece a Casa do Estudante Brasileiro em Paris, sendo considerada a primeira ação da AE do Brasil” (Imperatori, 2017). Essa assistência surge para favorecer a elite do nosso país, visto que seriam os oriundos dessa classe social aqueles que poderiam patrocinar os estudos no exterior.

O governo de Getúlio Vargas é considerado um período importante para a educação, principalmente quando esta é reconhecida como direito público, em conjunto com a consolidação das primeiras universidades brasileiras. De acordo com Vasconcelos, (2010),

Foi durante a década de 1930 do século XX que a Educação passa a ser reconhecida como um direito público regulamentado pelo Estado. Entretanto, nas respectivas Constituições, tais direitos ainda não estavam assegurados integralmente (Vasconcelos, 2010, p. 603).

Outro reconhecimento marcante para a AE no Brasil, foi uma política que ocorreu a partir da Reforma Francisco Campos, em 1931, estabelecida através do Decreto nº 19.851/1931, denominado de *Lei Orgânica do Ensino Superior*, sendo considerada a primeira tentativa de reconhecimento de AE (Lima, 2002). Em seu Art. 100, no inciso 4º, a referida lei indica que os institutos universitários devem amparar os estudantes reconhecidamente pobres, por meio de bolsas de estudos, além de incentivar associações estudantis para defesa de interesses dos estudantes.

Esse período também é considerado importante, pois além de a AE ser indicada, pela primeira vez, em uma Constituição Federal, em 1934, considerando a assistência aos estudantes mais necessitados (Brasil, 1934), houve a criação da UNE, em 1937, quando as reivindicações estudantis tomam fôlego e repercutem em ações de reconhecimento da necessidade de agir em prol do estudante universitário.

Na Constituição Federal Brasileira de 1946, a AE torna-se obrigatória em todos os sistemas de ensino, obrigando o Estado a oferecer condições de eficiência escolar.

Art 172 - Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar (Brasil, 1946).

Essa obrigatoriedade é reforçada na Constituição de 1961 e ampliada na Constituição de 1967:

Em 1961, com a aprovação da nova LDB, a assistência estudantil perde seu caráter de ajuda e passa a ser concebida como um direito a ser garantido igualmente a todos os estudantes (De Carvalho; Estrada, 2022, p. 3).

[Na] Constituição de 1967, pela primeira vez, aparece a concepção de se assegurar igualdade de oportunidades, segundo explicita o artigo 168: “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade [...]” (BRASIL, 1967). No entanto, é com a Lei de Diretrizes e Bases – LDB/Lei nº 4.024 de 1961 (BRASIL, 1961), que a AE passa a ser compreendida como um direito para todos os estudantes que precisarem, e não mais como uma ajuda,

conforme se pode perceber em seus artigos 90 e 91 (Dutra; Santos, 2017, p. 152).

Com o crescimento das instituições de ES, houve também a organização dos estudantes para provocar mudanças necessárias nesse segmento educacional. O movimento estudantil, dos anos de 1960 e 1970, tornou-se um importante ator nas mobilizações sociais, trazendo a classe universitária e a sociedade para a luta pelos direitos à democratização da educação e à AE, cobrando ao Estado melhorias nas universidades públicas e exigindo a reforma universitária. Kowalski (2012) afirma que

Durante o período correspondente à ditadura militar, o movimento estudantil promoveu diversas reuniões com o objetivo de discutir a reforma universitária e os direitos para os estudantes. Em 1961, a UNE realiza, em Salvador, o Seminário Nacional de Reforma Universitária com intuito de debater o conteúdo sancionado por essa lei, que resultou na Declaração da Bahia. Esse documento solicitava que as universidades fossem um espaço pluralizado, por meio da criação de cursos acessíveis para todos. Ainda no mesmo ano foi promulgada a LDB de 1961, que estabelecia, no artigo 90, a assistência social, médico odontológico e de enfermagem aos alunos, e, no artigo 91, a oferta de bolsas gratuitas aos educandos para custeio total ou parcial dos estudos, com financiamento para reembolso no prazo de quinze anos. A LDB (1961) colocava a assistência estudantil como um direito que deveria ser garantido de forma igual a todos os estudantes (Kowalski, 2012, p. 89).

Na década de 1970, na continuidade da expansão do ensino superior, outras situações exigiram atitudes do Estado para a educação, dentre as quais a criação do Departamento de Assistência ao Estudante, dando apoio ao estudante nas universidades.

Ainda na década de 1970, foi criado o Departamento de Assistência ao Estudante [...], vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, que implantou programas de assistência aos estudantes, como Bolsas de Trabalho, através das quais eram proporcionadas oportunidades de exercício profissional em órgãos ou entidades públicas ou particulares; e Bolsas de Estudo, por meio das quais o estudante recebia uma verba para sua manutenção, sem a realização de atividades em contrapartida. Também eram prioritários programas de alimentação, moradia e assistência médico-odontológica (Imperatori, 2017, p. 287).

O momento político-social que se configura na década de 1980 está marcado pela forte crise econômica, seguida pelo processo de redemocratização da sociedade brasileira. Nesse período pós-ditadura, vivemos problemas sociais com cicatrizes que

perduram e são apresentadas até os dias atuais, aparecendo na dificuldade em oferecer condições menos desiguais na saúde, lazer, emprego e tantas outras necessidades na vida das pessoas. Com isso, as diferenças sociais explodem e culminam nas lutas por melhores condições em todos os setores.

Nesse período de afirmações e organizações sociais por mudanças, surgem novos sujeitos que irão desenhar o início de uma universidade mais democrática. Formada pelos Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis das IFES, que se reuniam preocupados em apoiar os estudantes nas universidades, foi criado, em 1987, o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (doravante, FONAPRACE). Esse importante sujeito nas conquistas da AE é “encarregado de discutir, elaborar e propor ao MEC a política de Promoção e Apoio ao Estudante” (Fonaprace, 2012). Em suas reuniões, os representantes do Fonaprace “buscavam encontrar mecanismos adequados para viabilizar a permanência do aluno nas IFES” (Kowalski, 2012).

A Constituição Federal Brasileira de 1988 foi uma conquista da sociedade pelos seus direitos. Segundo Imperatori (2017),

A Constituição Federal de 1988, também chamada Constituição Cidadã, foi resultado da pressão de diversos movimentos sociais e consolidou direitos sociais e políticos reivindicados no processo de redemocratização. Nessa Carta Magna, a educação, ao lado de outras políticas sociais, é reconhecida como direito social (Imperatori, 2017, p. 288).

Como legitimado na redação do capítulo III da Constituição de 1988:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será provida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A PAE também ganha fôlego com a Constituição Federal Brasileira de 1988, que define os princípios do ensino:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;*
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;*
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;*
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;*
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006);*
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;*
- VII - garantia de padrão de qualidade.*

O Plano Nacional de Educação (PNE) tem o seu marco na Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 214, provocando o governo para discussões sobre a democratização da AE em todo o sistema de educação.

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009):

- I - erradicação do analfabetismo;*
- II - universalização do atendimento escolar;*
- III - melhoria da qualidade do ensino;*
- IV - formação para o trabalho;*
- V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.*
- VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto (Incluído pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Brasil, 1988).*

A LDB, Lei nº 9.394/96, também contempla a AE, quando traz, em seu Art. 3º, algumas diretrizes a serem observadas, indicando “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Brasil, 1996), e, apesar de não sugerir diretamente o ensino superior, amplia o entendimento para os diferentes segmentos da educação brasileira.

Percebemos que a educação está garantida pelo Estado para toda a sociedade, em todos os segmentos escolares, não devendo haver distinção, nem discriminação aos

estudantes. Apesar disso, encontramos situações em que estudantes são segregados pelas circunstâncias de desigualdades sociais, o que nos mostra que o Estado ainda precisa criar situações afirmativas para tornar esse direito igualitário, permitindo que a população menos favorecida seja parte integrante de uma sociedade com mais oportunidades e, conseqüentemente, mais justa.

Nesse sentido, esse percurso de movimentos sociais e reivindicações por uma educação mais democrática, em conjunto com a promulgação da LDB, foram alguns fatos que ampliaram as discussões no governo sobre a AE, conforme Kowalski (2012).

Essa fase se caracteriza por uma maior atenção do governo em relação ao favorecimento de condições mais justas de permanência e acesso ao ensino superior e é neste movimento que a política de assistência estudantil também entra numa fase mais madura em relação aos direitos dos estudantes, os quais perpassam pelo acesso aos programas de apoio estudantil, no sentido de dar possibilidades para que esse segmento possa permanecer no espaço universitário e findar seus cursos (Kowalski, 2012, p. 94).

No ano de 2007, o PNAES foi instituído, por meio da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, e, posteriormente, pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.

Esse documento foi elaborado pelo FONAPRACE, o qual, por muitos anos, vinha discutindo em pautas nacionais, a importância da assistência estudantil no decorrer da vida acadêmica e também como um recurso fundamental na incorporação dos estudantes de baixa renda no processo de democratização da universidade pública e gratuita (Kowalski, 2012, p. 96).

De Carvalho e Estrada (2022) apontam que,

Além da LDB e da Constituição Federal, outros documentos vão garantir a base legal para a criação do PNAES em 2007 (PN - nº 39 do MEC) e aprovação do decreto nº 7.234 de 2010, como o SINAES, o REUNI e o PNE (2014) (De Carvalho; Estrada, 2022, p. 04).

Com a instituição do PNAES, as IFES estruturaram a AE em suas unidades, a partir das determinações estabelecidas pelo Decreto. Porém, conforme mencionamos

anteriormente, a AE já acontecia na grande maioria das instituições federais de educação, mas não estava regulamentada oficialmente.

Instituído pelo Decreto nº 7.234/2010 da Presidência da República, o PNAES tem como objetivos: I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

O PNAES indica dez eixos de atuação pelas universidades, em articulação com o ensino, pesquisa e extensão, quais sejam: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (Brasil, 2010).

Os estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio são os indicados para participar do programa de assistência estudantil, por meio do PNAES, mas quem definirá o público-alvo para o atendimento será cada IFES, criando seus critérios e instituindo a demanda de prioridades, assim como os requisitos de percepção na prestação da assistência, de acordo com o perfil dos alunos em vulnerabilidade social.

Ampliando a nossa discussão sobre a AE, buscamos amparos legais na Constituição Federal Brasileira de 1988 e na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

A Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu Artigo 205, indica a educação como responsabilidade do Estado e da família. A LDB, nº 9.394/96, por sua vez, indica, no Artigo 3º, que “o ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Já a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), apresenta a educação como um dos direitos universais dos seres humanos.

Percebemos que a legislação aponta para garantir aos estudantes condições favoráveis de acesso e permanência no percurso educacional, assim como coloca o Estado enquanto responsável por esse processo.

Kowalski (2012) chama a atenção sobre o olhar da Declaração dos Direitos Humanos (1948), em relação à educação e à permanência do estudante:

A educação é um dos pilares fundamentais dos Direitos Humanos, afirmados como universais, indivisíveis, interdependentes entre si e destinados a garantir a dignidade humana, considera-se, contudo, um direito de terem sua concretização assegurada como dever do Estado, por meio da formulação de políticas públicas. Portanto, vale dizer que não se limita ao acesso a ela e, sim, algo que represente a possibilidade de permanência ao ensino e a transposição da redução das taxas de evasão e retenção de vagas dos discentes, ao modo que possa desenvolver seu importante papel no desenvolvimento social, econômico e cultural para a sociedade. Entretanto, o acesso à educação superior não é universalizado, uma vez que nem todos aqueles que gostariam de ingressá-lo obtêm esse direito (Kowalski, 2012, p. 23).

Entendemos que o Estado deve ser o principal provedor da educação e garantir aos mais vulneráveis socialmente o acesso a este direito. Um direito que deve ser levado a sério desde a educação básica, para que, assim, tanto os mais abastados quanto os vulneráveis tenham o mesmo direito socialmente, corrigindo as desigualdades e a falta de oportunidades.

Considerando a multidimensionalidade que as relações que envolvem o contexto da vulnerabilidade social e os bens sociais como a educação têm, percebemos a desalentadora realidade do nosso contexto socioeconômico, em específico a região Nordeste do Brasil. Acreditamos que há relevância na reflexão que envolve o contexto da vulnerabilidade social e a educação, por meio do PNAES, definido enquanto objeto de viabilização e oportunidade de estudantes ao desempenho e combate às situações de repetência e evasão.

O PNAES, inclusive, é objeto de investigação de pesquisas desde o seu surgimento, tal como é previsto quando surge uma nova política pública. Diversos pesquisadores debruçam-se para transformar as políticas públicas em objeto de estudo. Com o PNAES, portanto, não é diferente, ele vem sendo, sistematicamente, foco de investigação em várias pesquisas, considerando o levantamento bibliográfico apresentado neste estudo.

Para atender às demandas da AE nas universidades, o governo federal lança, ao orçamento das IFES, recursos específicos por meio da Assistência ao Estudante do Ensino Superior, que estão indicados na Lei Orçamentária Anual (LOA), mais especificamente na vinculação orçamentária (Ação 4002), que destina:

apoio financeiro a ações de assistência estudantil que contribuam para a democratização do ensino superior, a partir da implementação de medidas voltadas à redução das desigualdades sociais e étnico-raciais, à acessibilidade de portadores de deficiência, à melhoria do desempenho acadêmico e à ampliação das taxas de acesso e permanência na educação superior, destinadas prioritariamente a estudantes de baixa renda ou oriundos da rede pública de educação básica, matriculados em cursos de graduação presencial ofertados por instituições federais e estaduais de ensino superior, inclusive estrangeiro, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal, por meio do fornecimento de alimentação, atendimento médico odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência estudantil (Brasil, 2019).

Conforme apresentado no Portal da Transparência, através da Controladoria Geral da União, os recursos destinados à AE no país tiveram avanço a partir do Decreto que institucionalizou o PNAES. Do ano de 2019 ao ano de 2023, a UFPE esteve entre as 10 maiores universidades que aplicam mais recursos na AE, ficando no topo dessa classificação em 2021, totalizando um valor aplicado de R\$30.817.098,10, o que representa um percentual de 12,03% do orçamento anual. Com esses dados, percebemos que houve um investimento nas ações para atender às demandas da AE no período da pandemia.

4.2 O olhar dos autores sobre a assistência estudantil: o que mostram as produções científicas?

Em busca de trabalhos para fundamentar as nossas discussões, realizamos um levantamento bibliográfico na base de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (doravante, BDTD). Essa base de dados foi escolhida por concentrar estudos, entre teses e dissertações, das instituições brasileiras de ensino e pesquisa, principalmente das IFES, dentre as quais as universidades públicas.

Nesse universo de estudos, utilizamos, como estratégia de busca na BDTD, o uso de palavras-chave/descriptores que estão diretamente relacionadas a nossa pesquisa, quais sejam: PNAES; Programa Nacional de Assistência Estudantil; Assistência Estudantil; e Universidade.

Inicialmente, selecionamos dados, coletados dos estudos que consideramos relevantes, para compor essa análise e apresentar o cenário dessas palavras-chave/descriptores na base de dados eleita. Esses elementos são os seguintes: o tipo do

trabalho (dissertação ou tese); o ano de publicação; o título; o autor; o objetivo; o campo empírico; a metodologia; e os resultados.

Nesse rico levantamento, encontramos 97 teses e dissertações, as quais apresentam um panorama amplo das produções nas IFES. Para a classificação do contingente de estudos, foram selecionados 54 trabalhos que correspondem aos nossos objetivos e configuram aporte teórico para este estudo. Desse total, 90,9% correspondem a dissertações, enquanto 9,09% a trabalhos de doutoramento, que apontam discussões sobre o PNAES em universidades federais.

Como recorte temporal, adotamos o ano de 2010 – ano em que foi instituído o PNAES, por meio de decreto, pois consiste num marco na AE – até março de 2022, quando foi realizada a busca.

Para fins de disposição dos dados levantados, utilizamos, como critérios de inclusão, os trabalhos em que o campo de estudo foram as universidades federais e que tenham o PNAES enquanto objeto de investigação. Foram desconsiderados os trabalhos que abordam sobre alimentação estudantil, ensino médio, educação profissionalizante, escola agrícola, cursos técnicos, Programa de Jovens e Adultos (PROEJA) ou aqueles que tenha como campo de estudo os Institutos Federais e as Instituições Privadas de Ensino. Ainda foram desconsiderados para esta pesquisa, os trabalhos cujos temas não dialogam com nosso objeto de estudo, como, por exemplo: acessibilidade, gestão, concessão para Restaurante Universitário (RU) e acesso às Universidades através do Sistema de Seleção Unificada (SISU). Além disso, encontramos, em duplicidade, uma dissertação publicada na base de dados da BDTD. Todo esse acervo contabilizou 43 trabalhos excluídos da nossa análise.

Mergulhando na análise desses trabalhos, percebemos que, em grande parte dos estudos, o objetivo foi analisar o PNAES do ponto de vista da sua efetividade como política pública, usando, enquanto estudo comparativo, o objetivo apresentado no Decreto do PNAES, que aponta que essa política deve ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal (Brasil, 2010). O estudo de Marques (2014) exemplifica esses dados ao eleger, enquanto objetivo de pesquisa, “avaliar a assistência estudantil em torno da efetividade do PNAES nas universidades federais do estado da Paraíba” (Marques, 2014, p. 23).

Nos estudos levantados em nossa pesquisa, encontramos 23 trabalhos cujo objetivo geral propõe, em linhas gerais, uma análise do PNAES em torno da sua

efetividade. Nesse mesmo caminho, encontramos as investigações que se ocuparam da contribuição dessa política educacional para a permanência dos estudantes no curso de graduação, tendo como exemplo o trabalho de Araújo (2018), que analisa o desenvolvimento da AE na educação superior pública, na viabilização das condições de permanência estudantil. Para isso, o autor investiga duas instituições do Nordeste brasileiro: a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a UFPE.

Acrescentamos que, dentre os objetivos apresentados nos estudos analisados, investigar o monitoramento e a avaliação do PNAES é importante nessa área de estudos, pois o monitoramento e a avaliação estão definidos na legislação que institui a política de AE, estabelecendo que as instituições federais de ensino superior deverão fixar mecanismos de acompanhamento e de avaliação do PNAES (Brasil, 2010).

Apesar dos diferentes objetivos de investigação dos estudos por nós encontrados, percebemos que existe uma aproximação no que se refere à importância da implementação do PNAES nas universidades brasileiras, configurando uma política pública indispensável aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica.

Em um contexto regional, foi possível observar que o campo empírico, apresentado nos trabalhos, indica que houve uma prevalência de realização de pesquisas tendo como objeto de estudo o PNAES nas regiões Sul (11%), Sudeste (11%) e Nordeste (11%), seguidas da região Centro-Oeste (8%) e, por fim, da região Norte (4%), que apresentou uma pequena quantidade de trabalhos. Encontramos um número reduzido de trabalhos que investigam o PNAES em todo o universo das universidades federais brasileiras (4%). Por outro lado, foi possível observar que a grande maioria dos trabalhos caracteriza-se como estudo de caso, isto porque grande parte dos estudos tomam apenas uma universidade como foco de análise.

Do ponto de vista da avaliação das políticas públicas, percebemos que um número significativo de trabalhos do nosso levantamento bibliográfico está vinculado aos estudos sobre a eficiência, eficácia e efetividade, que correspondem às “etapas de uma política” (Arretche, 1998). Essas etapas de avaliação não dizem respeito apenas aos resultados, visto que existe um compromisso com o processo de análise da política, “destinado a separar aspectos distintos dos objetivos e, por consequência, da abordagem e dos métodos e técnicas de avaliação” (Arretche, 1998). Esses conceitos conduzem-nos ao entendimento de que, nas universidades brasileiras, a partir dos resultados encontrados, têm-se uma efetividade relativa no que tange à evasão dos estudantes. De acordo com

Galindo (2018), dentre os resultados encontrados, os principais apontam que ser bolsista reduz em 55,4% as chances de evasão. Ressaltamos que a redução da evasão está prevista nos objetivos do próprio PNAES.

Outro estudo no qual identificamos a efetividade do PNAES foi o de Freitas (2021), que, em sua dissertação, “identifica a importância do programa para a permanência e conclusão em tempo hábil dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica”. É importante lembrar que os objetivos do PNAES estão vinculados à redução das taxas de retenção e evasão, fato este que está colocado em alguns desses trabalhos, os quais apontam a importância dessa política para a permanência dos estudantes na educação superior, assim como para compreender o seu alcance no cumprimento dos seus objetivos.

Dentre os estudos por nós selecionados, percebemos que, em sua maioria, o PNAES avança em seus objetivos, enquanto política pública, a partir das áreas temáticas propostas pelo Decreto em questão, permitindo importantes ações na permanência e conclusão de muitos estudantes na formação inicial. Também percebemos que esses estudos apontam a necessidade de expansão e visibilidade das políticas de AE, garantindo condições para os alunos em vulnerabilidade socioeconômica.

Ainda no que se refere aos objetivos do PNAES, destacamos o objetivo de democratizar as condições de permanência dos estudantes na educação superior pública federal. Esse objetivo está nas discussões de alguns trabalhos do nosso levantamento bibliográfico, como, por exemplo, no trabalho de Eloi (2018), o qual constata que “a agenda política do Governo Federal demonstra interesses por políticas sociais que contribuem para uma maior democratização do ensino superior [...] indispensável para a busca da justiça social e do desenvolvimento econômico e humano da sociedade”. Isto reforça a necessidade em tornar cada vez mais acessível o ingresso de jovens nas universidades, garantindo a sua permanência nos cursos de graduação, com oportunidades e condições universais, ou seja, cada vez menos desiguais.

Contudo, também constatamos fragilidades no que diz respeito à necessidade de um esforço de reflexão crítica dessa política. Tal constatação refere-se ao fato de que alguns estudos apontam que a AE nas universidades precisa ser melhorada em alguns pontos para atender de forma mais ampla as demandas dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. No estudo de Marques (2014), percebemos que o PNAES atende parcialmente aos objetivos fixados no Decreto, visto que, o autor verifica que, das dez

áreas temáticas propostas pelo PNAES, “destacam-se tão somente as ações voltadas para moradia e alimentação, e debilmente as ações de esportes e saúde”, acrescentando que “a AE não é universalizada, mas limitada a ações focalistas, residuais e excludentes” (Marques, 2014).

Outro estudo que traz considerações importantes sobre os limites da AE é o de Santiago (2014), no qual o autor levanta aspectos da fragilidade do PNAES, apontando que o Programa “apresenta uma concepção limitada, fragmentada e focalizada nos segmentos sociais mais empobrecidos da população, haja vista a referida política adotar a lógica do menor recurso orçamentário para o maior quantitativo de atendimento”. Ainda em relação a esse ponto, evidenciamos as descobertas de Soares (2017), a qual afirma que “os recursos da política de assistência estudantil não cresceram na mesma proporção das políticas de acesso. Isso significa que os recursos para as ações de permanência estudantil são desproporcionais e insuficientes para atender o crescimento da demanda”. Percebemos essa realidade quando apresentamos os dados do INEP na expansão do ensino superior com ampliação do acesso às universidades públicas brasileiras, por meio do sistema de cotas.

Alguns estudos constataram que, apesar dos avanços do PNAES, em algumas universidades, o “Programa está distante de desenvolver uma política estudantil que venha atender as necessidades integrais dos estudantes [...] que enfrenta dificuldades orçamentárias e não tem dado conta de atender a demanda que se apresenta na realidade da IFES” (Cunha, 2017), principalmente nesse momento em que as universidades federais brasileiras sofrem com os cortes no orçamento do governo federal. Esse aspecto do orçamento é ponto de discussão de muitos estudos que evidenciam a necessidade de ampliar os recursos para atender aos estudantes universitários, gerando condições reais de permanência.

Diante da ampla discussão apresentada sobre o PNAES, o nosso interesse consiste em olhar para essa política em um momento diferenciado que a sociedade mundial atravessa, devido à pandemia da Covid-19, especificamente, a sociedade brasileira, que atinge principalmente as pessoas em vulnerabilidade socioeconômica e tem impacto direto nas universidades, sobretudo no estudante vulnerável. Uma das constatações relevantes no nosso levantamento bibliográfico foi a importância dessa política na vida dos estudantes das diversas universidades públicas das regiões brasileiras, localizando essa política pública enquanto campo de investigação que precisa ser palco de debates em

outros diferentes contextos, como, por exemplo, no cenário atual instaurado pela pandemia da Covid-19.

5 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, VULNERABILIDADE ESTUDANTIL E PANDEMIA: PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS DA PROAES-UFPE

O debate acerca das políticas de educação superior no Brasil vem evoluindo, ao longo dos anos, nas diferentes áreas. Percebemos esse avanço quando o assunto é assistir aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, pois encontramos várias ações que alavancaram a institucionalização da AE no ES brasileiro. Destacamos algumas ações que foram cruciais na estrutura da AE que temos hoje, dentre as quais a determinação do MEC em criar um setor específico de assistência ao estudante; a mobilização feita por assistentes sociais, culminando no FONAPRACE; as discussões da ANDIFES; os movimentos estudantis, através da UNE; os sistemas de cotas; entre outras.

Tudo isto faz parte do contexto histórico na constituição de um plano para a AE, sendo a base para a elaboração do Decreto 7.234/2010, que estabelece o PNAES, instituindo diretrizes para minimizar as desigualdades sociais na trajetória dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica nas IFES. Esse movimento impactou fortemente as universidades, dentre as quais a UFPE, que reformulou uma pró-reitoria direcionando ações específicas para esse fim.

Com essa adequação, a UFPE passou a contar com uma unidade gestora exclusiva para a promoção e o apoio aos estudantes, matriculados em cursos presenciais de graduação que estão em vulnerabilidade socioeconômica: a PROAES. Essa pró-reitoria constitui-se num setor voltado para os assuntos estudantis, com ações multidisciplinares nos eixos temáticos estabelecidos pelo PNAES, que tem a sua atuação nas políticas de cuidado e atenção aos estudantes, contribuindo para a permanência e o sucesso deles durante a sua formação.

Como exemplo da quantidade, na UFPE, em 2020, ingressaram 1.133 estudantes oriundos do sistema de cotas, com perfil de renda declarado vulnerável, apresentando expressivamente o desafio da universidade em atender a uma população que urge por atenção aos serviços básicos desta instituição, na permanência com qualidade no ensino superior.

A PROAES tem a missão de “promover e consolidar políticas de gestão da vida acadêmica em suas diversas dimensões; qualificadas em ações multidisciplinares nos eixos da assistência estudantil, da cultura, do lazer e das atividades esportivas, com o

objetivo de prover a igualdade de oportunidades aos estudantes da UFPE”¹² (UFPE, 2022). Atualmente, a PROAES tem o Prof. Dr. Fernando José do Nascimento, docente da UFPE, como pró-reitor desta pasta.

Apesar de ser uma pró-reitoria relativamente nova com essa nomenclatura, o seu surgimento tem origem em outras ações desenvolvidas ao longo dos anos de existência da UFPE, tendo, inclusive, outra pró-reitoria como precursora. Walewska Barreto, assistente social que atua na UFPE desde 1981, relata:

Quando cheguei na UFPE em 1981 como estagiária de serviço social, existia a PROCOM - Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários, a DAE, que era um departamento de assuntos estudantis, depois virou diretoria e também existia a Divisão de Serviço Social (DSS), que foi extinta, tudo dentro da PROCOM, sempre trabalhamos com Assistência Estudantil (Walewska Barreto, assistente social da UFPE).

A fala do professor Fernando Nascimento corrobora o relato de Walewska Barreto:

Sobre o histórico da PROAES, de maneira mais ampla, poderíamos dizer que inicialmente a PROAES era uma diretoria ligada à antiga PROACAD (antiga Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos) (Fernando Nascimento, pró-reitor da PROAES).

Walewska destaca a presença da AE na UFPE desde meados de 1949, iniciada com a construção da Casa do Estudante Feminina, orquestrada pela mobilização de alguns estudantes de medicina, vindos do interior do estado de Pernambuco, que não tinham onde ficar em Recife durante a formação.

Bem, a primeira casa de estudantes, aqui da universidade, apesar de não ter sido institucionalizada, iniciou quando um grupo de estudantes do interior, que faziam medicina, sem necessariamente ser aluno vulnerável, mas não tinham onde ficar na capital para estudar. Então, esses estudantes, em 1949, iniciaram mobilização para ter uma casa para morar. Isso aconteceu apenas 3 anos depois de termos essa estrutura de *campus* que temos hoje, com a maioria dos centros reunidos em um só lugar (Walewska Barreto, assistente social da UFPE).

¹² [www. Site da PROAES](http://www.proaes.ufpe.br)

A presença da AE na UFPE, em décadas passadas, pode ser vista no relato dos entrevistados:

Nós tínhamos uma assistência estudantil, antes da gestão do professor Alfredo Gomes, que recebeu uma alteração por volta do ano 2016. Houve uma reestruturação da política de bolsas, porque até essa época havia mais recursos e, a partir daí, começou progressivamente um estrangulamento da assistência estudantil, porque todas as pautas sociais e de inclusão deixaram de ser prioridade para os governos (Fernando Nascimento, pró-reitor da PROAES).

No entanto, a institucionalização da AE da UFPE se dá na década de 1970, com a construção da Casa do Estudante Universitário, vinculada à Divisão de Serviço Social (DSS) e ao DAE, ambos vinculados à Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários e Estudantis (PROCOM).

Como podemos observar, as ações de AE acompanham a UFPE desde a sua origem. No entanto, a institucionalização do PNAES e a criação da PROAES/UFPE marcam um novo período para a AE em acordo com as políticas de ações afirmativas que permitiram – e ainda permitem – a entrada, na universidade, de estudantes oriundos de camadas vulneráveis da população.

A PROAES é responsável por executar a PAE da UFPE, política que possui princípios, diretrizes e objetivos para o cumprimento do que define o PNAES. A PAE está regulamentada pela Resolução nº 15/2019, por meio do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE) da UFPE.

Considerando a importância de adicionar valor e melhorar a estrutura gerencial da AE na UFPE, a Resolução nº 15/2019 estabelece normas regulamentadoras para executar a PAE na UFPE, levando em conta a necessidade de tornar mais eficaz a gestão das ações da PROAES, os objetivos instituídos pelo PNAES, o Programa de Cotas do Governo Federal e a importância de dar condições à permanência dos estudantes desta universidade.

Conforme o Artigo 1º da Resolução nº 15/2019, a PAE tem como objetivo:

Art. 1º. A Política de Assistência Estudantil (PAE) da Universidade Federal de Pernambuco, executada pela Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis (PROAES), tem por finalidade assegurar aos estudantes regularmente matriculados em curso de graduação, na modalidade presencial, e de comprovada vulnerabilidade socioeconômica, condições de permanência na educação superior (UFPE, Resolução nº 15/2019).

Existe consonância entre o objetivo da PAE com o que está estabelecido na finalidade do PNAES, apresentando centralidade em ampliar as condições de permanência na formação dos jovens na educação superior. Numa mesma direção, encontram-se os destinatários aos quais a PAE está indicada, ou seja, os estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, participantes da AE na UFPE, apresentados no Artigo 6º:

Art. 6º São beneficiários da PAE os estudantes que: I - atendam, prioritariamente, aos critérios socioeconômicos definidos no Decreto nº 7.234/2010, que institui o PNAES; II - sejam do Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC G), que atendam às exigências deste inciso e do anterior e do Decreto nº 7.948, de 12 de março de 2013, respeitando a Portaria nº 745 de 05/06/2012; III - estejam em Mobilidade na UFPE e atendam às exigências dos incisos I e II, e desde que não recebam qualquer outro auxílio financeiro da instituição de origem, terão isenção integral no RU (UFPE, Resolução nº 15/2019).

Apesar de a nomenclatura da PROAES sugerir atendimento aos estudantes de modo geral, a Resolução nº 15/2019 indica que esta pró-reitoria atende, prioritariamente, aqueles que se enquadram nos critérios socioeconômicos definidos no Decreto nº 7.234/2010, que institui o PNAES, ou seja, “estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio [...]” (Brasil, 2019).

A PROAES instituiu um processo seletivo para estudantes que desejam participar da PAE na UFPE, conforme critérios específicos que estão estabelecidos na Resolução nº 15/2019, e, como apresentaremos a seguir, o serviço social da PROAES tem a responsabilidade de executar a política através da organização e publicação dos editais, assim como de selecionar os estudantes inscritos.

Para dar suporte gerencial à PAE da UFPE, a PROAES está estruturada a partir de duas diretorias: a Diretoria de Assistência Estudantil (doravante, DAE) e a Diretoria de Alimentação e Nutrição (doravante, DAN).

As informações divulgadas pela PROAES estão nos editais para a AE, divulgados nas páginas eletrônicas da UFPE, que definem os critérios e normas de seleção para moradia nas Casa de Estudantes (CEUs) e/ou repasse de recurso financeiro mensal para o estudante custear parte das despesas de locomoção, moradia e alimentação, sendo este recurso de caráter pessoal e intransferível (UFPE, 2022). Esses editais contemplam

estudantes dos três *campi* e as suas publicações dão início a um conjunto de procedimentos e possibilidades aos estudantes, conferindo, por meio dessa pró-reitoria, o permanente desafio de praticar a PAE da UFPE.

Os centros acadêmicos da UFPE localizados no interior do estado, CAA e CAV, possuem coordenações de AE independentes. No CAA, existe a Coordenação para Assuntos Estudantis, que possui quatro unidades subordinadas: o Setor de Serviço Social; o Setor de Psicologia; o Setor de Apoio Pedagógico; e o Setor responsável pelo RU. Em funcionamento desde 2006, o CAV possui a Coordenação Setorial de Assistência Estudantil (doravante, CAEST), que tem o objetivo de implementar programas, projetos e ações de AE, saúde do servidor e acessibilidade. O CAEST possui em sua equipe profissionais das áreas de Psicologia e Serviço Social, assim como técnicos administrativos, que implementam programas, projetos e ações da AE, saúde do servidor e acessibilidade no âmbito do CAV.

Essas coordenações integram a estrutura da PROAES, assegurando condições de permanência na formação superior. Porém, elas têm autonomia na execução da PAE, conforme demonstram os relatos abaixo:

As equipes que trabalham com assistência, nos *campi* Caruaru (CAA), formadas pelos profissionais de Assistentes Sociais, Psicólogos e Pedagogos, e Vitória (CAV) não estão subordinadas à PROAES, trabalham na coordenação de Assistência Estudantil de cada *campus*. A PROAES estabelece a política, o programa, define a organização e funcionamento, cabendo às equipes de cada *campus* executar a política (Jônatas Félix, diretor da DAE).

Nós temos a pró-reitoria PROAES e cada *campus* tem uma coordenação setorial que é independente da PROAES, ou seja, não pertence ao organograma da PROAES, mas pertence ao organograma do respectivo centro. Então, por exemplo, o diretor de Caruaru indica o coordenador setorial estudantil, nosso papel aqui é definir a política e o papel deles lá é executar a política (Fernando Nascimento, pró-reitor da PROAES).

As ações desenvolvidas pela PROAES são divulgadas no site da UFPE. Assim, buscamos construir um panorama geral das atividades da PROAES veiculadas no site desta instituição, iniciando pela identificação dos editais divulgados na página da pró-reitoria em questão, listando a dinâmica da AE nesta universidade.

O site institucional foi acessado por meio da página da PROAES, na qual examinamos o conteúdo dos editais das bolsas de assistência à permanência estudantil – bolsas e auxílios –, bolsa de moradia estudantil e residentes – bolsas e auxílios – e dos editais de inclusão digital, catalogando informações acerca dos objetivos, da abrangência e das particularidades de cada documento.

A coleta documental ocorreu em dois momentos durante a nossa pesquisa. No primeiro momento, com acesso em agosto de 2022, as informações estavam reunidas em uma aba de AE na página da PROAES, com todos os editais e comunicados separados por ano de publicação, inclusive os que não estavam diretamente relacionados aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, como é o caso, por exemplo, da Bolsa Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES), destinado aos estudantes estrangeiros, em convênio com o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G),¹³ vinculados à UFPE. Porém, em fevereiro de 2023, um novo *design* no site alterou essa apresentação, reestruturando as abas por temática das principais ações da pró-reitoria. Em outro momento, percebemos que essa atualização na aba da AE modificou a exibição das informações, acrescentando novas abas para acesso, separando os documentos da PROAES em locais específicos de cada atividade, ou seja, os editais das bolsas de assistência à permanência estudantil (bolsas e auxílios) ficaram em abas específicas, assim como os editais de bolsa de moradia estudantil e residentes (bolsas e auxílios), o Projeto Colaborador Pedagógico e os Auxílios Creche, Internet e Eventos.

Complementando a exposição de documentos da PROAES, há o ícone de *Informes*, que apresenta, em várias páginas, todos os editais, comunicados, resultados e demais registros e informações da pró-reitoria à sociedade.

No quadro a seguir, apresentamos os documentos que foram analisados no percurso da nossa investigação:

Quadro 5: Editais e informes do site da UFPE analisados

EDITAL	OBJETIVO
--------	----------

¹³ O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) oferece oportunidades de formação superior aos cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais. Desenvolvido pelos Ministérios das Relações Exteriores e da Educação, em parceria com universidades públicas – federais e estaduais – e particulares, o PEC-G seleciona estrangeiros, entre 18 e preferencialmente até 23 anos, com ensino médio completo, para realizar os estudos de graduação no país (Brasil, 2013).

Comunicado do Restaurante Universitário do <i>campus</i> Recife sobre o período em que as atividades acadêmicas estão suspensas. Publicado em 16/03/2020.	Reduzir a circulação das pessoas e colaborar nas medidas de combate à propagação da Covid-19.
Comunicado aos residentes das Casas Universitárias da UFPE. Publicado em 23/03/2020.	Orientar os estudantes sobre retorno às suas cidades de origem. A UFPE disponibilizará transporte que seguirá duas rotas: saída da UFPE, através da BR 232 até Arcoverde, e saída da UFPE, através da PE 408 até Surubim.
Comunicado de implementação das novas bolsas emergenciais. Publicado em 28/04/2020.	Ampliar a assistência aos(às) estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, aumentando 783 bolsas emergenciais Covid-19, atendendo estudantes do Programa Moradia Estudantil dos três <i>campi</i> .
Projeto de enfrentamento a Covid 19 com foco em assistência estudantil e compromisso social abre seleção de bolsistas. Publicado em 07/05/2020.	Contribuir no combate às consequências socioeconômicas da pandemia do Novo Coronavírus, por meio de ações que promovam o exercício da cidadania e a solidariedade, com envolvimento de estudantes pertencentes ao Programa de Assistência Estudantil da UFPE, por meio de doações para apoiar as famílias dos estudantes que tiveram situação de vulnerabilidade agravada pela pandemia.
Edital para Inclusão Digital de Estudantes em Situação de Vulnerabilidade Socioeconômica. Publicado em 05/08/2020.	Realizar a inclusão digital dos(as) estudantes e democratizar as condições de participação nas atividades acadêmicas remotas síncronas e assíncronas do semestre suplementar 2020.3. Atenderá aos beneficiários dos Programas de Assistência Estudantil vinculados à PROAES
Comunicado sobre os critérios e condições para solicitação de retorno de estudantes às Casas de Estudantes Universitárias para o Semestre Suplementar de 2020.3. Publicado em 17/08/2020.	Divulgar critérios e condições para retorno excepcional às CEUs.
Novo Edital de cadastro e seleção de estudantes para inclusão digital na UFPE. Publicado em 17/11/2020.	Realizar a inclusão digital dos(as) estudantes de graduação presencial em situação de vulnerabilidade socioeconômica da UFPE, conforme definição do PNAES, com vistas a democratizar as condições de participação nas atividades acadêmicas remotas síncronas e assíncronas no contexto da Pandemia da Covid-19.
Edital de Assistência Estudantil 2020.1. Publicado no dia 31/01/2020 e suspenso no dia 18/03/2020 em virtude da pandemia da Covid-19. Nova publicação em 11/01/2021.	Tem por fundamento a Política Nacional de Assistência Estudantil, cujo objetivo principal é ampliar as condições de permanência e de conclusão dos cursos de graduação presencial para estudantes da educação superior pública federal.

<p>Edital de Assistência Estudantil 2022.1. Publicado em 30/12/2021.</p>	<p>Tem por fundamento a Política Nacional de Assistência Estudantil, cujo objetivo principal é ampliar as condições de permanência e de conclusão dos cursos de graduação presencial para estudantes da educação superior pública federal.</p>
<p>Edital de Moradia Estudantil 2022.1. Publicado em 30/12/2021.</p>	<p>Repasse de recursos financeiros mensais para custeio de parte das despesas de locomoção, moradia e alimentação, bem como passarão a ser assistidos como prioritários pelos programas e serviços do Núcleo de Atenção à Saúde do Estudante (NASE) e do Núcleo de Assistência ao Estudante (NAEST) da Diretoria de Assistência Estudantil (DAE) e terão direito a residir em uma das Casas de Estudantes Universitárias (CEUs) da UFPE ou a receber Auxílio Moradia.</p>
<p>Editais para preenchimento de vagas para TUTORES(AS) e TUTORADOS(AS) do Projeto Estudante Cooperador Pedagógico 2021.2. Publicado em 17/01/2022.</p>	<p>Desenvolve uma atividade de tutoria que apoia pedagogicamente os discentes com dificuldades de aprendizagem em algumas disciplinas da Área 2 e que não foram superadas durante as aulas regulares.</p>
<p>Inscrições para o Programa de Bolsa Permanência. Publicado em 24/01/2022.</p>	<p>Programa de Bolsa Permanência que tem por objetivos viabilizar a permanência, no curso de graduação, de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas.</p>
<p>Edital de Auxílio Creche em fluxo contínuo para estudantes bolsistas da PROAES. Publicado em 07/02/2022.</p>	<p>O Auxílio Creche tem por fundamento os objetivos da Política de Assistência Estudantil no âmbito da UFPE. Nesse caso, estudantes bolsistas da PROAES com filho(a) menor que 3 anos e 11 meses.</p>
<p>Comunicado do encerramento do Edital de Inclusão Digital para a concessão de chips de dados móveis e tablets. Publicado em 25/05/2022.</p>	<p>Desde o início da pandemia, em 2020, foram lançados três (03) Editais para concessão de chips de dados móveis e tablets, tendo sido selecionados 1.791 estudantes para recebimento do chip de dados e 1.149 para recebimento do tablet.</p>
<p>Edital de Moradia Estudantil 2022.1. Publicado em 19/12/2022.</p>	<p>Repasse de recursos financeiros mensais para custeio de parte das despesas de locomoção, moradia e alimentação, bem como passarão a ser assistidos como prioritários pelos programas e serviços do Núcleo de Atenção à Saúde do Estudante (NASE) e do Núcleo de Assistência ao Estudante (NAEST) da Diretoria de Assistência Estudantil (DAE) e terão direito a residir em uma das Casas de Estudantes Universitárias (CEUs) da UFPE ou a receber Auxílio Moradia.</p>
<p>Edital do Programa de Bolsas de Manutenção Estudantil 2022.2. Publicado em 25/01/2023.</p>	<p>Tem por fundamento a Política Nacional de Assistência Estudantil, cujo objetivo principal é ampliar as condições de</p>

	permanência e de conclusão dos cursos de graduação presencial para estudantes da educação superior pública federal.
Edital de Auxílio Internet. Publicado em 22/05/2023.	Tem como finalidade realizar a inclusão digital de estudantes de graduação presencial em situação de vulnerabilidade socioeconômica da UFPE. Concessão de Auxílio Internet no valor de R\$70,00 (setenta reais) para custear o pagamento, pelo(a) estudante, até atingir o tempo mínimo de conclusão de curso, com reavaliação semestral, de pacote de dados de internet móvel ou internet cabeada.
Edital de Apoio Acolhimento 2023.1. Publicado em 10/07/2023.	Tem como finalidade promover a inclusão social por meio da concessão de bolsas, aos(às) estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, ingressantes pelas Cotas Sociais. Apoio para custeio de parte de suas despesas acadêmicas, com o objetivo de ampliar as condições de permanência durante o período compreendido entre o seu ingresso no curso e a divulgação dos resultados dos Programas de Bolsas de Manutenção Estudantil e/ou Moradia Estudantil da PROAES.
Reabertura do Restaurante Universitário <i>campus</i> Recife. Publicado em 10/04/2023.	Dar continuidade ao fornecimento de refeições à comunidade acadêmica.

Fonte: A autora (2024), a partir de dados coletados no site da UFPE.

Nesse levantamento, identificamos que, no período de 2013 a 2022, houve, no mínimo, a publicação de quatro editais por ano, sendo dois em cada semestre, um para assistência estudantil e outro para moradia estudantil. Além dos editais para o Projeto Colaborador Pedagógico, selecionando tutor e tutorado, e para a Inclusão Digital, assim como outras comunicações da PROAES.

Fato curioso, relatado pelo gestor da PROAES, Fernando Nascimento, é que os estudantes do CAA, em Caruaru, recebem auxílio financeiro para moradia, apesar de ter sido construída uma Casa do Estudante, a qual, contudo, não foi aceita pela comunidade estudantil, conforme observamos na fala de Fernando Nascimento:

Em Caruaru, temos casa de estudante e RU, mas, quando a casa de estudante foi inaugurada, os estudantes de Caruaru, em assembleia geral, decidiram não aceitar a casa de estudante, preferiram continuar recebendo o auxílio moradia, auxílio transporte, porque o *campus* de Caruaru é fora do perímetro urbano, fica localizado na zona rural e é de difícil acesso, meio quilômetro da BR 104, onde não existem casas ao redor do *campus* e está situado no Sítio Juriti de Caruaru. No entanto, não seria viável para os estudantes residirem em um espaço tão distante da

cidade, onde não tem restaurante nas redondezas e o sinal de internet é precário. Hoje, a casa de estudante de Caruaru foi transformada em um espaço administrativo (Fernando Nascimento, pró-reitor da PROAES).

A publicação da UFPE referente aos editais para a participação no Programa de Moradia Estudantil, por meio das bolsas de moradia e residentes da UFPE, também acontece, no mínimo, uma vez por semestre e tem como benefícios a residência temporária em uma das três casas estudantis da UFPE, com direito a bolsa residentes no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) e isenção integral nas três refeições diárias – desjejum, almoço e janta – no RU do *campus* Recife; ou bolsa moradia no valor de R\$800,00 (oitocentos reais) e isenção integral em duas refeições diárias (almoço e janta) no RU do *campus* Recife da UFPE.

São definidos alguns critérios de participação no Programa de Moradia, quais sejam:

- Renda familiar *per capita* de até um (01) salário mínimo e meio; origem escolar do estudante; condição de moradia; situação laboral dos membros do grupo familiar; bens patrimoniais; e agravantes de vulnerabilidade. Por renda mensal *per capita* entende-se o valor total dos rendimentos da família dividido pelo número de membros do grupo familiar;
- Não serão integrados aos cálculos de renda: programas sociais – Bolsa Família, Auxílio Brasil, Bolsa Estiagem, Garantia Safra, Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outros –; bolsas de estágio; auxílios para alimentação e transporte externos à UFPE; diárias e reembolsos de despesas; adiantamentos e antecipações salariais; estornos e compensações referentes a períodos anteriores; indenizações decorrentes de contratos de seguros; indenizações por danos materiais e morais por força de decisão judicial;
- Estar regularmente matriculado nos cursos de graduação presencial da UFPE no *campus* Reitor Joaquim Amazonas (Recife);
- Ter condições de concluir o curso de acordo com o que prevê a Resolução nº 15/2019, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UFPE;
- Não residir na Região Metropolitana do Recife;
- Não ser bacharel ou licenciado em curso superior de graduação;
- Não estar inadimplente junto à PROAES referente à devolução de recursos públicos indevidamente recebidos.

Além dos editais de bolsa de manutenção estudantil e moradia estudantil, existem também os editais para cadastramento da AE, que tem por objetivo acompanhar a situação socioeconômica e acadêmica dos estudantes inseridos na PAE da UFPE (UFPE, 2022). Esse edital é disponibilizado a cada dois anos e está direcionado aos alunos que ingressaram na PAE em editais específicos. Normalmente, nos dois anos que antecedem

o edital de recadastramento. Situa-se como uma reavaliação dos dados que foram apresentados no ingresso original da PAE, atualizando o cadastro, assim como avaliando o desempenho acadêmico dos estudantes, conforme Art. 15 da Resolução 15/2019 que estabelece a PAE.

Art. 15 A cada dois anos, em período estabelecido pela DAE/PROAES, os beneficiários da PAE devem renovar o contrato de adesão, através do edital de recadastramento, ocasião em que será revisada sua situação em relação aos critérios exigidos na seleção e atualizado seus dados, observando-se o desempenho acadêmico, conforme estabelece o § 2º do Artigo 15 da presente resolução (UFPE, Resolução nº15/2019).

Na atual DAE, existem três setores com profissionais de diversas áreas, quais sejam: o NAEST; o Núcleo de Atenção à Saúde do Estudante (doravante, NASE); e um núcleo de gestão da moradia estudantil.

O NAEST é composto por profissionais das áreas de Serviço Social, Pedagogia e Psicologia, que atendem aos alunos inseridos na PAE da UFPE, e tem atribuições específicas, dando suporte para o acesso e permanência dos estudantes.

No detalhamento dessas atuações, o serviço social do NAEST elabora, edita e prepara todos os editais publicados pela PROAES, contribuindo, de forma efetiva, no ingresso dos estudantes na assistência. Atualmente, são publicados editais de moradia, de assistência, de inclusão digital, PROMISAES, além do edital de recadastramento e do Projeto Cooperador Pedagógico (Tutor e Tutorado). Dessa forma, como evidencia o diretor da DAE, o assistente social do NAEST configura parte essencial para a AE da UFPE.

O serviço social do NAEST faz análise documental, entrevista, visita domiciliar. Todo trabalho de avaliação para inclusão do estudante nas bolsas de dinheiro passa pelo serviço social do NAEST. É ele quem indica o nível da bolsa que o estudante irá receber, que não é uma coisa subjetiva, tem os critérios de avaliação (Jônatas Félix, diretor da DAE).

O percurso para ingresso na PAE acontece pelo Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA). Quando da abertura do edital, o estudante faz a inscrição, então inicia-se uma robusta análise pelo serviço social do NAEST, que verifica,

a partir de critérios preestabelecidos e da documentação anexada, a situação de vulnerabilidade social apresentada por cada candidato.

O serviço social define, a partir dos dados analisados, o perfil do estudante com relação às bolsas oferecidas, levando em conta, principalmente, os recursos disponíveis pela PROAES para aquele período. Foi relatado pelo professor Jônatas, Diretor da DAE, que, muitas vezes, o assistente social precisa eleger o vulnerável dos vulneráveis, por não ter recurso suficiente para contemplar todos os candidatos selecionados.

O candidato vulnerável precisa apresentar documentação suficiente, que comprove a vulnerabilidade, para ser pré-classificado. Depois disso, vem a parte mais complexa, que é pegar o recurso disponível, as vagas disponíveis e distribuir com os estudantes pré-classificados, aí compete ao assistente social avaliar caso a caso e dizer quem é mais vulnerável, quem é menos vulnerável, se o estudante vai ficar na bolsa de manutenção 1 ou 2, se ele tem perfil para moradia, tudo isso é definido pelo setor de assistente social do NAEEST. A porta de entrada nas bolsas é o NAEEST (Jônatas Félix, diretor da DAE).

Apesar da existência de uma política de AE, fica claro que esta tem um alcance limitado, pois é escolhido o vulnerável do vulnerável, excluindo dessa assistência os estudantes que respondem aos critérios estabelecidos para a obtenção dos direitos, ficando este à margem da universalização efetiva. Isto confirma que ainda há uma limitação dessa política no que tange a uma ampla cobertura aos estudantes.

Essa constatação está indicada nos estudos de Palavezzini e Alves (2019), em relação aos recursos destinados à AE pelo governo federal:

Observa-se que não há determinação de uma parcela específica do orçamento a ser destinado a tal programa, devendo o poder executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes. Significa dizer que serão atendidos beneficiários na medida dos recursos disponíveis e não que os recursos são disponibilizados conforme demanda existente. Essa lógica reveste o programa de caráter seletivo e focalizado, restando aos executores a ‘eleição dos mais pobres entre os pobres’ (Palavezzini; Alves, 2019, p. 07).

Esse cenário também está expresso nos estudos de Moraes *et al.* (2022), quando os autores reforçam a exclusão da assistência aos estudantes que atendem aos critérios.

Depreende-se que muitos estudantes atendem aos requisitos e estariam aptos a ser beneficiados pelos auxílios da PAE, mas que nem todos são contemplados, em geral, por questões de contingências de ordem orçamentária e financeira, o que costuma gerar um sentimento de injustiça e desamparo nos estudantes não beneficiados pela PAE (Dos Santos Moraes, *et al.* 2022, p.1668).

Outro fato que chama a nossa atenção é que o número de assistentes sociais do DAE é bastante reduzido, apenas sete profissionais executam a análise e seleção dos estudantes inscritos nos editais para AE da UFPE, o que fragiliza a coerência na seleção, deixando desproporcional alguns casos de vulnerabilidade, visto que o número de inscrições para participação no PAE da UFPE vem crescendo ao longo dos anos. Em 2017, o número de estudantes inscritos para participar do Programa de Manutenção foi de 2.745 estudantes, enquanto, em 2022, foi 4.400. Esse total contabiliza, nos dias atuais, uma média de 628 estudantes para cada assistente social analisar e selecionar para o acesso na PAE da UFPE.

A equipe técnica para atender à demanda de seleção para ingresso na AE da UFPE é composta pelos assistentes sociais, que, conforme mencionamos anteriormente, possuem número potencialmente subestimado. Acreditamos que isto apresenta fragilidade, carência e incoerência na articulação com a política em questão, pois à medida que aumenta a demanda pelo acesso e que a universidade se abre para o ingresso de estudantes em vulnerabilidade, isto não vai sendo acompanhado pelas políticas concernentes, apontando, por exemplo, a necessidade de ter mais assistentes sociais na equipe técnica do NAEST da UFPE.

O número de interessados na admissão na PAE da UFPE aumenta a cada ano, coerente com as oportunidades dadas pelas políticas de ingresso aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, por meio das políticas afirmativas. Isto comprova que o perfil dos estudantes na universidade está mudando, pois temos, enquanto critério preponderante para participar da seleção de bolsas e auxílios, a renda *per capita* de até um salário mínimo e meio, o que indica a presença de mais vulneráveis na comunidade acadêmica. Conforme Silva e Marque (2022),

“critérios de acesso alteraram e continuam alterando fortemente o perfil do(a) estudante das universidades federais. Hoje, se pode dizer que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) são mais negras e mais populares” (Silva e Marque, (2022, p.6).

O setor de Pedagogia do NAESt assume a responsabilidade pelo atendimento a um dos eixos indicados pelos objetivos do PNAES, quando estabelece que nas instituições deve haver ações que possibilitem o apoio pedagógico aos estudantes. Dessa forma, esses profissionais auxiliam os estudantes com informações nas matrículas, encaminhamentos e orientações no percurso pedagógico.

Para dar suporte a essa demanda, a PROAES oferece apoio pedagógico, por meio de acompanhamento acadêmico, com tutoria de discentes que possuem bom desempenho em áreas específicas. Esse apoio é oferecido aos estudantes que apresentam dificuldades não superadas nas disciplinas cursadas e acontece por meio do Projeto Estudante Cooperador Pedagógico, o qual tem por objetivo minimizar as defasagens de aprendizagem dos(as) discentes e as repercussões no seu desempenho acadêmico, priorizando os(as) bolsistas da DAE da PROAES (UFPE, 2022).

Por meio dessas ações, percebemos que existe um esforço da universidade em responder aos desníveis pedagógicos apresentados durante a formação dos estudantes, numa tentativa de superar os obstáculos para um desempenho acadêmico exitoso. No entanto, nem sempre houve esse apoio pedagógico aos estudantes na UFPE. Araújo (2018) aponta que, em de 2015 não existia a realização de ações que buscassem dialogar com a comunidade acadêmica da universidade. O autor afirma que, na época, “os esforços desempenhados pela instituição estavam amparados na capacidade de elaboração de estratégias que permitam a expansão assistencial às demandas estudantis”, reforçando que “mantém-se um modelo de oferta de serviços de permanência estudantil vinculado às demandas das/os usuárias/os” (Araújo, 2018, p. 132).

Cunha (2017) informa sobre uma iniciativa da UFPE em apoiar os estudantes com dificuldades pedagógicas:

O Programa de Acompanhamento Pedagógico foi lançado, em 2013, na gestão do Professor Cláudio Heliomar Vicente da Silva. No momento da criação, foram desenvolvidas algumas ações para a área, mas que não surtiram efeitos junto aos coordenadores de cursos e professores. Na ocasião, foi contratada uma pedagoga para a PROAES. Nos dias atuais, existe atendimento aos estudantes beneficiários da PROAES com baixo rendimento acadêmico a nível individual, existe a perspectiva de contratar uma pedagoga para cada. Uma outra atividade que começou a ser desenvolvida, em 2016.1, pelo acompanhamento pedagógico, é o cooperador pedagógico (Cunha, 2017, p. 95).

Apesar de iniciar com pouco destaque, em 2016, o Programa de Acompanhamento Pedagógico foi retomado, por meio do Projeto Estudante Cooperador Pedagógico, apresentando proposta exitosa. Conforme indica a autora,

A PROAES deve se preocupar em criar formas de acompanhamento pedagógico, bem como programas do tipo o Cooperador Pedagógico, com intuito de auxiliar os estudantes com baixo desempenho (Cunha, 2017, p. 120).

Em nosso levantamento bibliográfico, encontramos outras instituições federais que possuem preocupações relativas às questões pedagógicas e que, em sua maioria, identificam impactos positivos na relação da execução da política de AE e o desempenho acadêmico e a permanência dos estudantes. Dos Santos Moraes *et al.* (2022), ao realizarem uma pesquisa no Instituto Federal Baiano, *campus* Senhor do Bonfim, consideram que

A PAE impacta positivamente na vida e desempenho acadêmico dos estudantes beneficiados por essa Política, razão pela qual entendem que esta deve ser incentivada, fortalecida e ampliada, com o fito de alcançar um maior número de estudantes e ajudar a mitigar os efeitos das dificuldades resultantes da pobreza e vulnerabilidade socioeconômica, os quais interferem sobre os índices de evasão e abandono escolar (Dos Santos Moraes, *et al.* 2022, p. 1672).

Essa é uma preocupação importante da UFPE, pois entendemos que a AE não se resume ao benefício financeiro, mas também perpassa por questões pedagógicas e de saúde para a permanência e o sucesso do estudante vulnerável, assim como orienta o PNAES.

O Projeto Estudante Cooperador Pedagógico disponibiliza dois tipos de editais, um deles com vagas para tutor e outro, com vagas para tutorado ambos com demandas peculiares. A oferta da tutoria acadêmica contempla especificamente disciplinas introdutórias da área de Exatas, definidas nos editais, a saber: Álgebra Linear I; Cálculo Diferencial e Integral I; Cálculo Diferencial e Integral II; Cálculo Diferencial e Integral III; Física I; Física II; Geometria Analítica; e Pré-Cálculo. Em todas essas disciplinas verifica-se alto índice de reprovação dos estudantes (UFPE, 2022).

As disciplinas eleitas para a tutoria em cada edital são definidas pela equipe técnica da área de Exatas e respondem a uma demanda pontual, pois seguem a necessidade analisada por esta equipe. Com isso, a cada edital, a oferta dessas disciplinas transita em rotatividade, em consonância com a demanda apresentada pela coordenação do projeto.

Nessa direção, o projeto considera tanto o discente com bom desempenho quanto o discente com dificuldade de aprendizagem, oportunizando trocas de experiências entre os estudantes. No que se refere aos tipos de editais – tutor ou tutorado –, verificamos que estes favorecem ambos os lados, porém, no caso do tutor, é ofertada remuneração de R\$200,00 (duzentos reais), enquanto ao tutorado, a oportunidade de avançar nos desafios pedagógicos.

Uma particularidade desse projeto é que os estudantes – tutor ou tutorado – não precisam estar vinculados, obrigatoriamente, à AE. Existe nos editais um critério em priorizar a participação dos estudantes assistidos pela PROAES, mas a oferta é para todos aqueles que têm interesse em participar. Entendemos que isto amplia o olhar de apoio ao estudante, dando condições diferentes de aprendizagens numa perspectiva de qualificar, ainda mais, a trajetória na universidade.

Segundo os editais para esse pleito, cabe ao setor de Pedagogia do NAEST, juntamente com docentes do Departamento de Matemática e da direção da Área 2/CCEN, a coordenação do referido projeto, como também a seleção dos estudantes inscritos para o pleito de tutor ou tutorado, a partir dos critérios pré-estabelecidos. Essa inscrição acontece com o preenchimento de um formulário *on-line*, publicado nas redes de divulgação da UFPE, obedecendo aos critérios da seleção, como, por exemplo, estar matriculado em um curso de graduação presencial da universidade.

Alguns critérios de participação na seleção de tutorado estão condicionados ao desempenho do estudante, como, por exemplo, ter sido reprovado nas disciplinas ofertadas pelo projeto em questão, apresentar disponibilidade de horário de 4h semanais para participar da atividade, assim como ter comprometimento em participar da atividade de tutoria, com frequência assídua. Além desses critérios, os editais definem que cada estudante poderá inscrever-se em, no máximo, duas disciplinas ofertadas para aquele semestre.

Completando a equipe multiprofissional do NAEST, temos o setor de Psicologia, que, historicamente, trabalha com o atendimento clínico aos estudantes do Programa de

Moradia, a saber: os estudantes da casa de estudante e os estudantes que recebem bolsa moradia. Conforme Jônatas Félix, Diretor da DAE:

O setor de Psicologia trabalha com os estudantes do programa de moradia fazendo psicoterapia. O estudante preenche o formulário no site, marca um horário e a psicóloga atende aquele estudante (Jônatas Félix, diretor da DAE).

O outro setor vinculado ao DAE é o NASE, o qual atende aos estudantes assistidos, atuando em outra área indicada pelo PNAES, referente à atenção à saúde do estudante. O serviço é destinado aos estudantes de graduação, do *campus* Recife da UFPE, beneficiados pelos programas de AE da PROAES ou que comprovem situação de vulnerabilidade socioeconômica.

As atividades desenvolvidas no NASE correspondem ao atendimento médico em psiquiatria e clínica médica, além de psicologia, nutrição, enfermagem e serviço social, com ênfase na atenção à saúde, diferentemente do NAEST. O atendimento do NASE é prioritário aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, porém este atendimento não é excludente, como afirma o Diretor da DAE, Jônatas Félix:

Todo estudante que procurar o NASE é acolhido, passa por uma triagem que define o encaminhamento das especialidades. Caso o estudante não esteja no perfil de vulnerabilidade, ele é encaminhado para rede de assistência externa, mas é acolhido. O nosso objetivo é garantir que o estudante tenha condições de concluir o curso (Jônatas Félix, diretor da DAE).

É importante destacar que o atendimento aos estudantes no NASE sempre aconteceu com o objetivo de acolher os discentes contemplados pela AE. Durante a pandemia, contudo, sendo este serviço de extrema importância, ampliou-se o acolhimento aos discentes em geral, possibilitando que todos os alunos que o procuravam o NASE tivessem encaminhamentos para resolver as suas demandas, o que traz importantes implicações, sobretudo durante o período pandêmico, no qual foram potencializados os casos de adoecimento, principalmente se tratando de saúde mental.

Conforme informações retiradas do site da UFPE, as ações desenvolvidas pelo NASE são as seguintes: acolhimento psicológico; centro de testagem e aconselhamento em infecções sexualmente transmissíveis; campanhas sazonais de promoção à saúde e

vacinação; treinamento em grupo para aprimoramento das habilidades sociais; e atendimento às mulheres vítimas de violência (UFPE, 2022).

Completando os setores que dão suporte à DAE na AE da UFPE, existe o Setor de Moradia, localizado na Casa de Estudantes Universitários (doravante, CEUs), que atua na gestão de manutenção das moradias estudantis da UFPE. Nesse setor, os profissionais da área de Serviço Social desenvolvem as suas atividades com os estudantes CEUs, como relata o Diretor da DAE:

O Serviço Social [doravante, SS] do setor de moradia recebe o estudante que entrou na assistência, através do edital de moradia. Já passou pelo SS, quando ele chega para morar na casa ou para receber a bolsa moradia, as assistentes sociais já sabem que o estudante é vulnerável e assistido pela PROAES, e aí elas atuam nas dificuldades, principalmente ao estudante da casa de estudante. Por exemplo, questões que envolvem conflitos pessoais na casa do estudante, relações interpessoais, problemas de ordem familiar que afetam a convivência entre os moradores, problemas de saúde com o estudante. O SS faz interlocução com a família, com a rede de saúde, com o NASE, então todo esse trabalho com o estudante ao programa de moradia é feito pelo SS do programa de moradia (Jônatas Félix, diretor da DAE).

No setor de moradia, também há profissionais de enfermagem e psicologia, dando suporte à permanência dos moradores das CEUs.

Dentro do SS do programa de moradia, tem o setor de enfermagem, que não é uma sala de procedimento. Pode acontecer uma situação em que a enfermagem está lá e trabalha nisso, mas, normalmente, é uma questão preventiva, por exemplo, campanhas: campanha de vacinação; campanha de prevenção de doenças; orientação de questões de higiene; saúde sexual; várias questões envolvendo saúde. Questão de orientação dos estudantes é feita pelo setor de enfermagem do programa de moradia, exemplo: campanha do setembro amarelo, organiza a campanha, cartazes, promove palestra, mas também fica disponível para o estudante ser atendido (Jônatas Félix, diretor da DAE).

A outra diretoria que compõe a PROAES é a DAN, que tem como gestora a Prof^a Karina Silveira. A DAN é responsável pela gestão do RU. Hoje, a UFPE possui dois RU, um no *campus* Recife e outro no *campus* Caruaru. Mas, essa diretoria executa a gestão do RU Recife e orienta as atividades nos dois *campi*, pois existe certa autonomia gerencial em cada um dos *campi*.

Percebemos que, de fato, a política é executada uniformemente pelos dois *campi*, porém a autonomia creditada a cada um deles possibilita o funcionamento dentro da realidade do *campus*, atendendo a demandas locais específicas.

Segundo Karina Silveira, a DAN não tem gerência direta nas CEUs, mas dá suporte e orienta os estudantes nos assuntos que envolvem o universo nutricional.

Nós damos apoio às cozinhas da casa do estudante, promovendo cursos de boas práticas. Na DAE tem o setor de nutrição, e traçamos parceria para apoio às Casas dos Estudantes na oferta desses cursos. Pretendemos construir uma política de alimentação e nutrição para toda a universidade (Karina Silveira, diretora da DAN).

O RU do *campus* Recife comporta 350 estudantes sentados em ambiente climatizado. A estimativa é de que sejam servidas uma média de 6.800 refeições por dia, informa Karina Silveira. O cardápio também inclui opções à base de proteína vegetal, como opção vegetariana. As refeições possuem valores diferenciados a depender do público, ou seja, os estudantes de graduação e pós-graduação pagam R\$4,78, no almoço. Já no jantar, o valor é de R\$4,88. Para visitantes, os preços ficam em R\$10,31 pelo desjejum, R\$11,95 pelo almoço e R\$12,20 pelo jantar. É importante destacar que o desjejum é ofertado aos moradores das CEUs. Aos estudantes assistidos pela PROAES, as refeições são ofertadas de forma gratuita.

O RU do *campus* Recife foi inaugurado em 2011. O projeto é do arquiteto, urbanista e professor aposentado da UFPE Ênio Eskinazi. Recentemente, o espaço passou por obras de ampliação e climatização do salão para refeições; reparos na cobertura e forro do bloco da cozinha; além da troca de revestimentos de piso; construção de rampas para a saída de emergência e para a saída comum do salão; alteração do leiaute da administração do RU; e construção de bancada na saída do salão do restaurante para lavagem de copos dos usuários (UFPE, 2023).

Antes da pandemia, o RU já não vendia mais as refeições – nem para a comunidade acadêmica, nem para os visitantes. Era ofertado os alimentos apenas aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, assistidos pela PROAES. Isto provocou descontentamentos e diversas reclamações e protestos para agilizar a reabertura do RU para toda a comunidade acadêmica e para os visitantes, o que só aconteceu em maio de 2023.

Além disso, o RU não está imune às críticas da comunidade universitária, como é possível observar nas reivindicações dos estudantes que ainda sofrem com problemas antigos na universidade, como, por exemplo, as longas filas de espera para fazerem as refeições no RU, conforme uma notícia de reportagem local da Rede Globo Nordeste (NE2-G1): “Estudantes reclamam da demora nas filas do restaurante universitário da UFPE, chegam a ficar quase uma hora esperando para entrar” (NE2-G1, 07/06/2023). Diante desses agravantes, fica claro que a universidade precisa ampliar o investimento no RU, buscando formas de atender satisfatoriamente às demandas da comunidade acadêmica.

De acordo com informações da UFPE, no site da AE, existe a publicação de editais para benefício de alimentação, por meio do RU, para o *campus* Recife, correspondendo à concessão de duas refeições – almoço e jantar –, integralmente subsidiadas, no RU da UFPE, ou o repasse de bolsa aos estudantes do curso de graduação em Direito, que receberão o valor mensal de R\$274,00 (duzentos e setenta e quatro reais), devido à distância física do Centro de Ciências Jurídicas para o RU da UFPE.

O CAV, por sua vez, não tem RU, ficando o serviço de alimentação vinculado à oferta de auxílio alimentação aos estudantes vinculados à PAE. Porém, segundo informações de Karina Silveira, a universidade tem um projeto para a construção de um RU neste centro.

Temos dois RU, mas temos projetos para construção no CAV e no prédio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)¹⁴, que terá um RU também (Karina Silveira, diretora da DAN).

No CAA, o RU é destinado a atender aos discentes de graduação e pós-graduação regularmente matriculados, aos visitantes em caráter acadêmico, aos usuários constituídos de servidores docentes e técnico-administrativos, aos prestadores de serviços na UFPE e ao público em geral. Os bolsistas ou estudantes que tenham sido contemplados com o acesso gratuito ao RU, mediante avaliação prévia da AE, receberão subsídio integral das refeições e terão acesso ao RU. De segunda a sexta-feira, são oferecidos

¹⁴ O prédio da antiga SUDENE, localizado no bairro do Engenho do Meio, em Recife, foi integrado à UFPE, em outubro de 2017, e rebatizado de *Edifício Celso Furtado*, pelo Conselho Universitário da UFPE.

almoço e jantar, com entrada subsidiada pela UFPE, para os alunos cujo perfil é indicado pela CAEST e, mediante pagamento, para o restante do público.

Percebemos que a estrutura organizacional na gestão da AE na UFPE vem sendo modificada, ao longo da sua existência. Segundo Walleswka Barreto, assistente social da UFPE, antes do PNAES, a universidade oferecia serviços básicos que o governo federal estipulava:

[...] tínhamos moradia, restaurante universitário e assistência médico-odontológica. Inclusive, tínhamos o consultório de odontologia, ao lado da divisão de Serviço Social. Além disso, oferecíamos também bolsa de trabalho, que, à época, o estudante trabalhava 4h e recebia um valor financeiro por aquele período (Walleswka Barreto, assistente social da UFPE).

No período que antecedeu ao PNAES, os recursos vindos do governo federal destinados para a AE eram limitantes, inviabilizando evoluções dos projetos existentes na UFPE e dificultando a ampliação de atividades para a AE. Hoje, a universidade tem uma nova roupagem para a AE, mas ainda precisa avançar, como demonstra Walewska Barreto:

A AE avançou muito, aqui na universidade, até porque, em 2000, teve a legitimidade e visibilidade da AE, então não era aquilo que o reitor achava que deveria dar, ‘a fatia do bolo’ Hoje, vem um recurso próprio para a assistência, exclusivo. Então, isso foi um avanço, com certeza. Por outro lado, a abertura pelo SISU, da lei de cotas, expandiu muito o acesso. Em contrapartida, a questão financeira não acompanha, então continuamos a ter uma AE seletiva e esse é o grande ‘nó’ do serviço social da UFPE. Costumo dizer que escolhemos os vulneráveis dos vulneráveis (Walewska Barreto, assistente social da UFPE).

Todos os envolvidos com a AE da UFPE, que foram entrevistados neste estudo, são unânimes em apontar que os recursos advindos do governo federal são insuficientes para dar conta das demandas da AE na universidade, pois esta demanda aumenta a cada semestre letivo. Além disso, os entrevistados reforçaram a importância de reanalisar o decreto do PNAES com a perspectiva de transformá-lo em lei, ampliando a legitimidade e a força deste ato normativo.

Esse debate também vem acontecendo nas casas legislativas do Congresso Nacional, no qual a Comissão de Educação defende a importância de programas de AE

na educação superior, e, em reunião com “representantes de alunos, de instituições públicas federais e estaduais e de professores, cobraram mais recursos e a regulamentação via lei do PNAES, para diminuir a evasão escolar nas universidades” (BRASIL, Agência Câmara de Notícias, 2023).

Em síntese, dentre as ações reestruturadas e renovadas pela PROAES da UFPE, durante o período pandêmico, encontram-se: reorganização da oferta de alimentos aos estudantes; condução de estudantes às suas residências; ampliação no número de estudantes assistidos; redimensionamento das bolsas e auxílios da PAE; lançamento do Programa de Inclusão Digital, por meio da oferta de equipamentos eletrônicos, chips para acesso à internet e auxílio para custear a compra de computadores e tablets. Porém, a oferta dessas ações esbarra nos gargalos financeiros definidos pelos recursos do governo federal através do PNAES.

Diante do exposto, percebemos que a AE na UFPE vem alcançando um número maior de estudantes e que, entre avanços, retrocessos e entraves, a PROAES constitui um importante articulador nas ações para o progresso da AE na UFPE, ao executar o PNAES, que é um estimulador da permanência com equidade, na formação inicial de uma população que carece de políticas afirmativas, principalmente em contextos adversos, como o que vivenciamos durante a pandemia da Covid-19.

5.1 Assistência Estudantil da UFPE durante o período pandêmico

No enfrentamento à assustadora pandemia da Covid-19, instaurada no ano de 2020, muitos projetos e atividades foram pausados ou interrompidos nas diversas instituições sociais. A vida das pessoas foi transformada abruptamente, sendo percebidos os impactos nos diversos setores da sociedade, implicando não só questões de saúde pública, mas também de educação, segurança, crises políticas, sociais, ambientais (Castioni *et al.*, 2021), e, especificamente, crises econômicas, agravando a desigualdade de renda.

Cumprindo as medidas de vigilância sanitária, foi necessário o isolamento social, obrigando todas as pessoas que não estavam em atividades essenciais a permanecerem em suas residências, para diminuir a propagação da doença. Mas, essa atitude necessária dificultou o livre comércio, as atividades informais e tantos outros serviços, levando várias famílias à situação de extrema pobreza.

Esse contexto teve repercussão nas atividades acadêmicas das diversas instituições de ensino, inclusive no ensino superior, sendo necessárias ações que dirimissem os agravamentos a todos os estudantes (Castioni, *et al.*, 2021), mas com atenção especial àqueles que já se encontravam em situação de vulnerabilidade socioeconômica, justamente o público-alvo do PNAES.

Silva *et al.* (2023) afirmam que, dentre as mudanças que aconteceram nas IFES durante o período da pandemia e o isolamento social, algumas afetaram diretamente a permanência dos estudantes no ensino superior, dentre as quais o maior impacto socioeconômico, a acentuação dos conflitos familiares em função da convivência em isolamento e o acesso dos estudantes às Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) (Silva *et al.*, 2023).

Com isso, tornou-se urgente que todas as instituições de educação atuassem em função de melhores condições de permanência para os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o que aconteceu também no ensino superior, promovendo ações que contribuíssem com a formação dos estudantes, a fim de minimizar os efeitos negativos causados pelo período pandêmico.

A UFPE, em harmonia com outras IFES, também utilizou diversas estratégias político-administrativas e pedagógicas para o enfrentamento da pandemia da Covid-19, no desafio de dar suporte à comunidade institucional. Nesta pesquisa, destacamos aquelas estratégias que envolvem nosso objeto de investigação, ou seja, a AE e as ações realizadas

pela UFPE para a minimizar a vulnerabilidade dos alunos assistidos pelo PNAES, durante a pandemia.

A pandemia da Covid-19 acarretou muitas mudanças para todas as áreas da AE da PROAES. Nesse contexto, foi necessário a construção de ações e estratégias, com o objetivo de não interromper o atendimento aos estudantes e de garantir que eles continuassem na universidade. Assim, com as modificações ocorridas no funcionamento presencial na UFPE, o atendimento na PROAES foi repensado e realizado no formato *on-line*, diferenciando o contato com o público nesse setor. Os editais do semestre letivo de 2021.2, do Projeto Estudante Cooperador Pedagógico, atendendo a esse contexto, tiveram o diferencial de realização das aulas no formato remoto, possibilitando encontros virtuais entre tutor e tutorados.

De modo geral, a PROAES se adaptou e adaptou as suas ações na tentativa de minimizar os efeitos negativos da pandemia nos estudantes assistidos, concentrando esforços na organização do setor de moradia estudantil, nas demandas de alimentação dos estudantes da AE, na nova dinâmica de pagamentos e redimensionamento de bolsas e auxílios e na acessibilidade digital.

Uma das ações mais imediatas, no início do período pandêmico, foi a mobilização da universidade para atender aos estudantes moradores das CEUs, pois o momento de enfrentamento nacional à pandemia causava incertezas em todos, despertando em muitos estudantes o desejo em retornar aos seus lares. Para isso, a UFPE organizou o retorno de todos os estudantes que desejavam ir para casa, subsidiando custos de passagens e, até mesmo, fretando veículos, para que esses estudantes chegassem ao destino de forma segura. Em março de 2020, portanto, foi divulgado um edital, orientando aos estudantes a indicar interesse no retorno às suas cidades:

Diante da situação de calamidade pública, por conta da pandemia da Covid-19, a Universidade Federal de Pernambuco, através da Pró-reitoria para Assuntos Estudantis, orienta aos estudantes que não apresentarem sintomas do Novo Coronavírus, residentes nas casas universitárias, que retornem para suas cidades de origem (UFPE, 2020).

Quanto aos estudantes que não retornaram às suas casas, houve uma modificação na rotina das CEUs para garantir a segurança deles, combatendo o perigo real de contaminação, por meio de procedimentos de segurança coletiva. Ao longo de toda a

pandemia, não foi registrada contaminação coletiva em nenhuma das CEUs da UFPE. Segundo o gestor da DAE, Jônatas Félix:

A PROAES custeou a passagem de alguns estudantes que quiseram voltar para suas cidades, e o trabalho da equipe foi todo voltado para garantir que os estudantes que estivessem na Casa permanecessem em segurança. Então, fizemos todo um trabalho de testagem aos estudantes que solicitavam o retorno às suas casas, obedecendo aos protocolos sanitários e dando todo suporte para eles. Importante ressaltar que tivemos alguns casos, mas devido aos cuidados, não tivemos surto de Covid nas casas universitárias (Jônatas Félix, diretor da DAE).

A saída dos estudantes das CEUs aconteceu em acordo com a PROAES, que mantinha o controle de permanência para garantir a segurança sanitária dos moradores. O retorno desses estudantes às CEUs, ainda no semestre 2020.1, aconteceu por meio de edital, divulgado em 19 de janeiro de 2021, no qual os interessados em voltar precisavam enviar um Formulário de Solicitação de Retorno às CEUs, indicando interesse e aguardando autorização da PROAES, além de assinar um termo de compromisso, obedecendo ao protocolo de recomendações de biossegurança divulgado no mesmo edital.

Essa estratégia de retornar os estudantes moradores das CEUs às suas residências familiares também foi executada por outras universidades, conforme Silva *et al.*:

Com a suspensão das atividades presenciais, as universidades que possuem residência universitária adotaram duas estratégias iniciais: a orientação de esvaziamento e retorno dos estudantes-residentes aos seus núcleos familiares e, em casos excepcionais, a permanência dos estudantes que não puderam retornar naquele momento até suas residências. A decisão em permitir a permanência de alguns estudantes nas moradias estudantis exigiu esforços das instituições para a oferta de alimentação balanceada, álcool em gel e máscaras, orientação e monitoramento do estado de saúde desses estudantes, adoção de cuidados sanitários e de distanciamento social, maior controle sobre o acesso às residências e visitas por parte dos profissionais da Assistência Estudantil (Silva *et al.*, 2023, p. 10.).

A dinâmica de alimentação dos estudantes assistidos pela PROAES e dos moradores das CEUs foi reestruturada, pois, no período pandêmico, com o fechamento do RU, exigiu-se novas medidas para atender à demanda, o que obrigou a universidade a repensar estratégias para atender aos alunos vinculados à PROAES, como explicou a Prof^a Dr^a Karina da Silveira, gestora da DAN da UFPE:

Quando veio a pandemia, em março de 2020, mantivemos o contrato com o fornecimento de alimentos em marmita, onde o estudante assistido não morador das casas passava no RU para pegar o alimento. Os estudantes que moravam nas casas nós mandávamos a refeição para lá (Karina Silveira, diretora da DAN).

Segundo Karina Silveira, assim que foi instaurado o isolamento social, a DAN, juntamente com a PROAES, repensou o fornecimento de refeições para os estudantes, em conformidade com as orientações da vigilância sanitária. No entanto, houve muitos ajustes, ao longo do processo, que envolviam a qualidade dos alimentos.

Toda refeição era personalizada. Mas, foi preciso fazer alteração no cardápio, pois não colocamos salada crua, carnes com molhos, toda refeição que sofresse mais com o armazenamento era evitada para não correr o risco de estragar (Karina Silveira, diretora da DAN).

Karina Silveira também explicou que, no início da pandemia, houve o fornecimento de alimentos em marmitas, então o estudante assistido não morador das CEUs passava no RU para pegar o alimento. Aos alunos moradores das CEUs, as refeições eram entregues em marmitas diretamente nas casas universitárias. Conforme Karina Silveira, “nós enviávamos um cardápio aos representantes das casas e eles escolhiam a refeição e entregávamos nas casas” (Karina Silveira, diretora da DAN).

Essa estratégia foi realizada logo após ser declarado o isolamento social. Nesse período, existia um contrato com uma empresa de refeição que atendia ao RU. Essa empresa, em negociação com a UFPE, redirecionou o fornecimento dos alimentos dos estudantes moradores das CEUs e daqueles assistidos pela PAE. A responsabilidade do fornecimento das refeições ocorreu até o final do contrato, em abril de 2020. Depois disso, os estudantes passaram a receber auxílio alimentação. Segundo a gestora da DAN, não houve recurso extra no período da pandemia, o que inviabilizou outras alternativas para a demanda:

O aluno da AE que não morava na casa, ele recebia as refeições no prédio do RU: o almoço e o jantar. Só recebe o desjejum o estudante morador da casa do estudante. Quando acabou o contrato com a empresa que fornecia as refeições, os estudantes passaram a receber o auxílio alimentação. Os alunos dos outros *campi* receberam o auxílio alimentação. Não houve recurso extra para atender a demanda da pandemia. Tudo foi feito no contrato da empresa de fornecimento vigente. Tudo foi ajustado para suprir as necessidades da universidade no

atendimento aos estudantes, obedecendo aos protocolos de vigilância (Karina Silveira, diretora da DAN).

O NASE, vinculado à DAE, também organizou as suas atividades para dar assistência aos alunos durante a pandemia da Covid-19. Durante esse período, a utilização da tecnologia foi impulsionada na PROAES, mostrando transformações possíveis nas diversas esferas da comunidade universitária. Com a universidade sem atendimento presencial, o atendimento remoto precisou ser estabelecido nas unidades, pois o contexto demandava essa ação, como podemos observar na fala de Jônatas Félix, Diretor da DAE:

Outra mudança que fizemos foi na estrutura do atendimento, que passou a ser *on-line*, onde antes não acontecia o atendimento virtual. Por exemplo, psicologia, pedagogia, serviço social começaram a fazer atendimentos remotos, diante a pandemia, e permanecem até hoje (Jônatas Félix, diretor da DAE).

Outra ação da PROAES, durante o período pandêmico, foi a alteração das bolsas de AE, que ocorreu em fevereiro de 2022, publicada no Boletim Oficial da UFPE nº 32, de 2022, na Portaria Normativa nº 06, de 15 de fevereiro de 2022, estabelecendo as novas nomenclaturas e valores das bolsas e auxílios da AE. Consta, na Portaria nº 06, que essa iniciativa pretendeu atender a demandas urgentes na PROAES, frente aos cortes de recursos federais para as universidades públicas, à pandemia de Covid-19 e à necessidade de estratégias, na tentativa de diminuir as desigualdades potencializadas, nesse período, aos estudantes atendidos pelo programa.

Apesar de a mudança ter sido concretizada em 2022, as análises sobre os valores das bolsas e auxílios da AE, nos *campi* da UFPE, tem início na primeira gestão do professor Alfredo Gomes (2019-2023), como explicou o pró-reitor Fernando Nascimento:

Quando assumimos a gestão da PROAES, iniciamos os estudos para poder reconstruir esse programa de bolsas e auxílios de forma mais arrojada e que atendesse a necessidade dos estudantes nos diferentes *campi*. [...] Procuramos dar mais equilíbrio na reestruturação de bolsas e auxílio que fizemos [...] (Fernando Nascimento, pró-reitor da PROAES).

O redimensionamento das bolsas de AE foi uma das estratégias da PROAES da UFPE, no momento da pandemia, para equiparar os valores monetários das bolsas e auxílios para todos os *campi*, buscando equidade aos atendimentos dos estudantes assistidos, de forma que não houve suspensão do pagamento das bolsas e auxílios já

existentes. Essa ação também ficou evidente em outras universidades, como informam Silva *et al.*:

No que se refere ao pagamento de auxílios moradia, as instituições mantiveram o pagamento dos auxílios já existentes e, em algumas delas, foram criados auxílios emergenciais com a finalidade de manter a condição de moradia para estudantes que moravam nas residências universitárias ou que já tinham algum tipo de benefício para moradia estudantil, como foi o caso da UFCG, UFPE, UFPI, UFRN e UFS, com auxílios variando entre R\$ 100 e R\$ 600 mensais (Silva, *et al.* p.11. 2023).

Ainda na tentativa de atender às demandas e urgências que o contexto da pandemia exigia, a PROAES criou o Auxílio Covid-19, destinado aos estudantes que usavam o RU – que, na época, estava fechado – e que não poderiam ficar sem assistência. Para ampliar o número de estudantes, a PROAES ofertou o Auxílio Covid-19 também aos alunos que não estavam vinculados diretamente ao programa de AE.

Criamos o Auxílio Covid-19, no momento que fechamos o RU, para atender aos estudantes usuários do RU, para que eles não ficassem sem a segurança alimentar. Mas, se nós transformássemos esse recurso que era destinado ao RU em auxílio alimentação, estaríamos restringindo o alcance. Então, para que fosse maior, tivemos a ideia do Auxílio Covid-19. Os estudantes que os pais perderam o emprego, trabalhavam no comércio informal mesmo sem estar vinculados ao programa. Foi nossa estratégia para que o auxílio tivesse um alcance maior. Todos os assistidos tinham acesso ao RU, mas precisávamos que o Auxílio Covid-19 fosse mais abrangente porque sabíamos que mais estudantes entrariam em vulnerabilidade com a pandemia (Fernando Nascimento, pró-reitor da PROAES).

Seguindo as orientações indicadas no site da PROAES, o estudante interessado no Auxílio Covid-19 deveria enviar todos os documentos exigidos para a comprovação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme a Portaria Normativa nº 01/2020, contendo o protocolo publicado nos informes da página eletrônica da Pró-Reitoria da UFPE.

No atual contexto de enfrentamento à pandemia do Novo Coronavírus, a gestão está empenhada em garantir e ampliar a assistência aos e às estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Neste mês de abril de 2020, a UFPE implementou, através da Portaria nº 01/2020¹⁵, 783 bolsas emergenciais Covid-19, atendendo estudantes do Programa Moradia Estudantil dos três *campi* (UFPE, 2020).

¹⁵ Portaria nº 01/2020, indicada nos informes de 28 de abril de 2020. Disponível em: https://www.ufpe.br/proaes/destaques/-/asset_publisher/iJ0c83ImCeDO/content/ufpe-amplia-nos-tres-campi-a-quantidade-de-bolsas-emergenciais-para-enfrentamento-da-pandemia-do-novo-coronavirus/1360019. Acesso em: 05 jun. 2023.

Assim como para os estudantes do *campus* Recife, havia também orientações para os estudantes do *campus* do CAV, no qual não há RU. Em relação aos outros estudantes não atendidos nos critérios do edital, em Recife e em Caruaru, a equipe técnica do NAEST e da DAE da PROAES ficou responsável pela análise e atendimento desses estudantes, priorizando os casos de maior vulnerabilidade socioeconômica, considerando o limite orçamentário disponível naquele momento.

Investigando o contexto histórico da nomenclatura das bolsas de AE nos sites da UFPE, identificamos que a bolsa de AE denominava-se *Bolsa Nível* e, como o próprio nome antecipa, tinha 4 (quatro) níveis, de acordo com a vulnerabilidade do estudante assistido e o valor de cada bolsa. O estudante do *campus* Recife recebia a Bolsa Nível 1, com benefício de R\$100,00. Quanto à Bolsa Nível 2, o valor era de R\$200,00. Para a Bolsa Nível 3, por seu turno, o benefício era de R\$300,00. Por fim, no que se refere à Bolsa Nível 4, o estudante recebia um benefício de R\$400,00. Conforme o quadro abaixo, publicado em alguns editais da UFPE, o valor da bolsa também mudava a depender do *campus* ao qual o estudante estava vinculado.

Quadro 6: Apresentação dos níveis das bolsas e dos auxílios nos diferentes *campi* da UFPE

Níveis dos Programas e Auxílios da PAE	Faixa de Renda Familiar <i>per capita</i> (R\$)		Limite Financeiro dos Programas e Auxílios da PAE (R\$)	
	DE	ATÉ	<i>Campus</i> Recife	<i>Campi</i> Agreste e Vitória
Nível 1	990,01	1.320,00	100,00	200,00
Nível 2	660,01	990,00	200,00	300,00
Nível 3	330,01	660,00	300,00	500,00
Nível 4	0,00	330,00	400,00	700,00

Quadro retirado do edital para assistência estudantil da UFPE (2016).

Esses dados foram ratificados na entrevista com o diretor da AE da UFPE, o Prof. Dr. Jônatas Félix, que está à frente da DAE, vinculado à PROAES:

Tínhamos bolsa nível 1, 2, 3 e 4, de acordo com a vulnerabilidade. O nível 4 era o estudante que tinha uma renda de 0 a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, o nível 3 tinha sobre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{3}$, o nível 2 de $\frac{1}{3}$ a $\frac{1}{2}$ e o nível 1 de $\frac{1}{2}$ a $1 \frac{1}{2}$ salário mínimo (Jônatas Félix, diretor da DAE).

No contexto da reestruturação das bolsas, a Bolsa Nível passou a ser chamada de *Bolsa de Manutenção Estudantil 1 e 2*, uniformizando os valores nos diferentes *campi* e estabelecendo um padrão no benefício a receber de todas as bolsas e auxílios, conforme consta no quadro abaixo:

Quadro 7: Apresentação do redimensionamento das bolsas e auxílios da UFPE

BOLSA ANTERIOR	NOVA BOLSA
BOLSA NÍVEL 4 + AUXÍLIO COMPLEMENTAR MORADIA CAA	BOLSA MORADIA
BOLSA NÍVEL 4 + AUXÍLIO COMPLEMENTAR MORADIA CAV	BOLSA MORADIA
BOLSA NÍVEL 4 + AUXÍLIO COMPLEMENTAR MORADIA RECIFE	BOLSA MORADIA
BOLSA NÍVEL 4 + AUXÍLIO COMPLEMENTAR RESIDENTES RECIFE	BOLSA RESIDENTES
BOLSA NÍVEL (1, 2 e 3) RECIFE	BOLSA DE MANUTENÇÃO ESTUDANTIL 2
BOLSA NÍVEL (4) RECIFE	BOLSA DE MANUTENÇÃO ESTUDANTIL 1
BOLSA NÍVEL (1, 2 e 3) CAA	BOLSA DE MANUTENÇÃO ESTUDANTIL 2
BOLSA NÍVEL (4) CAA	BOLSA DE MANUTENÇÃO ESTUDANTIL 1
BOLSA NÍVEL (1, 2 e 3) CAV	BOLSA DE MANUTENÇÃO ESTUDANTIL 2
BOLSA NÍVEL (4) CAV	BOLSA DE MANUTENÇÃO ESTUDANTIL 1
BOLSA EMERGENCIAL NÍVEL 3 (RECIFE)	AUXÍLIO EMERGENCIAL
BOLSA EMERGENCIAL NÍVEL 3 (CAA)	AUXÍLIO EMERGENCIAL
BOLSA EMERGENCIAL NÍVEL 3 (CAV)	AUXÍLIO EMERGENCIAL
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO (RECIFE)	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO
AUXÍLIO CRECHE (CAA, CAV, RECIFE)	AUXÍLIO CRECHE
COOPERADOR PEDAGÓGICO (RECIFE)	BOLSA COOPERADOR PEDAGÓGICO
PROMISAES (RECIFE)	BOLSA PROMISAES

Quadro publicado na Portaria Normativa nº 06, de fevereiro de 2022.

Destacamos que, até o redimensionamento das bolsas de AE, não havia documentos oficiais que justificassem a distinção no valor das bolsas entre os *campi* Recife, CAA e CAV. Essa informação era encontrada no discurso da comunidade acadêmica, que creditava essa diferença à distância relativa ao *campus* do interior para o centro das cidades, além de não possuir RU nem CEUs, exigindo, portanto, maior despesa com alimentação e deslocamento dos estudantes. O corpo do texto informativo desse

redimensionamento está publicado na aba de *manutenção estudantil*, na qual explica-se esse processo de mudança, o qual é evidenciado no relato do pró-reitor da AE, Professor Dr. Fernando Nascimento:

Vitória de Santo Antão, sabemos factualmente o porquê; lá não tem RU e nem casa de estudante, então, se entendeu que o estudante deveria receber mais. Em Caruaru, temos casa de estudante e RU, mas quando a casa de estudante foi inaugurada, os estudantes de Caruaru em assembleia geral decidiram não aceitar a casa de estudante, preferiram continuar recebendo o auxílio moradia, auxílio transporte, porque o *campus* de Caruaru é fora do perímetro urbano, fica localizado na zona rural e é de difícil acesso, meio quilômetro da BR 104, onde não existem casas ao redor do *campus* e está situada no Sítio Juriti de Caruaru (Fernando Nascimento, pró-reitor da PROAES).

Essa modificação na estruturação das bolsas e auxílios da UFPE expressa um novo estágio de amadurecimento da PAE da UFPE, reforçando o compromisso da universidade em garantir aos estudantes assistidos os direitos indicados pelo PNAES de uma forma mais igualitária, implementando equidade na distribuição das bolsas e auxílios da AE.

Como já dito anteriormente, a UFPE possui, além do *campus* Reitor Joaquim Amazonas, em Recife, dois centros no interior do estado de Pernambuco, localizados nas cidades de Vitória de Santo Antão – CAV – e Caruaru – CAA. Conforme o pró-reitor Prof. Dr. Fernando Nascimento, a PROAES é gestora dos assuntos dos estudantes em todos os centros acadêmicos, porém cada centro possui autonomia de execução da política de assistência.

Cada *campus* tem uma coordenação setorial que é independente da PROAES, ou seja, não pertence ao organograma da PROAES, mas pertence ao organograma do centro (Fernando Nascimento, pró-reitor da PROAES).

Ainda com a necessidade de pensar novas estratégias durante a pandemia da Covid-19, a PROAES da UFPE lançou para todos os *campi*, no semestre letivo 2020.1, o edital de inclusão digital para os estudantes atendidos pelo PAE. Essa iniciativa abriu espaço para implementar atividades importantes e necessárias, diante do contexto vivido naquele momento de distanciamento social, imposto pela pandemia da Covid-19.

A suspensão das atividades pedagógicas presenciais nas universidades trouxe para todos uma aproximação acelerada e experimental das ferramentas tecnológicas, no

sentido de dar continuidade ao processo de ensino-aprendizagem em novo formato, ou seja, através das telas de notebooks, celulares, tablets, entre outros. Mas, a apropriação urgente de conhecimento digital foi dificultada pela não habilidade com as ferramentas tecnológicas, exigindo de muitos estudantes e docentes o letramento digital e implicando desafios inesperados para toda a comunidade universitária.

Para atender à demanda de inclusão digital, a UFPE divulgou, em agosto de 2020, o edital de Cadastro e Seleção de Estudantes para Inclusão Digital, cujo objetivo consistiu em realizar a inclusão digital dos estudantes de graduação presencial em situação de vulnerabilidade socioeconômica da UFPE, para democratizar as condições de participação nas atividades acadêmicas remotas síncronas e assíncronas (UFPE, 2020). Esse edital ofertou aos estudantes, assistidos pelo PNAES, plano de dados móveis por meio da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP)¹⁶, em parceria com a Secretaria de Educação de Ensino Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC), bem como a oferta em comodato de equipamentos eletrônicos disponibilizados pela UFPE.

Durante a inscrição no edital de Inclusão Digital, na oferta de equipamentos eletrônicos, o estudante poderia optar, dentre as modalidades apresentadas, pelo auxílio financeiro no valor de até R\$1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais), dividido em duas parcelas ou em forma de empréstimo pelo Sistema Pergamum¹⁷ ou em forma comodato de equipamentos, conforme expressa o referido edital.

Na entrevista com o professor Fernando Nascimento, ele explicou que houve, no atendimento à inclusão digital, uma parceria com o projeto do professor Marcos Barros, professor do Centro de Educação da UFPE, para o recebimento de tablets para os estudantes.

A inclusão no Programa de Inclusão Digital significou uma parceria da PROAES com um projeto de pesquisa específico, porque o Ministério de Ciência e Tecnologia liberou recurso para ser investido em pesquisa relacionada à Covid-19, através de uma parceria com o professor Marcos Barros, que também é do Centro de Educação [CE] da UFPE. Distribuimos quase 1200 tablets (Fernando Nascimento, pró-reitor da PROAES).

¹⁶ A Rede Nacional de Ensino e Pesquisa é uma organização social vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), que tem como missão promover o uso inovador de redes avançadas.

¹⁷ Sistema Pergamum – Sistema de Gerenciamento utilizado pelo Sistema Integrado de Bibliotecas da UFPE (SIB).

Além da distribuição dos tablets, outras atividades foram desenvolvidas por meio do Programa de Inclusão Digital. Conforme Jônatas Félix, diretor da DAE,

Uma das principais mudanças que posso destacar no cenário da pandemia foi a implementação do programa de inclusão digital, com várias ações como: entrega de tablet, entrega de chips, auxílio de inclusão digital, no início da pandemia, onde o estudante recebeu o valor de R\$1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais) para custear a compra de computadores ou tablets (Jônatas Félix, diretor da DAE).

A oferta dos chips para acesso à internet também foi uma atividade de inclusão digital, porém não houve adesão dos estudantes nesse investimento.

a UFPE aderiu e recebemos quase 6 mil chips para distribuir com os estudantes, dos quais apenas mil chips foram utilizados. Os chips que tinham 40 gigas mensal de dados não podiam fazer ligações, eram só dados de internet (Fernando Nascimento, pró-reitor da PROAES).

Esse dado indica que o acesso à internet é mais comum nas populações mais vulneráveis, pelo menos nos estudantes universitários assistidos pela PROAES da UFPE.

O edital de Inclusão Digital foi ofertado no período da pandemia da Covid-19, com o objetivo de promover a inclusão digital dos estudantes assistidos, numa perspectiva de oferecer plano de dados móveis ou empréstimo de equipamentos eletrônicos. Para isso, foram divulgados, para os três *campi*, os editais de auxílio de inclusão digital. Em 25 de maio de 2022, a PROAES publicou um comunicado de encerramento dos editais para Inclusão Digital para a concessão de chips de dados móveis e tablets. Desde o início da pandemia da Covid-19, em 2020, foram lançados três editais para a concessão de chips de dados móveis e tablets, contabilizando 1.791 estudantes para o recebimento do chip de dados móveis e 1.149 para o recebimento do tablet.

Em 22 de maio de 2023, foi divulgado o edital de Auxílio Internet, com a finalidade de realizar a inclusão digital de estudantes de graduação presencial em situação de vulnerabilidade socioeconômica da UFPE. Com esse edital, houve a concessão de Auxílio Internet no valor de R\$70,00 (setenta reais) para custear o pagamento, até o estudante atingir o tempo mínimo de conclusão de curso, com reavaliação semestral do pacote de dados de internet móvel ou de internet cabeada.

Com a suspensão das aulas presenciais nas escolas, faculdades e universidades, as aulas *on-line* se tornaram a principal alternativa de estudos. Apesar de entendermos que a internet já era utilizada por grande parte da população, o processo de ensino-aprendizagem desenvolvido à distância ainda não estava no cotidiano dos cursos presenciais das universidades públicas. Entretanto, no início da pandemia da Covid-19, as condições para executar essa modalidade de ensino eram bastante deficientes, pois, além da inexistência de ambientes virtuais para a modalidade presencial, grande parte da comunidade de alunos das universidades não tinha dispositivos tecnológicos nem acesso à internet para acompanhar as atividades *on-line*.

Segundo o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CeTIC, 2020), a falta de dispositivos – como computadores e celulares – e de acesso à internet nos domicílios dos alunos chegou a 86%, na educação básica. Apesar de o Censo IBGE de 2021 indicar que 90% dos domicílios do país chegaram a utilizar a internet em 2021, muitos estudantes não conseguiram acessar as aulas *on-line*. Gusso *et al.* (2020, p. 12) apontam que, antes da pandemia da Covid-19, o computador existente nos domicílios era utilizado pelas famílias que passaram a dividir o mesmo equipamento, não dando conta da demanda para todos aqueles que precisavam, seja para os estudos, seja para o trabalho.

Como mencionamos anteriormente, na UFPE, para as primeiras ações emergenciais no retorno das atividades pedagógicas, foi divulgado um edital, em agosto de 2020, para custear a aquisição de equipamentos tecnológicos aos estudantes assistidos pela PROAES da UFPE.

Identificamos, nos editais publicados, que, no período mais crítico da pandemia da Covid-19, em meados de maio de 2020, houve uma mobilização da UFPE, em articulação com a PROAES e a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC), para o desenvolvimento de projetos com foco no exercício da cidadania e da solidariedade. Foram ofertadas 36 bolsas, distribuídas nos 3 *campi* da UFPE, para os estudantes aprovados na AE, mas que não foram contemplados com bolsas ou auxílios. Essa ação ampliou o número de estudantes atendidos pela AE.

O objetivo desse projeto era contribuir com o combate às consequências socioeconômicas da pandemia do Novo Coronavírus, por meio de ações que explorassem a avaliação do impacto socioeconômico da pandemia da Covid-19 nas famílias dos estudantes atendidos pela PAE da UFPE, que produzissem uma campanha audiovisual

sobre as consequências sociais da pandemia, e que incentivasse a arrecadação de doações, para apoiar as famílias dos estudantes da UFPE que tiveram a situação de vulnerabilidade social agravada pela pandemia do Novo Coronavírus.

O período estimado para a duração desse projeto foi de cinco meses, garantindo certificação de participação aos estudantes. As doações aconteceram por meio de depósito bancário ou da entregas de alimentos e produtos de limpeza e eram feitas de duas formas: por pessoas físicas e jurídicas, por meio da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento (FADE) da UFPE.

A partir das informações contidas no site da PROAES, podemos identificar que a demanda de bolsas e auxílios foi superior aos recursos destinados para esse fim. Isto corrobora as informações apresentadas pelos gestores e pela equipe técnica da PROAES, quando afirmam que os recursos destinados para a AE não alcançam a demanda, levando a gestão da UFPE a reestruturar o orçamento quando acontecem urgências não planejadas.

Encontramos, nos dados abertos da UFPE, registros de que o valor do investimento, no ano de 2020, foi de R\$37.739.024,74, atendendo a 6.437 estudantes com 32 diferentes tipos de bolsas e auxílios. No *campus* Recife, esses dados são de 3.896 estudantes contemplados, totalizando R\$22.148.637,24 de investimento. Nos *campus* CAV e CAA, por sua vez, foram investidos R\$15.590.387,50 em bolsas e auxílios para 2.541 estudantes. No ano de 2022, no arrefecimento da pandemia da Covid-19, o valor investido na AE foi de R\$32.857.807, contemplando 5.190 estudantes.

De modo geral, a UFPE traçou, ao longo do período da pandemia da Covid-19, um plano de ação com atividades de impacto, principalmente nos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, na tentativa de minimizar as condições desastrosas agravadas pelo contexto de calamidade pública.

A UFPE respondeu às urgências demandadas pelo contexto pandêmico, pensando estratégias de reorganização para a continuidade das atividades na instituição, ao contemplar com suas ações a comunidade acadêmica, e, no caso da PROAES, ao adaptar o PNAES para dar suporte aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica.

Em síntese, identificamos que, dentre as ações desenvolvidas pela PROAES da UFPE, constam a reorganização da oferta de alimentos aos estudantes, a condução de estudantes às suas residências, a ampliação do número de estudantes assistidos, o redimensionamento das bolsas e auxílios da PAE, o lançamento do Programa de Inclusão

Digital, por meio da oferta de equipamentos eletrônicos, chips para acesso à internet e auxílio para custear a compra de computadores e tablets.

Porém, o percurso da AE requer uma vigília regular, estimulada pelas reivindicações de toda a sociedade, na perspectiva de trazer para a pauta discussões e ações de condições de acesso e permanência dos estudantes historicamente excluídos do ensino público superior.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A AE da UFPE, executada pela PROAES, por meio da PAE, tem o objetivo de assegurar aos estudantes, regularmente matriculados, melhores condições para o desenvolvimento das suas atividades acadêmicas, contribuindo para a permanência desses estudantes na educação superior.

Conforme apresentado, a PAE está em conformidade com os indicativos definidos pelo PNAES, atendendo às áreas de atuação que orientam o referido programa. Além disso, a PAE tem uma dimensão espacial abrangente, uma vez que atende aos três *campi* da UFPE, que apresentam desafios diferentes. Diante disso, reconhecendo as particularidades de cada *campus*, a UFPE organiza a dinâmica de bolsas e auxílios, promovendo mais equidade à distribuição financeira para os estudantes.

Ao longo da nossa discussão, percebemos que a AE na UFPE vem alcançando um número maior de estudantes e que, entre avanços, retrocessos e entraves, a PROAES constitui importante articulador das ações para o progresso da AE, executando o PNAES, o qual consiste num estimulador da permanência com equidade na formação inicial de uma população que carece de políticas afirmativa. A AE representa, portanto, fundamental intervenção na busca de assegurar aos estudantes ações que favoreçam a permanência nas IFES, principalmente em contextos adversos, como, por exemplo, o que vivenciamos durante a pandemia da Covid-19.

Em um momento extremamente desafiador, marcado por um contexto de incertezas, indecisões e limitações amplas, a pandemia da Covid-19 provocou uma reestruturação nas atividades de todo o mundo, exigindo novas dinâmicas na configuração social, econômica e política da população mundial, trazendo diversos impactos no campo educacional.

Especificamente na conjuntura do ensino superior, as instituições mobilizaram ações para enfrentar os desafios da pandemia da Covid-19. Foram elaborados planos de ação com atividades de impacto, em todas as áreas, principalmente nos estudantes que se encontravam em vulnerabilidade socioeconômica, na tentativa de minimizar as condições desastrosas provocadas pelo contexto de calamidade pública. Nas instituições públicas de ensino superior, a AE desempenhou um importante papel na tarefa de minimizar os danos causados pelo período pandêmico para a população estudantil em vulnerabilidade. Nesse contexto, buscamos analisar o caso da UFPE e as suas ações desenvolvidas com o objetivo

de minimizar os efeitos da pandemia da Covid-19 na população estudantil desta universidade.

Por meio de um estudo descritivo e analítico, a nossa pesquisa teve como foco a realidade da AE da UFPE durante a pandemia da Covid-19. Os dados revelaram um esforço da gestão da AE da UFPE em buscar saídas para a crise e para assistir com eficácia os estudantes. No entanto, notamos que os recursos advindos do governo federal não foram suficientes para dar conta das demandas da AE na universidade.

Considerando o nosso objetivo de compreender como a UFPE estruturou e organizou a PAE, no sentido de minimizar a vulnerabilidade socioeconômica e garantir a participação dos alunos nas atividades de ensino durante a pandemia da Covid-19, acreditamos que a UFPE, apesar de os entraves iniciais, respondeu às urgências demandadas pelo contexto pandêmico, adotando estratégias de reorganização para a continuidade das atividades acadêmicas na instituição. Em específico na AE, constituindo, por meio da unidade gestora da PROAES, a execução da PAE, ao adaptar o PNAES para dar suporte aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica.

Em síntese, dentre as ações reestruturadas e renovadas pela PROAES da UFPE, durante o período pandêmico, encontram-se a reorganização da oferta de alimentos aos estudantes, a condução de estudantes às suas residências – especificamente, os moradores das CEUs –, a ampliação do número de estudantes assistidos, o redimensionamento das bolsas e auxílios da PAE e o lançamento do Programa de Inclusão Digital. Esse último teve grande relevância no que diz respeito ao acesso dos estudantes aos equipamentos eletrônicos para conseguir acompanhar as aulas remotas, visto que o programa em questão se efetivou por meio da oferta de equipamentos eletrônicos, chips para acesso à internet e auxílio para custear a compra de computadores e tablets. Porém, é importante destacar que a oferta dessas ações esbarrou nos gargalos financeiros definidos pelos recursos do governo federal, por meio do PNAES.

Acreditamos que as informações presentes neste estudo indicam que a UFPE executou, ao longo do período da pandemia, um plano de ação com atividades de impacto, principalmente nos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, na tentativa de minimizar as condições desastrosas agravadas pelo contexto de calamidade pública.

Diante do exposto, entendemos que esta pesquisa não esgota a temática em questão, uma vez que muitas realidades necessitam ser esclarecidas em pesquisas futuras,

como, por exemplo, a avaliação dos impactos do PNAES nas universidades federais de Pernambuco, após a suspensão do período pandêmico.

Destacamos também que os valores dos recursos do governo federal para atender às demandas da AE na UFPE oscilam para mais ou para menos, indicando que existe uma inconsistência no montante direcionado para a execução da PAE, o que acarreta um atendimento deficitário, já que observamos que há a seleção dos mais vulneráveis em um universo de vulneráveis. Esse dado está indicado na seleção realizada pelo setor de serviço social da UFPE, quando este analisa as inscrições dos estudantes para participação na PAE.

As ações realizadas pela UFPE, no período da pandemia da Covid-19, contribuíram, de forma emergencial, naquele contexto crítico, mas ainda há limites no atendimento aos estudantes que precisam da AE da UFPE, o que implica a necessidade de um olhar ampliado da gestão da AE da UFPE. Exemplo disto são as longas filas de espera para entrar no RU, o que gera grandes reclamações por parte da comunidade acadêmica.

Outras ações também são urgentes, principalmente de ordem financeira, definidas pelos recursos do governo federal por meio do PNAES. Como já dito, o acesso ao ensino superior público, por meio de ações afirmativas, altera o perfil dos estudantes das IFES, aumentando a participação da população de maior vulnerabilidade socioeconômica. Com isto, as instituições são obrigadas a mudar o seu perfil de atendimento assistencial para garantir com sucesso a permanência dessa população específica.

Consideramos que, no âmbito do ensino superior, a pandemia da Covid-19 mostrou que ainda precisamos avançar com as ações da AE das IFES, a fim de garantir que os estudantes em estado de vulnerabilidade socioeconômica tenham melhores possibilidades de permanência na formação superior. Há de se considerar que o período da pandemia da Covid-19 foi um período atípico que exigiu ações emergenciais, com pouca margem para reflexões e ajustes. No entanto, foi um período que serviu para gerar reflexões em torno do atendimento dos estudantes em geral nas universidades, especialmente nas universidades públicas. As experiências podem servir como exemplos para repensar os modelos de AE e as políticas de permanências dos jovens na universidade, daí a importância de registros formais, como, por exemplo, a presente pesquisa.

Nessa direção, percebemos que é possível organizar e reestruturar a dinâmica de políticas públicas, por meio de ações afirmativas, não apenas para promover o acesso, mas também a qualidade na permanência dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. É possível avançar para um ensino superior de massa, abandonando o que historicamente foi construído: um ensino superior para a elite.

Além disso, faz-se necessário provocar a discussão da AE para a agenda do governo, trazendo novas reflexões e dando mais legitimidade para o tema, na perspectiva de avançar do decreto para a lei.

REFERÊNCIAS

- AMADO, João. **Manual de investigação qualitativa em educação**. 3. ed. Imprensa da Universidade de Coimbra. 2017.
- AMADO, João; FERREIRA, Sónia. **Documentos Pessoais (e não pessoais)**. In: AMADO, João (Org.) Manual de investigação qualitativa em educação. 3. ed. Imprensa da Universidade de Coimbra. 2017.
- AROSA, Armando C. **A concepção de Estado no debate sobre política educacional: uma análise dos trabalhos apresentados no GT5 da ANPEd (2000-2010)**. *Perspectiva*, v. 34, n. 3, p. 974-987, 2016.
- ARAÚJO, Lucas Pinheiro. **Assistência estudantil na universidade pública: de qual permanência falamos?** 2018. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.
- ARRETCHE, Marta. **Tendências no estudo sobre avaliação**. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 29-39.
- AZEVEDO, Janete Lins. **A Educação como Política Pública**. 3. ed. Campinas: Autores Associados. 2004. (Coleção polemicas do nosso tempo).
- BARBOSA, Alex Trindade et al. **Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Alfenas**. Dissertação de Mestrado. UNIFAL-MG, 2017.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016
- BENTO, António. **Como fazer uma revisão da literatura: Considerações teóricas e práticas**. *Revista JA (Associação Académica da Universidade da Madeira)*, v. 7, n. 65, p. 42-44, 2012.
- BRASIL. **Censo da Educação Superior**. Resumo Técnico | Censo da Educação Superior 2003 (Anexo) – Graduação. (2003). Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados> Acesso em 13 de julho de 2022.
- BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Brasília, 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em 13 de julho de 2022.
- BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Brasília, 1946. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm Acesso em 13 de julho de 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Orientação para apresentação de EMENDAS PARLAMENTARES ao orçamento de 2019**. Brasília, 2019. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=98381-cartilha-ministerio-da-educacao&category_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192
- BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Rede Nacional de Ensino e Pesquisa. Atualizado em 02/09/2021. Disponível em <https://www.gov.br/mcti/pt-br/composicao/rede-mcti/rede-nacional-de-ensino-e-pesquisa>., 20 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Coronavírus Brasil. Painel de casos de doença pelo coronavírus 2019 (Covid-19) no Brasil pelo Ministério da Saúde [Internet]. Brasília; 2020 [citado em 12 agosto 2020]. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - LDB**. Diário Oficial da União, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 11.096, DE 13 DE JANEIRO DE 2005. **Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI**, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. 14/01/2005.

BRASIL. Lei Nº 14.723, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 **Dispõe sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. *Diário Oficial da União*, 14/11/2023.

BRASIL. Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 25 abr. 2007.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**, 2010. *Diário Oficial da União*, 20 jul. 2010.

BRASIL. Senado Federal. **Despesas não obrigatórias do Orçamento de 2024 aumentam 8,5%**. Agência Câmara de Notícias. Brasília, 04 de set de 2023. Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/994467-despesas-nao-obrigatorias-do-orcamento-de-2024-aumentam-85/>

BRASIL. Senado Federal. **Entra em vigor lei que atualiza sistema de cotas no ensino federal**. Agência Câmara de Notícias. Brasília, 04 de set de 2023. Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/1016535-entra-em-vigor-lei-que-atualiza-sistema-de-cotas-no-ensino-federal/>

BOURDIEU, Pierre. **Compreender**. In: BOURDIEU, Pierre (org.). A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 1997, p.693-732.

CASTIONI, Remi; MELO, Adriana Almeida Sales de; NASCIMENTO, Paulo Meyer; e RAMOS, Daniela Lima, **Universidades federais na pandemia da Covid-19: a falta de acesso à internet interdita mesmo o ensino?** IPEA - UNB (2021). <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/40383>

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros [online]. 2014, n. 58, pp. 209-244

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências Humanas e Sociais**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000

CUNHA, Inês Virgínia Aleixes da. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na Universidade Federal de Pernambuco: um estudo sobre a trajetória acadêmica dos estudantes bolsistas**. 2017. Dissertação de Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO.

CUNHA, Luiz Antônio. **Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior: Estado e mercado.** Educação & Sociedade, v. 25, n. 88, p. 795-817, 2004.

CETIC.BR. **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Escolas Brasileiras 2020.** Acesso em 03/07/2023. https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20221121124500/resumo_executivo_tic_educacao_2021.pdf

DE CARVALHO, Marinez; ESTRADA, Adrian Alvarez. **A contribuição da UNE, do FONAPRACE e da ANDIFES na luta por uma política nacional de assistência estudantil e a implementação do PNAES.** Revista Valore, v. 7, p. 7058, 2022.

DOS SANTOS MORAES, Adriano; ALMEIDA, Jéssica Silva; ALMEIDA, Maria da Conceição Silva. **O impacto da política de assistência estudantil no desempenho acadêmico dos (das) estudantes: A percepção dos membros da CLAE Do IF Baiano, Campus Senhor do Bonfim e os indicadores institucionais.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 8, n. 1, p. 1651-1675, 2022.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90.** Educação & Sociedade, v. 23, p. 234-252, 2002.

DUTRA, Natalia Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fatima de Souza. **Assistência Estudantil sob múltiplos olhares: A disputa de concepções. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, [S.l.], v. 25, n. 94, p. 148-181, feb. 2017. ISSN 1809-4465. Disponível em: <<https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/827>>. Acesso em: 01 feb. 2022. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362017000100006>.

ELOI, Sueli de Souza Santos. **Sistema de monitoramento e avaliação do programa nacional de assistência estudantil–PNAES: um modelo a partir da teoria do programa.** 2018. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Viçosa.

FREITAS, Franklin Carter Lopes de, **Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil na UFC: a permanência discente como direito à educação dos estudantes do campus de Sobral.** 2021. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará.

FONAPRACE: **Revista Comemorativa 25 Anos: histórias, memórias e múltiplos olhares /** Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, coordenação, ANDIFES. – UFU, PROEX: 2012.

GALINDO, Aline Kátia Ferreira. **O impacto da assistência estudantil na permanência dos estudantes no Centro Acadêmico do Agreste (CAA/UFPE).** 2018. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

GANDIN, Luís Armando. LIMA, Iana Gomes de **A perspectiva de Michael Apple para os estudos das políticas educacionais.** Educação e Pesquisa [online]. 2016, v. 42, n. 3.

GOMES, Alfredo Macedo; MORAES, Karine Numes de. **Educação superior no Brasil contemporâneo: transição para um sistema de massa.** Educação & Sociedade, v. 33, p. 171-190, 2012.

GUIMARÃES, Edilene Rocha; LEITE, Fernanda Guarany Mendonça. **Políticas curriculares para superação da evasão e os direitos de cidadania.** Revista de Estudos Curriculares, v. 7, n. 2, p. 38-56, 2016.

GUSSO, Helder Lima.; ARCHER, Aline Battisti.; LUIZ Fernanda Bordignon.; SAHÃO, Fernanda Torres.; LUCA, Gabriel Gomes de.; HENKLAIN, Marcelo Henrique Oliveira; PANOSSO, Mariana Gomide; KIENEN, Nádia; BELTRAMELLO, Otávio; & GONÇALVES, Valquíria Maria; **Ensino Superior em tempos de pandemia: diretrizes à gestão universitária.** Educação & Sociedade, v. 41 <https://doi.org/10.1590/ES.238957>

HÖFLING, Eloisa de Mattos Estado e políticas (públicas) sociais. Cadernos CEDES [online]. 2001, v. 21, n. 55 [Acessado 6 janeiro 2022], pp. 30-41.

IKUTA, Camila Yuri Santana. **A agenda de políticas da educação superior nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro (2016-2022): análise do Programa Universidade para Todos (ProUni) e do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).** 2023. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira.** Serviço Social & Sociedade, p. 285-303, 2017.

JAPIASSU, Hilton. **A crise das ciências humanas.** São Paulo: Cortez, 2012.

KOWALSKI, Aline. V. Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos. 2012. 179 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

LE GOFF, Jacques. **Documento/Monumento.** In: _____. **História E Memória.** Tradução Bernardo Leitão (et al.). Editora da Unicamp, Campinas, 1990.

LIMA, Iana; HYPÓLITO, Álvaro. **A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira.** Educação e Pesquisa, v. 45, 2019.

LIMA, Kátia. **Contra Reforma da Educação Superior e Formação Profissional em Serviço Social.** In: Temporalis/Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS – ano VIII, n. 15 (jan./jun. 2008).

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARQUES, Sebastião Rodrigues. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil/PNAE: Uma análise a partir dos/as assistentes sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

MARTINS, Antônio Carlos Pereira **Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais.** Acta Cirúrgica Brasileira. 2002, suplemento 3 v. 17

MARTINS, Carlos Benedito. **O ensino superior brasileiro nos anos 90.** São Paulo: Perspectiva, v. 14, n. 1, p. 41-60, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NASCIMENTO, C. M.; ARCOVERDE, A. C. B. **O serviço social na assistência estudantil: reflexões acerca da dimensão político-pedagógica da profissão.** In:

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS – Fonaprace. Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares. Uberlândia: UFU-PROEX, 2012. p. 167-79.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana. **Política educacional como política social: uma nova regulação da pobreza**. Perspectiva, v. 23, n. 2, p. 279-301, 2005.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; JÚNIOR, Edmilson Antônio Pereira. **Trabalho docente em tempos de pandemia**. Belo Horizonte: Relatório Técnico, GESTRADO/UFMG, 2020.

OLIVEIRA, Paulo Victor Poncio de. **Complexidade das Políticas Públicas - Reflexões Ontológicas E Epistemológicas No Campo Educacional** Revista ENTRELETRAS, v. 8, n. 1, jan./jun. 2017

OLIVEIRA, João Ferreira de. **Educação superior**. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948.

PAES-SOUSA, Rômulo. **Políticas Sociais e Desigualdade No Brasil**. In. MADEIRA, Lígia Mori. (Org.) **Avaliação de Políticas Públicas**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014

PALAVEZZINI, Juliana. **Os programas de assistência estudantil do ensino superior no Brasil: a experiência da UTFPR-Dois Vizinhos**. 173 f. 2014. 2014. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Oeste do Paraná–UNIOESTE. Cascavel.

PALAVEZZINI, Juliana; ALVES, Jolinda de Moraes. **Assistência estudantil nas universidades federais: o orçamento do programa nacional de assistência estudantil (PNAES) garante a permanência do estudante**. In: CONGRESSO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS; SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. 2019.

PALAVEZZINI, Juliana; NOGUEIRA, Francis Mary Mary Guimarães. **Os programas de assistência estudantil do ensino superior no Brasil: a experiência da UTFPR - Dois Vizinhos**. SERV. SOC. REV., LONDRINA, V. 17, N.1, P. 05-26, JUL./DEZ. 2014

PANIZZON, Mateus. COSTA, Camila Furlan da; MEDEIROS, Igor Baptista de Oliveira **Práticas das universidades federais no combate à COVID-19: a relação entre investimento público e capacidade de implementação**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 635–649, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/81877>. Acesso em: 01 de out. 2023.

PENHA, Joicy Barbalho Pires. **Monitoramento e Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no âmbito da UFPE–Campus Vitória de Santo Antão**. 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

ESTUDANTES reclamam da demora nas filas do restaurante universitário da UFPE. G1 Globo Pernambuco. Recife. 07 de junho de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/videos-ne2/playlist/videos-ne2-de-quarta-feira-7-de-junho-de-2023.ghtml>

SANTIAGO, Salomão Nunes. **A política de assistência estudantil no governo Lula: 2003 a 2010**. 2014. 219 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2014. Programa de Pós-Graduação em Educação.

SANTOS, Ana Lúcia Felix dos; AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico**. Revista Brasileira de Educação, v. 14, p. 534-550, 2009.

SARAVIA, Enrique. **Introdução à teoria da política pública**. In: **Políticas públicas**. SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Organizadores). Coletânea Volume 1. 2007. p. 225-246.

SAVIANI, Demerval. **A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades**. Poiesis Pedagógica, Goiânia, v. 8, n. 2, p. 4-17, 2011.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos concretos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SILVA, Leonardo Barbosa; MARQUES, Felipe Jabali. **A assistência estudantil na educação federal brasileira e a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 38, n. 1, 2022.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo et al. **A evasão no ensino superior brasileiro**. Cadernos de pesquisa, v. 37, p. 641-659, 2007.

SILVA, Thales Fabrício da Costa e; ARAÚJO, Ana Carolina da Costa; BRESCIANI, Luís Paulo; ALMEIDA, Débora Bruna Alves; CORCINO, Kevin Ferreira; **Execução do Programa Nacional de Assistência Estudantil pelas Universidades Federais do Nordeste no Contexto da Pandemia da COVID-19**. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 39, n. 1, 2023. DOI: 10.21573/vol39n12023.113925. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/113925>. Acesso em: 16 ago. 2023.

SOARES, Thássia Cristina da Silva. **A relação entre os recursos do programa nacional de assistência estudantil e a ampliação do acesso na UFJF no contexto de contrarreforma universitária nos anos 2000**. 2017. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora.

SOUZA, José Geraldo de. **Evolução histórica da universidade brasileira: abordagens preliminares**. Revista da Faculdade de Educação, PUCCAMP, Campinas, V. 1, n.1, p. 42-58, agosto/1996.

TRIGUINHO, L. M. V. **Evasão Escolar nas Instituições de Ensino Superior**. Revista Gestão Universitária, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação – O Positivismo, A Fenomenologia, O Marxismo**. 5 ed. 18 reimpr. São Paulo: Atlas, 2009. 175p

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Gabinete do Reitor. Portaria Normativa nº 6, de 15 de fevereiro de 2022. **Estabelece as novas nomenclaturas e valores das bolsas e Auxílios da Assistência Estudantil**. Boletim Oficial da UFPE nº 32 de 2022 de 18 de fevereiro de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS. **Edital de cadastro e seleção de estudantes para inclusão digital no semestre acadêmico suplementar.** Diretoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 12/08/2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS. **Comunicado aos residentes das Casas Universitárias da UFPE.** Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PROAES. Recife, 23/03/2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS. **Edital para Assistência Estudantil 2016.1.** Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PROAES. Recife, 28/04/2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Resolução nº 15/2019 **Regulamenta a Política de Assistência Estudantil- PAE.** Aprovada na 5ª Sessão Ordinária do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Pernambuco. Realizada no dia 02 de outubro de 2019. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/38966/2507283/res._PROAES+politica+de+assistencia+estudantil.pdf/4d397f5d-3e84-4797-a83f-cb797b121168 Acessado em: 22/04/2023.

VASCONCELOS, Natalia Batista. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil.** Ensino em Re-vista. Uberlândia, v.17, n.2, p. 599-616, jul./dez.2010

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA COLETA DE DADOS COM O PRÓ-REITOR DA PROAES

TÍTULO DA PESQUISA:

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM PERNAMBUCO E OS DESAFIOS EM PERÍODO DE PANDEMIA PELA COVID-19

OBJETIVOS:

Objetivo geral: Analisar a atuação das Universidades Públicas Federais de Pernambuco em relação aos estudantes atendidos pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) durante a pandemia da Covid -19.

Nossos **objetivos específicos:**

- 1) Analisar o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) como um programa de permanência dos estudantes nas Universidades Públicas Federais de Pernambuco;
- 2) Identificar as ações realizadas pelas Universidades Públicas Federais de Pernambuco no período da pandemia do novo coronavírus para os alunos assistidos pelos PNAES;
- 3) Analisar as ações e sua vinculação com a redução da vulnerabilidade socioeconômica e com o acesso as atividades de ensino.

PROAES Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis

Pró-reitor:

Prof. Dr. Fernando José do Nascimento

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM O PRÓ-REITOR DA PROAES UFPE	
CARGO:	
DESDE QUANDO?	
GÊNERO:	<input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M

FORMAÇÃO	<input type="checkbox"/> Graduação: _____ <input type="checkbox"/> Especialização: _____ <input type="checkbox"/> Mestrado: _____ <input type="checkbox"/> Doutorado: _____
FUNÇÃO QUE DESEMPENHA NA PROAES?	
DESDE QUANDO?	
PERGUNTAS	
<p>1- Poderia contextualizar o histórico da assistência estudantil, inclusive do PNAES, na UFPE?</p> <p>2- Dentre as ações do PNAES definidas pelo Decreto nº 7.234/2010, quais são contempladas pela UFPE?</p> <p>3- Dentre as ações contempladas, existe critério de prioridade orçamentária?</p> <p>4- Quais são os critérios de seleção e permanência dos alunos?</p>	
<p>5- Quais demandas para a assistência estudantil surgiram no período da pandemia?</p> <p>6- Quais ações foram necessárias para contemplar as demandas da assistência estudantil na pandemia? E qual relação com o PNAES?</p> <p>7- Houve mudanças na assistência em decorrência da pandemia?</p> <p>8- Considerando os diferentes <i>campi</i> da UFPE, as ações foram diferenciadas? Pode explicar?</p> <p>9- Houve verba federal específica para a assistência estudantil na pandemia? E para o PNAES?</p> <p>10- A universidade buscou outras fontes de recursos para atender as demandas?</p>	
<p>11- A universidade criou bolsas específicas para atender aos desafios da pandemia? Como ficou a relação demanda e oferta de bolsas na pandemia?</p>	
<p>12- Quais as principais dificuldades encontradas pela PROAES para assistir aos alunos durante a pandemia da COVID-19?</p>	
<p>13- As informações encontradas no site da UFPE são regularmente atualizadas? Foi reservada uma aba exclusiva para o registro das ações durante a pandemia?</p>	

14- A PROAES realizou algum estudo sobre os impactos do PNAES na permanência dos alunos na pandemia?

15- Por que existe diferença de valores das bolsas entre os *campi*?

APÊNDICE B

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM A EQUIPE GESTORA DA PROAES - UEPE

PESQUISADORA: MARNIE DE ALBUQUERQUE CORDEIRO

ORIENTADORA: ANA LÚCIA FÉLIX DOS SANTOS

TÍTULO DA PESQUISA:

**POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM PERNAMBUCO E OS
DESAFIOS EM PERÍODO DE PANDEMIA PELA COVID-19**

OBJETIVOS:

Objetivo geral: Compreender como a UFPE estruturam e organizam as políticas de AE no sentido de minimizar a vulnerabilidade socioeconômica e garantir a participação dos alunos nas atividades de ensino durante a pandemia da COVID-19.

Objetivos específicos:

- 1) Caracterizar o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) como um programa de permanência dos estudantes na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE);
- 2) Identificar as ações realizadas pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) no período da pandemia do novo coronavírus para os alunos assistidos pelos PNAES;
- 3) Analisar as ações no enfrentamento à pandemia e sua vinculação com o acesso às atividades de ensino.

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM A EQUIPE GESTORA DA PROAES UFPE	
CARGO:	
DESDE QUANDO?	
GÊNERO:	<input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M

FORMAÇÃO	<input type="checkbox"/> Graduação: _____ <input type="checkbox"/> Especialização: _____ <input type="checkbox"/> Mestrado: _____ <input type="checkbox"/> Doutorado: _____
FUNÇÃO QUE DESEMPENHA NA PROAES?	
DESDE QUANDO?	
PERGUNTAS	
<p>1- Qual a função dessa diretoria?</p> <p>2- Dentre as ações do PNAES definidas pelo Decreto nº 7.234/2010, quais são responsabilidade dessa diretoria?</p> <p>3- Dentre as ações contempladas, existe critério de prioridade orçamentária?</p> <p>4- Quais são os critérios de seleção dos alunos nessas ações da diretoria?</p> <p>5- Houve mudanças em decorrência da pandemia?</p>	
<p>6- Quais demandas surgiram no período da pandemia?</p> <p>7- Quais ações foram necessárias para contemplar as demandas da assistência estudantil na pandemia? E qual relação com o PNAES?</p> <p>8- Considerando os diferentes <i>campi</i> da UFPE, as ações foram diferenciadas? Pode explicar?</p> <p>9- Houve verba federal específica para a assistência estudantil na pandemia? E para essa diretoria?</p> <p>10- A verba destinada para atender às demandas dessa diretoria supriu a necessidade durante a pandemia?</p>	
<p>11- Quais as principais dificuldades encontradas para assistir aos alunos durante a pandemia da COVID-19?</p>	
<p>12- As informações encontradas no site da UFPE são regularmente atualizadas? Foi reservada uma aba exclusiva para o registro das ações durante a pandemia?</p>	
<p>13- Houve algum estudo sobre os impactos do PNAES na permanência dos alunos na pandemia?</p>	
<p>14- Por que existe diferença de valores das bolsas entre os <i>campi</i>?</p>	

APÊNDICE C

QUADRO DE DOCUMENTOS APRESENTADOS NA PÁGINA DA PROAES

coletados em 19/08/2022

ANO	TÍTULO	OBJETIVOS	ABRANGÊNCIA	OBS.
2013	1. Edital de Fluxo Contínuo 2013.2	Os arquivos expostos no site da UFPE apresentam erro no acesso.		
	2. Edital do Programa de Moradia Estudantil 2013.2			
	3. Edital de Assistência Estudantil 2013.1			
2014	1. Edital Bolsa Assistência Estudantil 2014.1	Os arquivos expostos no site da UFPE apresentam erro no acesso.		
	2. Bolsa PROMISAES 2014.2			
	3. Edital do Programa de Moradia Estudantil 2014.1			
	4. Edital Promisaes 2014.1			
2015	Nenhum edital nos arquivos desse ano.			
2016	1. Edital de Assistência Estudantil 2016.1	Proporcionar ao estudante de graduação na forma presencial, regularmente matriculado, e de comprovada vulnerabilidade socioeconômica, condições para o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas, habilitando sua permanência na educação superior.	Todos os Campi da UFPE (Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão).	
	2. Edital de Assistência Estudantil 2016.2			
	3. Edital de Moradia Estudantil 2016.2	Proporcionar ao estudante de graduação na forma presencial, regularmente matriculado, e de comprovada vulnerabilidade socioeconômica, em consonância com as diretrizes normativas do Programa Nacional de Assistência Estudantil, conforme decreto nº 7.234/2010, a igualdade de oportunidades, contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico, e agindo, preventivamente, nas situações de retenção de matrícula e evasão escolar, decorrentes da insuficiência de condições financeiras.	Campus da cidade do RECIFE.	Este edital dispõe sobre critérios e normas de seleção para o recebimento do benefício de caráter pessoal e intransferível de moradia estudantil para ocupação de vaga na Casa do Estudante Universitário - CEU (Campus Recife)
	4. Edital de Moradia Estudantil 2016.1			
2017	1. Edital de Assistência Estudantil 2017.1	Proporcionar ao estudante de graduação na forma presencial, regularmente matriculado, e de comprovada vulnerabilidade socioeconômica, condições para o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas,	Todos os Campi da UFPE (Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão).	
	2. Edital de Assistência Estudantil 2017.2			

		habilitando sua permanência na educação superior.		
	3. Edital de Moradia Estudantil 2017.2	Proporcionar ao estudante de graduação na forma presencial, regularmente matriculado, e de comprovada vulnerabilidade socioeconômica, em consonância com as diretrizes normativas do Programa Nacional de Assistência Estudantil, conforme decreto nº 7.234/2010, a igualdade de oportunidades, contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico, e agindo, preventivamente, nas situações de retenção de matrícula e evasão escolar, decorrentes da insuficiência de condições financeiras.	Campus da cidade do RECIFE.	Ocupação de vaga na Casa do Estudante Universitário - CEU (Campus Recife)
	4. Edital de Moradia Estudantil 2017.1			
2018 7 editais	1. Edital de Assistência Estudantil 2018.1	Proporcionar ao estudante de graduação na forma presencial, regularmente matriculado, e de comprovada vulnerabilidade socioeconômica, condições para o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas, habilitando sua permanência na educação superior.	Todos os Campi da UFPE (Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão).	Edital para Bolsa Nível (1, 2, 3 ou 4) e Restaurante Universitário – RU Serão disponibilizados 5% das vagas para pessoas com deficiência, e estão condicionadas à apresentação de laudo médico atualizado.
	2. Edital de Assistência Estudantil 2018.2			
	3. Edital de Moradia Estudantil 2018.2	Proporcionar ao estudante de graduação na forma presencial, regularmente matriculado, e de comprovada vulnerabilidade socioeconômica, em consonância com as diretrizes normativas do Programa Nacional de Assistência Estudantil, conforme decreto nº 7.234/2010, a igualdade de oportunidades, contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico, e agindo, preventivamente, nas situações de retenção de matrícula e evasão escolar, decorrentes da insuficiência de condições financeiras.	Campus da cidade do RECIFE.	O benefício da Assistência Estudantil disponibilizado pela UFPE, neste edital, consiste na moradia estudantil - Casa dos Estudantes Universitários (CEU) – Programa de Moradia Estudantil.
	4. Edital de Moradia Estudantil 2018.1			
	5. Edital PROMISAES - PROJETO MILTON SANTOS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR - 2018.2	Para estudantes estrangeiros do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação. Concessão de 16 vagas para auxílio financeiro no valor de R\$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais) mensais, por 06 meses.	Todos os Campi da UFPE (Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão).	Vinculado ao DECRETO Nº 7.948, DE 12 DE MARÇO DE 2013 - Art. 1º O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G destina-se à

				formação e qualificação de estudantes estrangeiros por meio de oferta de vagas gratuitas em cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior - IES brasileiras.
	6. Edital de Recadastramento 2018	Acompanhar a situação socioeconômica dos estudantes inseridos na Política de Assistência Estudantil da UFPE, conforme o Art. 16 da Resolução 01/2016 “a cada dois anos, em período estabelecido pela DAE/PROAES, os beneficiários da PAE devem renovar o contrato de adesão, ocasião em que será revisada sua situação em relação aos critérios exigidos na seleção e atualizado seus dados, observando-se o desempenho acadêmico”.	Todos os Campi da UFPE (Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão).	O Recadastramento 2018 se destina a todos os estudantes residentes das Casas de Estudantes universitárias e os que recebem Bolsa Nível, Auxílio Moradia, Auxílio Creche e Auxílio Alimentação que ingressaram nos Editais 2016.1 e 2016.2.
	7. Edital Cooperador Pedagógico 2018	Minimizar as deficiências de aprendizagem dos(as) discentes, e as repercussões no seu desempenho acadêmico, priorizando os(as) bolsistas da DAE/PROAES.	Cursos de graduação presencial do Campus Recife	O Projeto é constituído pelo tutor e pelo tutorado, conforme a seguinte definição: Tutor – discente com bom desempenho acadêmico, que apoiará os(as) estudantes com dificuldades nas disciplinas ofertadas pelo Projeto. Tutorado – discente com dificuldade na(s) disciplina(s) ofertada(s) pelo Projeto, assistido pelo tutor.
2019 10 editais	1. Edital de Assistência Estudantil 2019.1	Ampliar as condições de permanência e de conclusão de curso dos (as) estudantes de graduação na educação superior pública federal.	Todos os Campi da UFPE (Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão).	Edital para Bolsa Nível (1, 2, 3 ou 4) e Restaurante Universitário – RU Serão disponibilizados 5% das vagas para pessoas com deficiência, e estão
	2. Edital de Assistência Estudantil 2019.2			

				condicionadas à apresentação de laudo médico atualizado.
3. Edital de Moradia Estudantil 2019.2	Este edital dispõe sobre critérios e normas de seleção para o recebimento do benefício de caráter pessoal e intransferível de moradia estudantil para ocupação de vaga na Casa do Estudante Universitário - CEU (Campus Recife)	Campus Recife.		Serão realizadas entrevistas sociais pelo Serviço Social da PROAES, no sentido de melhor compreender a realidade socioeconômica do/a candidato/a.
4. Edital de Moradia Estudantil 2019.1				
5. Edital de Recadastramento 2019	Acompanhar a situação socioeconômica dos estudantes inseridos na Política de Assistência Estudantil da UFPE, conforme o Art. 16 da Resolução 01/2016 “a cada dois anos, em período estabelecido pela DAE/PROAES”	Todos os Campi da UFPE (Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão).		O recadastramento 2019 se destina a todos os estudantes que recebem Bolsa Nível, Auxílio Moradia, Auxílio Creche e Auxílio Alimentação que ingressaram no Edital de Assistência e do Edital do Programa de Moradia 2017.1 e 2017.2.
6. Resultado do Edital de Assistência Estudantil 2019.2 (Campus Reitor Joaquim Amazonas e Agreste)	Relação Nominal dos alunos classificados por campi			
7. Resultado do Edital de Assistência Estudantil 2019.2 (Campus Vitória)	Relação Nominal dos alunos classificados por campi			
8. Resultado do Edital de Assistência Estudantil 2019.1	Relação Nominal dos alunos classificados por campi			
9. Projeto Estudante Cooperador Pedagógico - 2019.2 SELEÇÃO DE TUTOR	2.1 Contribuir para a formação do(a) estudante de graduação por meio de atividade de tutoria; 2.2. Minimizar as deficiências de aprendizagem dos (as) discentes, prioritariamente, bolsistas da DAE/PROAES, e as repercussões no seu desempenho acadêmico.	Campus Recife		Disciplinas ofertadas: ● Geometria Analítica 1 ● Cálculo 1 ● Cálculo 2 ● Cálculo 3

	10. Projeto Estudante Cooperador Pedagógico - 2019.2 SELEÇÃO DE TUTORADO	2.1 Contribuir para a formação do(a) estudante de graduação por meio de atividade de tutoria; 2.2. Minimizar as deficiências de aprendizagem dos (as) discentes, prioritariamente, bolsistas da DAE/PROAES, e as repercussões no seu desempenho acadêmico.	Campus Recife	Disciplinas ofertadas: ● Álgebra Linear 1; ● Cálculo Diferencial e Integral I; ● Cálculo Diferencial e Integral II; ● Cálculo Diferencial e Integral III; ● Física 1; ● Física 2; ● Geometria Analítica 1; ● Química 1.
2020 6 editais Sendo 1 rev.	1. Edital PROMISAES - PROJETO MILTON SANTOS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR 2020.1	Para estudantes estrangeiros do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação. Concessão de 13 vagas para auxílio financeiro no valor de R\$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais) mensais, por 06 meses.	Todos os Campi da UFPE (Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão).	Vinculado ao DECRETO Nº 7.948, DE 12 DE MARÇO DE 2013 - Art. 1º O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G destina-se à formação e qualificação de estudantes estrangeiros por meio de oferta de vagas gratuitas em cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior - IES brasileiras.
	2. Resultado Final do Edital PROMISAES 2020.1	Relação Nominal dos classificados		
	3. Edital de Assistência Estudantil 2020.1 (REVOGADO)	Anulado		
	4. Edital de Moradia Estudantil 2020.1	Programa de Moradia 2020.1 para os/as estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, ingressantes ou veteranos dos cursos de graduação presencial da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), conforme o Decreto nº 7.234/2010 e a Resolução n. 15/2019 da PROAES/UFPE	Campus Recife	Ocupação de vagas nas Casas do Estudante Universitário - CEU's. Serão realizadas entrevistas sociais pelo Serviço Social da PROAES, no sentido de melhor compreender a realidade socioeconômica do/a candidato/a.
	5. Projeto Estudante Cooperador Pedagógico	2.1 Contribuir para a formação do(a) estudante de graduação	Campus Recife	Disciplinas ofertadas: Cálculo 1

	- 2020.1 SELEÇÃO DE TUTOR	por meio de atividade de tutoria; 2.2. Minimizar as deficiências de aprendizagem dos (as) discentes, prioritariamente, bolsistas da DAE/PROAES, e as repercussões no seu desempenho acadêmico.		Geometria Analítica 1 Cálculo 3
	6. Projeto Estudante Cooperador Pedagógico - 2020.1 SELEÇÃO DE TUTORADO	2.1 Contribuir para a formação do(a) estudante de graduação por meio de atividade de tutoria; 2.2. Minimizar as deficiências de aprendizagem dos (as) discentes, prioritariamente, bolsistas da DAE/PROAES, e as repercussões no seu desempenho acadêmico.	Campus Recife	Disciplinas ofertadas: • Álgebra Linear 1; • Cálculo Diferencial e Integral I; • Cálculo Diferencial e Integral II; • Cálculo Diferencial e Integral III; • Física 1; • Física 2; • Geometria Analítica 1; • Química 1.
2021 12 editais	1. Edital de Assistência Estudantil 2020.1	Ampliar as condições de permanência e de conclusão de curso dos(as) estudantes de graduação presencial na educação superior pública federal.	Todos os Campi da UFPE (Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão).	Este edital dispõe sobre critérios e normas de seleção para recebimento das bolsas níveis, de caráter pessoal e intransferível. Serão disponibilizadas 5% das vagas para pessoas com deficiência
	2. Edital de Recadastramento 2020	Acompanhar a situação socioeconômica e acadêmica dos(as) estudantes inseridos(as) na Política de Assistência Estudantil da UFPE, conforme o Art. 15 da Resolução 15/2019	Todos os Campi da UFPE (Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão).	O Recadastramento 2020 se destina a todos(as) os(as) estudantes que recebem Bolsa Nível, Auxílio Moradia, Auxílio Creche e Auxílio Alimentação.
	3. Edital de Cadastro e Seleção de Estudantes para Inclusão Digital na UFPE.	Realizar a inclusão digital dos/as estudantes de graduação presencial em situação de vulnerabilidade socioeconômica da UFPE.	Todos os Campi da UFPE (Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão).	A inclusão digital a que se refere esse Edital, se dará através da oferta de plano de dados móveis por meio da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) em parceria com a Secretaria de Educação de Ensino Superior do Ministério da Educação

				(SESU/MEC), bem como pelo empréstimo, via Pergamun, de equipamentos eletrônicos. O/A estudante deverá solicitar uma das ou as duas modalidades, de acordo com a sua necessidade, no ato da inscrição.
	4. Suporte técnico para tablet adquirido pelo Edital de Inclusão Digital na UFPE	Orientação para suporte técnico	Todos os Campi da UFPE (Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão).	Caro Aluno! Você está recebendo um equipamento que está na garantia, caso apresente algum problema técnico entre em contato com a Superintendência de Tecnologia da Informação - STI
	5. Programa de Bolsas Santander Graduação - edição 2021	Contribuir para oferta de cursos de aperfeiçoamento acadêmico, oportunizando aos(às) estudantes do Programa de Moradia Estudantil acesso a uma formação acadêmica universitária ampliada.	Serão disponibilizadas 05 (cinco) vagas, a serem distribuídas para os três campi (03 vagas para Recife, uma (01) vaga para o CAV e uma (01) vaga para o CAA) e mais 05 vagas para suplentes (03 vagas para Recife, uma para o CAV e uma para o CAA).	A presente iniciativa nasceu do diálogo permanente entre o Reitorado, a Diretoria de Relações Internacionais, a PROAES e entidades da sociedade civil, no sentido de buscar alternativas para atender às demandas de permanência e inclusão discente. Consiste na oferta, aos/às estudantes do Programa de Moradia Estudantil da PROAES/UFPE, de bolsa de apoio acadêmico no valor de R\$300,00 (trezentos reais) por mês, durante 1 ano.
	6. Resultado dos não-classificados no Edital de Assistência Estudantil 2020.1	Não Classificados(as) RECIFE Não Classificados(as) CAA Não Classificados(as) CAV		
	7. (6ª convocação) Resultado Inclusão Digital (Recife)	40 estudantes beneficiados	RECIFE	Tipos: - Apenas empréstimo de equipamento eletrônico.

				- Concessão de dados móveis mais empréstimo de equipamento eletrônico. - Apenas concessão de dados móveis.
	8. (6ª Convocação) Resultado Inclusão Digital (CAV)	5 estudantes beneficiados	CAV	Tipos: - Apenas empréstimo de equipamento eletrônico. - Concessão de dados móveis mais empréstimo de equipamento eletrônico. - Apenas concessão de dados móveis.
	9. (6ª Convocação) Resultado Inclusão Digital (CAA)	11 estudantes beneficiados	CAA	Tipos: - Apenas empréstimo de equipamento eletrônico. - Concessão de dados móveis mais empréstimo de equipamento eletrônico. - Apenas concessão de dados móveis.
	10. Lista de estudantes convocados para o Edital de Recadastramento 2020	1.730 estudantes convocados	Todos os Campi da UFPE (Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão).	
	11. Projeto Estudante Cooperador Pedagógico - 2019.2 SELEÇÃO DE TUTOR	2.1 Contribuir para a formação do(a) estudante de graduação por meio de atividade de tutoria; 2.2. Minimizar as deficiências de aprendizagem dos (as) discentes, prioritariamente, bolsistas da DAE/PROAES, e as repercussões no seu desempenho acadêmico.	Campus Recife Durante o semestre letivo de 2021.2, a atividade de tutoria do Projeto Estudante Cooperador Pedagógico será desenvolvida de forma remota.	Disciplinas ofertadas: ● Álgebra Linear 1 ● Cálculo Diferencial e Integral 3
	12. Projeto Estudante Cooperador Pedagógico - 2020.1 SELEÇÃO DE TUTORADO	2.1 Contribuir para a formação do(a) estudante de graduação por meio de atividade de tutoria; 2.2. Minimizar as deficiências de aprendizagem dos (as) discentes, prioritariamente, bolsistas da DAE/PROAES, e as repercussões no seu desempenho acadêmico.	Campus Recife Durante o semestre letivo de 2021.2, a atividade de tutoria do Projeto Estudante Cooperador Pedagógico será desenvolvida de forma remota.	Disciplinas ofertadas: ● Álgebra Linear 1; ● Cálculo Diferencial e Integral I; ● Cálculo Diferencial e Integral II; ● Cálculo Diferencial e Integral III; ● Física 1; ● Física 2;

				<ul style="list-style-type: none"> ● Geometria Analítica; ● Pré-Cálculo.
2022 9 editais	1. Edital de Assistência Estudantil 2022-1	Ampliar as condições de permanência e de conclusão de curso dos(as) estudantes de graduação presencial na educação superior pública federal.	Todos os Campi da UFPE (Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão).	a. 50 vagas para a Bolsa Nível 3 RECIFE (R\$ 300,00); b. 15 vagas para a Bolsa Nível 3 CAV (R\$ 500,00); c. 15 vagas para a Bolsa Nível 3 CAA (R\$ 400,00); d. 200 vagas para a Bolsa Nível 4 RECIFE (R\$ 400,00); e. 35 vagas para a Bolsa Nível 4 CAV (R\$ 700,00); f. 65 vagas para a Bolsa Nível 4 CAA (R\$ 600,00).
	2. Edital de Moradia Estudantil 2022-1	Ampliar as condições de permanência e de conclusão de curso dos(as) estudantes de graduação presencial na educação superior pública federal.	Todos os Campi da UFPE (Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão).	- 70 vagas para a BOLSA NÍVEL 4 RECIFE mais AUXÍLIO COMPLEMENTAR - RESIDENTES (R\$400,00 + R\$100,00).; b. 15 vagas para a BOLSA NÍVEL 4 RECIFE mais AUXÍLIO COMPLEMENTAR - MORADIA RECIFE (R\$400,00 + R\$300,00). O presente processo seletivo oferece vagas para as seguintes bolsas, auxílios e benefícios: - Bolsas nível 4 Recife: consiste no repasse de recurso financeiro mensal (conforme o item 4.1 deste Edital) para o(a) estudante custear parte das despesas com sua manutenção acadêmica, com o objetivo de ampliar as suas

				<p>condições de permanência durante a formação acadêmica presencial.</p> <p>- Auxílio complementar - residentes: consiste no direito a residir em umas das Casas de Estudantes Universitárias (CEUs) da UFPE (Feminina, Masculina ou Mista), bem como no repasse de recurso financeiro mensal no valor de R\$100,00 (cem reais), pago em complemento à BOLSA NÍVEL 4 RECIFE.</p> <p>- Auxílio complementar - moradia recife: consiste no repasse de recurso financeiro mensal no valor de R\$300,00 (trezentos reais), pago em complemento à BOLSA NÍVEL 4 RECIFE, para o(a) estudante custear parte das despesas com sua manutenção acadêmica e moradia (aluguel), com o objetivo de ampliar as suas condições de permanência durante sua formação acadêmica presencial.</p>
	<p>3. Edital para Concessão de Auxílio a discentes em fase de conclusão de Trabalho de Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu da UFPE</p>	<p>Tem como finalidade conceder auxílio pecuniário, por tempo determinado de 3 (três) meses, para discente regularmente matriculados em PPGs acadêmicos stricto sensu da UFPE vinculados aos Centros do interior (CAV e CAA) em situação de vulnerabilidade social e/ou econômica que</p>	<p>(CAV e CAA)</p>	<p>através da Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis (PROAES) e da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PROPG), no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais)</p>

		estejam na fase de conclusão do curso de pós-graduação;		durante 3 (três) meses.
4.	Edital de Fluxo Contínuo para Concessão de Auxílio Creche	Ampliar as condições de permanência e de conclusão de curso das(os) estudantes de graduação presencial na educação superior pública federal. benefício pecuniário no valor de R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais) integrado ao benefício de Bolsa-Nível.	Todos os Campi da UFPE (Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão).	concedido a estudantes que têm filho(s) na faixa etária de 0 (zero) até 3 (três) anos e 11 meses de idade.
5.	Edital de Cadastro e Seleção de Estudantes para Inclusão Digital na UFPE - 2022	A inclusão digital a que se refere esse Edital, se dará através da oferta de plano de dados móveis por meio da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) em parceria com a Secretaria de Educação de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC), bem como pelo empréstimo, via Pergamun, de equipamentos eletrônicos.	Todos os Campi da UFPE (Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão).	O/A estudante deverá solicitar uma das ou as duas modalidades, de acordo com a sua necessidade, no ato da inscrição.
6.	Resultado dos não-classificados no Edital De Moradia Estudantil 2022-1	ESTUDANTES CONVOCADOS(AS) PARA ABERTURA DE PROCESSO DE PRORROGAÇÃO DA PERMANÊNCIA NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - UFPE -	Campus Recife	274 estudantes
7.	Primeira lista do Edital de Inclusão Digital 2022	ESTUDANTES DEFERIDOS(AS)	Todos os Campi da UFPE (Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão).	144 estudantes
8.	Edital de Recadastramento 2022	Acompanhar a situação socioeconômica e acadêmica dos(as) estudantes inseridos(as) na Política de Assistência Estudantil da UFPE, conforme o Art. 15 da Resolução 15/2019	Todos os Campi da UFPE (Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão).	O Recadastramento 2022 se destina a todos(as) os(as) estudantes que recebem Bolsa de Manutenção Estudantil 1 e 2, Bolsa Moradia e Bolsa Residente, QUE INGRESSARAM, EXCLUSIVAMENTE, através dos Editais de Assistência e Moradia Estudantil dos semestres de 2019.1 e 2019.2

	<p>9. Edital de Moradia Estudantil 2022-2</p>	<p>Ampliar as condições de permanência e conclusão de curso de graduação presencial na UFPE por meio da concessão de residência temporária nas Casas de Estudantes Universitárias - CEUs ou de benefício pecuniário (Bolsa Moradia).</p>	<p>Campus Recife</p>	<p>Serão disponibilizadas 91 vagas, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Casa de estudantes universitária – 69 vagas - Bolsa moradia – 22 vagas <p>O presente processo seletivo oferece vagas para os seguintes benefícios da assistência estudantil:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Residência temporária em uma das três casas estudantis da UFPE com direito a Bolsa Residentes no valor de R\$600,00 (seiscentos reais) e isenção integral nas três refeições diárias (desjejum, almoço e janta) no Restaurante Universitário do campus Recife; - Bolsa Moradia no valor de R\$800,00 (oitocentos reais) e isenção integral em duas refeições diárias (almoço e janta) no Restaurante Universitário do campus Recife da UFPE;
--	---	--	----------------------	--

ANEXO A

LEVANTAMENTO BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES BDTD

Concluído em 13/03/2022

Encontrados 97 estudos entre Dissertações de Mestrado e Teses de doutorado nos IFES em busca com descritores: **PNAES, Programa Nacional de Assistência Estudantil**
Assistência Estudantil, Universidade

Nº	T ou D ANO	TÍTULO/AUTOR	OBJETIVO	CAMPO EMPÍRICO	METODOLOGIA	RESULTADOS
01	D 2012 Programa de Educação	A política de assistência estudantil e o Programa Nacional de Assistência Estudantil: o caso da Universidade Federal de Itajubá Nídia Gizélli de Oliveira Fernandes	Analisar a política de assistência estudantil e sua materialização (abrangência e efetividade) na UNIFEI, antes e depois do PNAES	Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI - MG	Estudo de Caso	Pôde-se constatar, por meio dessa pesquisa, que o PNAES é consequência de um longo processo de lutas dos movimentos sociais e estudantis.
02	D 2015 Pós-Graduação em Educação	Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES na UTFPR Câmpus Medianeira Simone Beatris Farinon Betzek	Analisar a política de assistência estudantil e sua materialização, abrangência e efetividade, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira	Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira	Pesquisa de natureza bibliográfica e documental. O estudo foi realizado pela observação de indicadores de evasão e permanência dos discentes atendidos pelo Programa.	Concluímos que o auxílio financeiro não pode ser considerado o único fator responsável pela permanência discente, porém, ao falarmos de democratização da permanência o auxílio mostra-se um fator de grande relevância, principalmente aos alunos de camadas menos privilegiadas.
03	D 2014 Programa de Pós-Graduação em Serviço Social	O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): uma reflexão sobre sua implementação na UFPB Suellem Dantas Mariz	Analisar quais os desdobramentos do PNAES na assistência ao estudante da UFPB	UFPB	Estudo bibliográfico e documental, com ênfase na dimensão qualiquantitativa, de caráter exploratório e descritivo, norteado pelo método dialético	
04	D 2018 Mestrado Profissional em Gestão de	Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Tocantins	Analisar os resultados da implementação do PNAES no âmbito da UFT, visando apresentar diretrizes que sirvam de referência para a avaliação desta	Universidade Federal do Tocantins TO	Para tanto realizou-se uma pesquisa descritiva e documental, baseadas nos critérios de avaliação eficiência, eficácia e efetividade e levando em	Os resultados apontam que ao longo do período de 2010 a 2017 o recurso do PNAES utilizado pela UFT cresceu exponencialmente, e os principais cortes ocorreram nos

	Políticas Públicas	Nathanni Marrelli Matos Maurício	política no âmbito nacional		consideração as dimensões operacionais insumo, processo, resultado e transformação.	repasses para despesas de capital. Em algumas áreas a UFT ainda não conseguiu desenvolver ações, isso porque a instituição prioriza as áreas de assistência básicas, devido a limitação dos recursos para atender o elevado número de estudantes vulneráveis.
05	D 2019 Programa de Pós-graduação em Economia	Avaliação de efetividade da assistência pecuniária da Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul entre 2013 e 2018 Felipe Vendruscolo da Silva	Realiza avaliação de efetividade da assistência pecuniária aos estudantes de graduação financiados política de assistência estudantil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	utilizou a estimativa do coeficiente de Diferença em Diferenças, por meio de regressão linear simples em agrupamento de cortes transversais	O principal resultado obtido pela metodologia é de o desempenho acadêmico do aluno beneficiado apresentar variação marginalmente maior que o do grupo de comparação, para o indicador de integralização média de créditos do estudante durante o período de tempo analisado.
06	D 2020 Programa De Pós-Graduação em Serviço Social E Políticas Sociais	As configurações da assistência estudantil no Brasil: o cenário do PNAES Eduardo Henrique Moraes Santos	Mapear e desenvolver tipologias para ações de assistência estudantil na rede federal de universidades brasileiras.	63 universidades federais brasileiras	Pesquisa bibliográfica e documental, incorporando as 63 universidades federais existentes.	Identificou-se que as federais brasileiras organizam seus programas de auxílios de quatro formas diferentes, que a capacidade de oferta de serviços e programas apresentam relações com o contexto estrutural e administrativo da universidade e, por fim, que todas as universidades adotam o PNAES, porém cada uma estrutura suas experiências de diferentes formas.
07	D 2017 Programa de Pós-Graduação em Gestão	Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Alfenas	Avaliar a efetividade do PNAES	UNIFAL-MG	O processo de avaliação seguiu a estrutura do marco lógico que detalha o PNAES em produto, atividades, objetivos e finalidade. Ademais, foi utilizada a técnica de análise de	Conclui-se que o PNAES foi um sucesso para o período analisado com relação à evasão, porém com a ressalva dos cursos que necessitam de estudos para levantar os motivos

	Pública e Sociedade	Alex Trindade Barbosa			correspondência múltipla, para analisar outras variáveis atreladas à permanência dos alunos além da assistência estudantil.	de reprovações dos alunos assistidos.
08	D 2017 Mestrado em Economia do Setor Público	Mapeamento dos graduandos com intenção de participar do programa PNAES na Universidade de Brasília (2011-2016) Emerson Ferreira Alves	Conhecer melhor o perfil dos estudantes que demonstraram intenção de solicitar os auxílios Alimentação, Moradia e Socioeconômico	Universidade de Brasília UnB	Pesquisa Exploratória e de cunho Descritivo.	Constatou-se, com base nos dados analisados, que o número proporcional de alunos interessados pelo PNAES em relação ao número de graduandos tem aumentado de forma considerável durante o intervalo estudado
09	D 2017 Programa de Pós Graduação em Serviço Social	O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na Universidade Federal de Pernambuco: um estudo sobre a trajetória acadêmica dos estudantes bolsistas Inês Virgínia Aleixes da Cunha	Verificar se o PNAES tem obtido sucesso como medida para reduzir as taxas de retenção e evasão acadêmica, conforme determinado em seus objetivos	UFPE	O referencial teórico-metodológico centra-se no método dialético, mais especificamente, na historicidade e na contradição	o PNAES está distante de desenvolver uma política estudantil (PAE) que tenham ações que venham a atender as necessidades integrais dos estudantes, constituindo-se como política focalizada e seletiva, que enfrenta dificuldades orçamentárias e não tem dado conta de atender a demanda que se apresenta na realidade das IFES.
10	D 2018 Programa de Pós-graduação em Serviço Social	A trajetória da assistência estudantil no processo de reestruturação e expansão das universidades federais: a implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Juiz de Fora no período de 2007 a 2017 Paula Helena Macedo Nascimento	conhecer a organização da Assistência Estudantil na UFJF a partir do marco da formalização do PNAES	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Pesquisa documental	Identificamos, na UFJF, uma organização burocrática que tem sinalizado no sentido da democratização de direitos e no esforço em utilizar seus recursos humanos e financeiros a partir de um entendimento amplo da política de Assistência Estudantil, apesar da necessária constância quanto a reflexão crítica que a política requer.
11	D	A política de assistência	O trabalho discute questões	UFRGS		

	2017 Programa de Pós Graduação em Economia	estudantil na Universidade Federal do Rio Grande do Sul : um estudo comparativo da eficácia na aplicação da verba do Programa Nacional de Assistência Estudantil através do desempenho acadêmico dos estudantes Maria Conceição de Matos Braga	econômicas específicas.			
12	D 2018 Programa de Pós Graduação em Administração Pública	Sistema de monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES: um modelo a partir da teoria do programa Sueli de Souza Santos Eloi	Desenvolver um sistema de monitoramento e avaliação do PNAES na Universidade Federal de Viçosa (UFV) que possa auxiliar os gestores na tomada de decisão e para realização do monitoramento e futuras avaliações desse programa.	Universidade Federal de Viçosa UFV MG	Estudo de Caso	Um dos fatores positivos de contexto no desenho do PNAES na UFV é o fato da agenda política do Governo Federal demonstrar interesses por políticas sociais que contribuem para uma maior democratização do ensino superior, um dos objetivos do PNAES, indispensável para a busca da justiça social e do desenvolvimento econômico e humano da sociedade
13	D 2014 Programa de Pós-Graduação em Educação	A política de assistência estudantil no governo Lula: 2003 a 2010 Salomão Nunes Santiago	analisar a política de assistência estudantil desenvolvida durante o governo Lula (2003-2010) para atendimento dos estudantes de graduação das Universidades Federais, especialmente, no âmbito da Universidade Federal do Pará (UFPA), identificando sua repercussão na permanência dos referidos estudantes.	Universidades Federais, especialmente a Universidade Federal do Pará (UFPA)	A metodologia da pesquisa adotada foi bibliográfica e documental, sob o corte teórico do materialismo histórico.	Concluiu-se, dentre outros aspectos – do interior da metodologia adotada – que a Assistência Estudantil, como instaurada e institucionalizada no governo Lula (2003- 2010), por meio do PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil), apresenta uma concepção limitada, fragmentada e focalizada nos segmentos sociais mais empobrecidos da população, haja vista a referida política adotar a lógica do menor recurso orçamentário para o

						maior quantitativo de atendimento.
14	T 2015 Pós-graduação em serviço social	As múltiplas determinações do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES nos governos Luiz Inácio Lula da Silva Josimeire de Omena Leite	a analisar as múltiplas determinações do PNAES nos governos Luiz Inácio Lula da Silva e como esse programa responde a tais determinações ao materializar-se nas IFES pesquisadas.	IFES brasileiras	Utilizou-se como procedimento metodológico a pesquisa documental, cuja fonte é o material empírico. Como estratégia teórico-metodológica do processo de investigação e análise, esta pesquisa recorreu à Análise de Conteúdo, na perspectiva de Lawrence Bardin, elegendo a Análise Temática.	Dentre as conclusões, destacamos que o PNAES é estratégico para o Estado estabelecer um consenso mínimo em torno da contrarreforma da educação superior, aprofundada pelo governo Lula sob o discurso da igualdade de oportunidade, e também para obter a passivação do movimento estudantil no interior das IFES, o que contribui para a coesão social
15	D 2012 Programa de Pós-Graduação em Política Social	Assistência estudantil na UFMT: trajetória e desafios. Denise Pereira de Araújo Campos	O presente estudo se propõe a reconstruir a trajetória da assistência estudantil na Universidade Federal de Mato Grosso, no período de 1970 a 2010.	Universidade Federal de Mato Grosso UFMT	Para o desenvolvimento do estudo, recorreu-se às fontes documentais e orais.	Com a implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), em 2008, foram ampliadas as possibilidades de execução dos programas em decorrência da disponibilização de recursos do Ministério da Educação para este fim dentro das Instituições Federais de Educação Superior.
16	D 2018 Pós-graduação em Serviço Social	Assistência estudantil na universidade pública: de qual permanência falamos? Lucas Pinheiro Araújo	A análise procurou compreender como a oferta dos serviços de assistência estudantil, respaldada no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), contribuíram para a permanência estudantil nessas instituições.	Duas universidades federais localizadas na região nordeste, a Universidade Federal da Bahia e a Universidade Federal de Pernambuco, entre os anos de 2012 e 2016.	Para a efetivação deste trabalho realizamos uma pesquisa exploratória	Como resultado, observamos que a permanência estudantil se apresentou no percurso investigativo como uma atribuição institucional, que atravessa todo o período de formação superior, onde as ações de assistência compreendem parte do atendimento das demandas estudantis.

17	D 2015 Mestrado Profissional em Gestão Pública	Monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no âmbito da UFPE – Campus Vitória de Santo Antão Joicy Barbalho Pires Penha	Analisar as estratégias e os mecanismos de monitoramento e avaliação previstos e utilizados na UFPE para o PNAES, mais especificamente no Centro Acadêmico de Vitória.	Centro Acadêmico de Vitória (CAV) UFPE	a pesquisa caracterizou-se quanto aos fins, como exploratória e aplicada. bibliográfica, documental, de campo e estudo de caso.	verificou como se tem dado o atendimento dos objetivos do Programa sob a ótica do beneficiário e da gestão nos diversos níveis da UFPE. Por fim, foram sugeridos indicadores e a adoção de sistemas de informação para monitoramento e avaliação, com adequação do banco de dados, cadastro e arquivos.
18	D 2014 Pós-Graduação em Serviço Social	O Programa Nacional de Assistência Estudantil/PNAE: Uma análise a partir dos/as assistentes sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) Sebastião Rodrigues Marques	Avaliar a assistência estudantil em torno da efetividade do PNAES nas universidades federais do estado da Paraíba.	UFCG e UFPB	Recorreu-se a instrumentos e técnicas quantitativas com uso de questionário, de formulário, da entrevista semiestruturada, da análise estatística descritiva e da análise de conteúdo por categorização temática.	As questões de pesquisa que orientaram este estudo foram afirmadas nos resultados ao demonstrar que as 10 áreas temáticas propostas para gestão e implementação do PNAES não são executadas pela UFCG e UFPB. Destacam-se tão somente as ações voltadas para Moradia e Alimentação, e debilmente as ações de esportes e de saúde. No entanto, a Assistência Estudantil não é universalizada, mas, limitada a ações focalistas, residuais e excludentes.
19	D 2019 Pós-Graduação em Serviço Social	A política de assistência estudantil na Universidade Federal de Goiás – UFG Lilian Rodrigues	analisar a política de assistência estudantil no âmbito da Universidade Federal de Goiás – UFG, a partir do PNAES	Universidade Federal de Goiás – UFG	Quanto à metodologia, a pesquisa está pautada pela abordagem qualiquantitativa, na qual inicialmente foi apresentado o estudo exploratório, viabilizada pelo diálogo com [ALTAFIN (2010); BEHRING e BOSCHETTI (2006); IAMAMOTO (2007, 2014, 2015); KLAUS (2000); LIBÂNEO (2009) e	Os resultados do estudo concernem às políticas públicas no contexto educacional a partir da década de 1990, contemplando a universidade pública e as formas de acessá-la, sobretudo mediante as políticas de ações afirmativas, bem como a importância do PNAES, enquanto direito social

					SHIROMA (2011)], com pesquisas acerca das temáticas: Políticas Públicas e Educacionais; Educação; Ações Afirmativas e Serviço Social, buscando desvelar a realidade estudada.	
20	D 2018 Programa de Pós Graduação em Gestão Pública p/ o Desenvolvimento do Nordeste UFPE	Programa de Assistência Estudantil na UFRPE: percepção dos discentes beneficiários Lilian da Silva Brito	Analisar a política de assistência estudantil na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), campus Sede, a partir da percepção dos discentes beneficiários sobre as ações e estratégias desenvolvidas pela instituição, para a devida permanência no curso de graduação	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)	Utilizou-se, como processo metodológico, a pesquisa bibliográfica, adotando a abordagem quanti-qualitativa.	Constatou-se, por meio desta pesquisa, que o PNAES é reflexo de um processo de lutas dos movimentos sociais e estudantis, tornando-se um direito aos discentes socialmente vulneráveis.
21	D 2018 Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas	O impacto da assistência estudantil na permanência dos estudantes no Centro Acadêmico do Agreste (CAA/UFPE) Aline Kátia Ferreira Galindo	examinar o impacto do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) na permanência/evasão dos estudantes no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA/UFPE).	Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA/UFPE).	Trata-se de um estudo de caso. Como metodologia, utilizamos a estatística descritiva para analisar o perfil dos estudantes elegíveis para a política de assistência e o perfil dos evadidos, a partir das variáveis presentes no banco de dados.	Os principais resultados encontrados apontam que ser bolsista reduz em 55,4% as chances de evasão. Identificamos também que quanto maior for o coeficiente de rendimento, a probabilidade de evadir reduz em 44%. Por outro lado, constatamos que, quanto maior o tempo de permanência (em semestres) do estudante, maior o risco de evasão.
22	D 2021 Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas	Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil na UFC: a permanência discente como direito à educação dos estudantes do Campus de Sobral Franklin Carter Lopes de Freitas	Realizar uma avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na Universidade Federal do Ceará (UFC), campus Sobral.	Universidade Federal do Ceará (UFC)	Esta pesquisa qualitativa segue a perspectiva metodológica da avaliação em profundidade de políticas públicas e programas sociais recomendados por Rodrigues (2008, 2011), em que foram utilizadas técnicas de pesquisa bibliográfica, documental,	Dentre os resultados alcançados foi possível identificar a importância do Programa para a permanência e na conclusão em tempo hábil dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na instituição, mesmo em tempos de desmonte nas

					observação de campo, através de entrevistas semi-estruturadas, que foram submetidas à análise de conteúdo.	políticas públicas no atual governo.
23	D 2015 Mestrado Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social	A configuração da assistência estudantil da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul após a implantação do PNAES Francieli Piva Borsato	Analisar a configuração da Assistência Estudantil na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) após a implantação do Plano Nacional de Assistência Estudantil.	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) MS	Pesquisa de natureza qualitativa exploratória realizada por meio de análise documental	Verificou-se que a Assistência Estudantil da UFMS ganhou visibilidade institucional, no entanto, suas ações têm sido desenvolvidas, prioritariamente, por meio de bolsas ou auxílios financeiros com exigência de contrapartidas e de forma focalizada, o que tem penalizado e diferenciado os acadêmicos pobres concorrendo para a construção de uma universidade dualizada.
24	D 2017 Mestrado Profissional Em Avaliação De Políticas Públicas	O PNAES na UFC - Campus Fortaleza: uma avaliação do Programa de Assistência Estudantil ofertado na PRAE, no período de 2013-2017 Priscila Gonçalves Marinho	Realizar uma avaliação do Programa de Assistência Estudantil da UFC - Campus Fortaleza	UFC - Campus Fortaleza	o percurso teórico-metodológico desta pesquisa aportou-se no método crítico-dialético marxista, aliado a elementos da metodologia de avaliação em profundidade de políticas públicas, que dizem respeito as dimensões de análise de contexto, conteúdo, trajetória institucional e espectros temporal e territorial do programa.	pondera-se a urgente construção de espaços coletivos de controle social sobre o programa. No que concerne aos aspectos de sua implementação, apesar de contribuir significativamente para o transcurso da vida universitária dos assistidos, ainda atende a um público restrito diante da crescente demanda por assistência estudantil, indicando uma abrangência focalizada e a necessidade de mais investimentos para a área.
25	D 2020 Programa de Pós-Graduação em Educação	Assistência estudantil na UFMA, dinâmica institucional e significados na formação: evidências da modalidade acadêmico-profissionais	Analisar o processo de implementação da modalidade vivências acadêmico-profissionais e seus significados para a formação dos estudantes na Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	Universidade Federal do Maranhão (UFMA) MA	A pesquisa é de abordagem qualitativa, realizam-se estudos bibliográficos, análises documentais e pesquisa descritivo-analítica, utilizando-se de entrevistas semiestruturadas	As análises indicam que as ações de assistência estudantil desenvolvidas na UFMA são instituídas por meio de editais, considerando que o documento norteador da política institucional se encontra em processo de

		Allana Sousa Silva				reestruturação pelo órgão colegiado específico; algumas áreas definidas pelo PNAES não estão sendo desenvolvidas na Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (Proaes), mas se desenvolvem por ação de outros setores da UFMA, evidenciando a necessidade de parcerias entre os setores institucionais.
26	D 2016 Programa de Pós-Graduação em Política Social	O financiamento da assistência estudantil na UFES no contexto de contrarreforma da educação superior Fernanda Meneghini Machado	compreender o processo de financiamento e gasto público com a política de assistência estudantil na Universidade Federal do Espírito Santo, no período pós regulamentação do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.	Universidade Federal do Espírito Santo - UFES	Esse estudo contempla a revisão bibliográfica e pesquisa documental acerca dos dados orçamentários.	Como resultados desta pesquisa foi possível identificar avanços e limites no financiamento e no gasto com a política de assistência estudantil na UFES, dentre os quais destacam-se, de um lado, a ampliação dos recursos em valores reais e o aumento do número de estudantes atendidos, e por outro lado, a permanência de transferências residuais, de forma a garantir a remuneração do capital, em especial em sua forma fictícia, e a oferta de serviços focalizados, seletivos e residuais.
27	D 2015 Programa de Pós-graduação em Educação	Proposta para o monitoramento e avaliação da política de assistência estudantil na Universidade Federal de Juiz de Fora Caroline Casagrande Pinto	Analisar o PNAES, identificando os seus instrumentos de monitoramento e de avaliação.	Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF	Estudo de caso Pesquisa de caráter qualitativo, utilizando como procedimentos técnicos a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevista.	sendo possível, detectar a ausência de fixação de mecanismos de acompanhamento e avaliação da Política nos normativos internos analisados.
28	D 2010 Programa de Pós-Graduação em Sociologia	A equidade na educação superior: uma análise das políticas de assistência estudantil	analisa as políticas de assistência estudantil na educação superior brasileira sob o prisma da equidade.	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e uma privada Pontifícia Universidade Católica do	O método utilizado para compreensão da assistência estudantil foi a análise de conteúdos de documentos, legislações e entrevistas com	No âmbito institucional percebe-se, que as duas universidades seguem a tendência nacional. Primeiramente, no período correspondente a

		Simone Gomes Costa		Rio Grande do Sul (PUCRS).	atores envolvidos com essas políticas nas universidades.	primeira fase das políticas de assistência estudantil, no Brasil, havia ações voltadas para as necessidades básicas dos alunos. Posteriormente, na segunda fase, verifica-se a implementação de programas institucionais, que visam atender de forma mais ampla as demandas para permanência dos estudantes de graduação, garantindo uma maior equidade na educação superior.
29	D 2019 Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional	A assistência estudantil e a permanência das estudantes-mães na UNIFAL- MG Raquel Ferreira de Figueiredo	análise as condições de permanência das estudantes-mães beneficiárias do auxílio-creche na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG),	Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)	A pesquisa documental e empírica, de abordagem quantitativa e descritiva,	Os resultados da pesquisa indicam que há desafios para a política de assistência estudantil e também para a própria universidade quando se pensam as condições de permanência das estudantes-mães na Instituição e aponta para a necessidade do desenvolvimento de ações de natureza pedagógica e de infraestrutura com o objetivo de tornar o espaço universitário mais acolhedor à presença das estudantes com filhos.
30	D 2013 PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL	Assistência estudantil e contrarreforma universitária nos anos 2000 Clara Martins do Nascimento	apreender as principais determinações que conformam a expansão da assistência estudantil nos anos 2000.	universidades públicas federais.	Metodologia de natureza qualitativa de caráter documental	Como resultados foram destacados os nexos existentes entre a expansão da assistência estudantil e: o controle das taxas de evasão e retenção nas IFES, a produtividade das vagas, a rotatividade dos estudantes, o discurso da democratização, confirmando a conexão existente entre a assistência estudantil e as propostas

						produtivistas da contrarreforma universitária dos anos 2000.
31	D 2014 Programa de Pós-Graduação em Psicologia	Desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários: relação com indicadores de assistência estudantil Ana Maria Jung de Andrade	Relacionar a intenção de permanência, o desempenho acadêmico e a percepção de desenvolvimento psicossocial com as áreas do PNAES, apoio social percebido e aspectos de desenvolvimento de carreira.	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS		
32	D 2017 Programa de Pós-graduação em Serviço Social UFJF	A relação entre os recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil e a ampliação do acesso na UFJF no contexto de contrarreforma universitária nos anos 2000 Thássia Cristina da Silva Soares	UFJF			as reflexões deste estudo evidenciam que, no período estudado, os recursos da política de assistência estudantil não cresceram na mesma proporção das políticas de acesso. Isso significa que os recursos para as ações de permanência estudantil são desproporcionais e insuficientes para atender o crescimento da demanda, o leque de ações que o PNAES apresenta, bem como os desdobramentos dos programas de expansão do ensino superior.
33	D 2016 PPG EM SERVIÇO SOCIAL PUC-RJ	As dificuldades de permanência nas universidades: uma experiência dos jovens do programa de apoio estudantil da associação de assistência ao adolescente Patrícia Maciel Pereira	Propomos a estudar as políticas de ações afirmativas, mais especificamente o sistema de reserva de vagas nas universidades, discutindo a necessidade da igualdade de oportunidades no que tange ao acesso ao ensino superior. São estudadas também as políticas de assistência estudantil, apresentando os	Universidades Brasileiras	Este estudo foi realizado através da abordagem quanti-qualitativa. a técnica utilizada para a pesquisa de campo foi a aplicação de questionários com os estudantes atendidos pela instituição no Programa de Apoio estudantil.	O estudo evidencia os problemas vividos por estudantes das classes populares nas universidades e demonstra a necessidade de expansão e visibilidade das políticas de assistência estudantil para que de fato os estudantes que vivem em condições de desigualdades sociais possam ter

			objetivos do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e a importância dessas para permanência dos estudantes em suas universidades, destacando os jovens que ingressam através do sistema de reserva de vagas nas instituições de ensino públicas e através do Programa Universidade Para Todos nas instituições de ensino privadas ou comunitárias			suas necessidades de permanência atendidas e consequentemente, concluírem seus cursos de forma satisfatória.
34	D 2013 Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais UFSM	Memórias universitárias: representações sobre o programa de assistência estudantil da Universidade Federal de Santa Maria RS Graziela da Silva Motta	Investigar representações e memórias de estudantes, ex-alunos e autoridades administrativas da UFSM, a respeito do programa de assistência estudantil, com o intuito de reconhecer os diversos olhares daqueles que o fomentaram e também dos que o vivenciaram.	Universidade Federal de Santa Maria RS	investigação de cunho qualitativo, utilizou-se de referências bibliográficas, documentais, bem como de pesquisa de campo	À guisa de conclusão, pode-se observar que a defesa da memória política dos entrevistados é fundamento de suas identidades enquanto grupo que lutou por autonomia e representação frente aos administradores da Universidade. Isto, porque os conflitos políticos que compuseram as representações dos dirigentes e dirigidos estão permeados de críticas ideológicas, visto que há uma doutrina política e partidária consolidada e claramente difundida por parte dos estudantes que participaram das entidades políticas da UFSM
35	D 2012 Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira	A política de assistência estudantil e a contrarreforma universitária: estudo sobre o programa de moradia universitária na Universidade Federal do Ceará - UFC	compreender a relevância desse programa na trajetória da assistência estudantil como direito social adquirido, observando a relação entre as necessidades reais dos estudantes e os	Universidade Federal do Ceará - UFC		Os estudos desenvolvidos apontam que a sistematização de uma política nacional de assistência estudantil ocorreu muito tardiamente no País e atestam a importância da luta

		Mônica Josiane Coelho Viana	serviços oferecidos pelo Estado.			organizada dos estudantes.
36	D 2015 Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço Social	A contradição das classes sociais presente no ensino superior: considerações sobre assistência estudantil Kleber Rodrigo Durat	Analisar as ações de assistência estudantil previstas no (PNAES) e seus impactos na diminuição da evasão acadêmica na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), campus de Francisco Beltrão, com a implantação do Programa Bolsa Permanência da UTFPR.	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	Por meio de pesquisa bibliográfica, levantamento de informações em leis, decretos, portarias e principalmente levantamento de dados junto aos cadastros dos estudantes e o sistema informacional da UTFPR	contribuíram para a permanência na UTFPR e para a diminuição da evasão no campus de Francisco Beltrão.
37	D 2019 Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação	A política pública de assistência estudantil: uma análise sobre a contribuição do benefício da residência universitária para a permanência na UFPB Fábio Danilo Rolim de Lima	Analisar a contribuição do benefício da residência universitária no que diz respeito à permanência com sucesso dos estudantes da graduação presencial do Campus I da Universidade Federal da Paraíba.	UFPB	Trata-se de um estudo abordado sob o enfoque qualitativo, de viés exploratório, que utiliza como técnicas as pesquisas bibliográfica e documental.	Nossa pesquisa apontou que a residência universitária da UFPB foi significativamente contributiva para 87% (oitenta e sete por cento) dos investigados. Ademais, foram propostas algumas ações aos gestores da instituição, visando aprimorar o desempenho acadêmico e a permanência com sucesso dos discentes assistidos.
38	D 2018 Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR Universidade Federal do Tocantins Palmas	Juventudes: interfaces entre educação e trabalho no programa Auxílio Permanência da Universidade Federal do Tocantins Ana Lúcia Pinto da Silva Lino	Compreender as expectativas dos jovens beneficiários do programa com relação aos temas educação e trabalho.	UFT	pesquisa qualitativa-quantitativa	Os resultados desta pesquisa ratificam esta informação, apontando que os jovens beneficiários do PAP têm buscado cada vez mais a assistência estudantil, porém, em razão do alto percentual de estudantes na condição de vulnerabilidade social e da desproporcionalidade e de recursos para este fim, muitos não são contemplados com o auxílio e acabam evadindo da universidade.
39	T 2015	A política de assistência estudantil da UFF em duas faces: a institucionalidade	compreender a institucionalidade da Política de Assistência Estudantil da UFF	Universidade Federal Fluminense UFF	recorremos a análise documental de fontes primárias e secundárias produzidas no	Na análise das perspectivas dos estudantes quanto à solicitação de recursos da

	PPG EM SERVIÇO SOCIAL	dos processos e as perspectivas da demanda estudantil Giselle Pinto	neste novo contexto de expansão e reestruturação da Universidade.		âmbito da UFF e de outros órgãos governamentais, bem como da análise de dados quantitativos e qualitativos coletados junto à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES/UFF)	instituição destacamos discursos e representações que ressaltam o acesso às bolsas como parte de um projeto universitário, um direito social à educação ou ainda um auxílio em resposta a necessidades decorrentes da sua condição social, que extrapolam os objetivos imediatos de sua permanência no ensino superior.
40	D 2012 Programa de Pós-Graduação em Serviço Social UERJ	O processo de trabalho do(a) assistente social na universidade pública: análise da política de assistência estudantil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro Cristiane Queiroz Leite Carvalho	Analisar as particularidades do trabalho do(a) assistente social na universidade pública brasileira.	UERJ	Pesquisa documental e entrevistas semi-estruturadas realizadas com as profissionais da UERJ que atuam com ações de assistência estudantil, as novas configurações e particularidades para o processo de trabalho do(a) assistente social neste contexto.	Os principais resultados dessa pesquisa apontaram que existem diferentes processos de trabalho nos quais se inscreve a atividade do(a) assistente social e esses processos são organizados a partir da função política, ideológica e econômica do Estado no formato da prestação de serviços sociais. Apesar da existência de uma Política Nacional de Assistência Estudantil PNAES, a prática da Assistência Estudantil no âmbito estadual encontra limites para a sua operacionalização e apresenta necessidade de articulação com outras Políticas, que devem ser apreendidas a partir de uma noção ampliada de Assistência Estudantil.
41	D 2017	Políticas públicas e desenvolvimento: limites e possibilidades na materialização da assistência estudantil no	explicitar e analisar elementos relativos às limitações e às potencialidades na materialização desta política na Instituição, considerando a	UNIPAMPA e demais IFES da metade Sul do Rio Grande do Sul	optou-se pelo método dialético crítico como abordagem epistemológica, principalmente por ponderar a contradição inerente	Unipampa atende a todos os eixos do PNAES mediante as ações executadas; que há convergência na atuação das IFES da Metade Sul na implementação das

	Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional	contexto da UNIPAMPA Melissa Welter Vargas	referida normativa legal.		à realidade pesquisada, oportunizando a reflexão crítica em torno desta. A estratégia metodológica utilizada foi a análise documental e bibliográfica, considerando o cunho exploratório e descritivo da investigação, cuja abordagem foi essencialmente qualitativa.	ações e benefícios para a permanência dos estudantes; entre estas IFES, há algumas disparidades no percentual investido em cada ação institucional e algumas diferenças nas ações de apoio pedagógico e de atendimento em saúde.
42	D 2020 Programa de Pós-Graduação em Educação Modalidade Profissional	Para além do acesso: a permanência dos estudantes participantes da política de assistência estudantil na Universidade de Brasília: realidade e perspectivas Flávia Alves da Silva	Avalia ainda a importância da implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) para garantir com que os estudantes que chegam com nova bagagem no universo acadêmico superior tenham oportunidade de concluir com êxito seu curso.	Universidade de Brasília - UnB	A pesquisa é de base qualitativa e de estudo de caso, realizada com estudantes residentes na Casa do Estudante Universitário (CEU) da UnB, e investiga, sob a ótica dos estudantes, os fatores que interferem em sua permanência na Universidade	Acredita-se que o referido programa atuará no sentido de prevenir as situações que geram extrapolação de tempo nos programas e na Universidade, bem como estabelecerá a ideia de atuação em rede para dar conta das situações já instaladas e que têm levado a processos de retenção e evasão.
43	T 2019 Programa De Pós-Graduação em Psicologia	A assistência estudantil como estratégia de combate à evasão e retenção nas universidades federais: um recorte do semiárido potiguar Mônica Rafaela de Almeida	Analisar a assistência estudantil como estratégia de combate à evasão e retenção nas universidades federais, tendo como recorte o semiárido potiguar. Especificamente, pretendeu-se analisar o impacto do processo de implantação do PNAES na UFRSA na configuração atual das ações de assistência estudantil; avaliar a efetividade do PNAES na UFRSA a partir da análise da oferta e demanda por assistência estudantil; discutir a participação dos discentes no	Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)	Os dados foram categorizados e analisados tendo como inspiração os pressupostos teóricos do materialismo histórico dialético: totalidade, contradição e mediação.	Percebeu-se algumas limitações do PNAES: ações focalizadas; recursos, equipes e infraestrutura insuficientes e pouca participação dos estudantes no gerenciamento, planejamento e avaliação das ações. No entanto, mesmo diante dos limites, constatou-se que a assistência estudantil teve muitos avanços após 2007 e esta tem contribuído para garantir a permanência e a conclusão da graduação de muitos estudantes.

			planejamento e avaliação do PNAES e analisar a assistência estudantil enquanto estratégia de permanência.			
44	D 2011 Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná	Entre frágeis e durões: efeitos das políticas de assistência estudantil nos modos de subjetivação dos estudantes da Universidade Federal do Paraná Jardel Pelissari Machado	Investiga os efeitos de sentido envolvidos nos processos que produzem identidades e modos de subjetivação possíveis a estudantes universitários de baixa renda participantes de programas que têm como finalidade ampliar suas condições de permanência na universidade.	Universidade Federal do Paraná – UFPR	Assim, optamos por tratar dessa temática, principalmente, a partir da fala dos próprios estudantes e não somente por documentos oficiais. Para tal, realizamos entrevistas individuais, com dez estudantes, e grupos focais, com outros seis (em dois grupos), com base na perspectiva dialógica.	Para os estudantes participantes da pesquisa, a bolsa que recebem ora é significada como direito dos alunos que não têm condições de se manterem na universidade, ora como benefício que, ou os deixa em situação de desigualdade para com os demais, ou exige a comprovação de mérito em forma de atividades a serem desempenhadas.
45	D 2016 Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional Universidade Federal de Alfenas	As políticas de assistência estudantil na Universidade Federal de Alfenas: uma avaliação das ações no campus de Varginha entre 2009 e 2015 Natália Caixeta Soares	Verificar se as ações promovidas pelo Programa de Assistência Estudantil da UNIFAL – MG tem garantido a permanência dos estudantes de baixa renda do campus de Varginha.	UNIFAL – MG campus de Varginha	pesquisa documental, entrevista junto ao setor responsável pela assistência estudantil e aplicação de questionários junto aos alunos beneficiados com ações de assistência estudantil	Os resultados mostraram que o Programa de Assistência Estudantil implementado pela UNIFAL - MG é fundamental para a permanência dos estudantes beneficiados do campus de Varginha e apesar desta política estar contribuindo para mantê-los na universidade, alguns pontos precisam ser revistos e melhorados para atender de forma mais ampla as demandas para a permanência dos estudantes de baixa renda.
46	D 2019 Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação	Política de assistência estudantil na Universidade Federal da Paraíba e os critérios para concessão do auxílio Restaurante Universitário no Campus I	Analisar os processos de seleção do auxílio estudantil Restaurante Universitário (RU) no campus I da UFPB	UFPB	Trata-se de uma pesquisa documental com abordagem qualitativa de análise documental e de dados quantitativos.	A pesquisa concluiu que os critérios acrescentados pela PRAPE tiveram pouca relevância nas desclassificações dos candidatos ao auxílio RU, uma vez que o motivo documentação incompleta foi o responsável mais

	da Educação UFPB	Hélio Pereira da Mota Silveira				expressivo nas desclassificações.
47	D 2013 Programa de Pós- Graduação o stricto sensu em Educação Universid ade Estadual do Oeste do Paraná UNIOEST E	Permanência na educação superior: uma análise das políticas de assistência estudantil na Universidade Federal da Fronteira Sul UFFS Andressa Benvenuti Radaelli	Analisar a assistência estudantil na educação superior pública.	UFFS	Como base de pesquisa, além da investigação bibliográfica, foram aplicados questionários aos alunos matriculados na UFFS Campus Realeza e atendidos pelo programa de bolsas e auxílios desenvolvidos pela universidade no ano de 2012.	Os dados apresentados nos possibilitam compreender que a expansão do acesso não é somente garantir o ingresso na universidade, é necessário também gerar condições de permanência durante a vida acadêmica. Os resultados da pesquisa indicam que, das ações desenvolvidas nesse sentido, prevalecem programas que ofertam bolsas ou auxílios financeiros para subsidiar os gastos com moradia, alimentação e transporte e que, para esses estudantes, tal iniciativa é essencial para permanência na universidade e obtenção do diploma.
48	T 2019 Doutorado Serviço Social - FCHS	O trabalho do(a) Assistente Social na Assistência Estudantil: produção do conhecimento nos Programas de Pós- Graduação em Serviço Social da região Sudeste do Brasil Mireille Alves Gazotto	analisar as particularidades do trabalho do(a) assistente social na efetivação da política de assistência estudantil, a partir das produções de conhecimento das dissertações de mestrado e teses de doutorado dos Programas de Pós- Graduação em Serviço Social públicos da região Sudeste do Brasil.	Universidades Públicas Sudeste brasileiro		Os resultados revelaram que, nas produções pesquisadas, apesar da expansão dos espaços sócio- ocupacionais de trabalho do(a) assistente social nas instituições educacionais de Ensino Superior públicas, por meio dos programas governamentais - Programa de Reestruturação das Instituições Federais de Ensino Superior (Reuni) e a implementação da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES),

49	<p>D 2015</p> <p>Dissertação o Mestrado Profissional- Escola Paulista de Política, Economia e Negócios UNIFESP</p>	<p>Análise das políticas de permanência: estudo multicaso das Universidades federais do estado de São Paulo</p> <p>Flavia Patricia Pinto</p>	<p>Comparar a implementação das políticas de permanência nas três universidades federais do Estado: Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) e Universidade Federal do ABC (UFABC).</p>	<p>Universidades Federais do Estado de São Paulo</p>	<p>Estudo multicaso com levantamento de dados realizado em duas etapas: através de análise documental foram identificadas as características gerais das atuais políticas de permanência adotadas e, no segundo momento, foram realizadas entrevistas com os responsáveis pela gestão dessas políticas nessas universidades</p>	<p>é crescente o número de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica nas universidades; os recursos recebidos pelo PNAES, embora anualmente crescentes, são insuficientes para atender todas as ações previstas no programa federal; o gasto com alimentação é executado, total ou parcialmente, com recursos próprios das universidades, em virtude do seu elevado gasto e caráter universalizador; a gestão terceirizada dos restaurantes universitários não mostrou mais elevada do que a gestão própria</p>
50	<p>D 2016</p> <p>Programa de Pós- Graduação o em Gestão de Organizações Públicas</p>	<p>Análise do plano de permanência de estudantes da Universidade Federal do PAMPA</p> <p>Rafaela Rios</p>	<p>analisar as ações realizadas no Plano de Permanência da UNIPAMPA em termos de promover resultados quanto à permanência, evasão, retenção e conclusão dos alunos da instituição.</p>	<p>UNIVERSID ADE FEDERAL DO PAMPA</p>	<p>Estudo de caso, com uma abordagem qualiquantitativa, e de caráter exploratório- descritivo, com as seguintes fontes de evidências: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, observação participante e questionário.</p>	<p>Como resultados, verificou-se que não foram encontradas informações nos sites ou estas foram insuficientes sobre a forma com que as IFES avaliam suas ações de permanência, com vistas ao cumprimento do Decreto 7234/2010- PNAES, no que tange ao seu Artigo 5º, que estabelece que cabe às instituições federais de ensino superior fixar mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES .</p>
51	<p>D 2015</p> <p>Programa de Pós- Graduação o em Educação UFMT</p>	<p>Permanência na educação superior pública: o curso de Enfermagem da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Sinop</p>	<p>Analisa os fatores que determinam a permanência do estudante na educação superior pública, com ênfase no curso de Enfermagem do Campus Universitário de Sinop, Universidade Federal de Mato</p>	<p>Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Sinop</p>	<p>Tratou-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, em que a coleta de dados empíricos deu-se em dois momentos.</p>	<p>Conclui-se que a política de assistência ao estudante da UFMT preconiza o atendimento ao discente com vulnerabilidades socioeconômicas, disponibilizando, predominantemente, modalidades de</p>

		Juliana Cristina Magnani Primão	Grosso (UFMT), buscando identificar o perfil socioeconômico educacional desses concluintes e os fatores que se apresentam como ameaçadores da permanência no trajeto universitário			auxílio financeiro como suporte à permanência. Observa-se, em suma, a importância das ações institucionais voltadas à permanência, considerando as ações qualificadoras do ensino em geral, bem como o suporte financeiro.
52	D 2020 Programa de Pós-Graduação em Biociências e Saúde Universidade Estadual do Oeste do Paraná Cascavel	Assistência estudantil na Unila: critérios de acesso, perfil e permanência de brasileiros e estrangeiros entre 2014 e 2018 Silvana Rodrigues de Souza	Universidade Federal da América Latina (Unila)	analisar os critérios de acesso, o perfil e a permanência de brasileiros e estrangeiros atendidos pelo programa de AE da Universidade Federal da América Latina (Unila), no período de 2014 à 2018.	pesquisa quantitativa e descritiva Para a coleta de dados, realizada entre março e abril de 2019, utilizou-se fontes primárias e secundárias, como o cadastro socioeconômico, editais institucionais, atas de reuniões, planilhas de avaliação socioeconômica, informações retiradas do Sistema Integrado de Gestão da Unila, Plano de Desenvolvimento Institucional, além do banco de dados das seções de psicologia e de atenção à saúde da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis. Os dados coletados foram organizados em planilha Excel, compondo um banco de dados com informações de 1.778 estudantes	Os resultados evidenciam que os critérios de acesso à AE caracterizam-se como focal, seletivo e não universal
53	D 2021 Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde - PPGPS UEPB	Saúde mental e estratégias de enfrentamento de universitários no contexto da pandemia de Covid-19 Carla Jesus de Carvalho	Campus III UEPB	analisar a saúde mental e as estratégias de enfrentamento adotadas por estudantes universitários acompanhados pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) do	Trata-se de dois estudos empíricos, um de caráter qualitativo e outro, quantitativo	Com base nestes resultados, é possível concluir que o contexto da pandemia e do ensino remoto repercutiram negativamente e de modo indubitável nas vivências e na saúde mental dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica

				Campus III, da UFPB, no contexto de Covid-19		acompanhados pelo PNAES.
54	D 2018 Programa de pós-graduação em Administração Pública em Rede Nacional	Análise e proposições do processo de avaliação socioeconômica na Universidade Federal da Grande Dourados Rafael Camolez Moreira	Analisar o processo de avaliação socioeconômica na UFGD no período de 2013 a 2016 e as práticas utilizadas nas outras IFES.	Universidade Federal da Grande Dourados UFGD	A metodologia utilizada no trabalho foi a pesquisa descritiva e documental para análise do tempo entre o ingresso e o recebimento da primeira bolsa e utilizou-se de abordagens quantitativas e qualitativas para análise dos dados.	Os resultados demonstraram que o processo requer revisão e os procedimentos precisam ser aprimorados, de modo que potencializem a efetividade da política de assistência estudantil na instituição.
55	T 2017 Programa de Pós-Graduação em Administração UFSC	Política de permanência em uma universidade pública popular: compreendendo os clamores de acadêmicos em situação de vulnerabilidade socioeconômica Marcelo Recktenvald	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)	compreender os reflexos do processo de inclusão de estudantes com vulnerabilidades socioeconômicas sobre a formulação das políticas de permanência na UFFS.	O método de estudo se desenvolveu a partir do paradigma interpretativista, epistemologia que admite múltiplas vozes dos sujeitos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa aplicada, descritiva, focada nas histórias de vida dos estudantes e seus clamores pela permanência, relatadas no estilo literário proposto por Michael Watts e Robert Stake.	Como resultado do estudo, percebeu-se que a política de acesso e permanência da UFFS convergiu do isolamento não antagônico para uma confluência integrativa. As vulnerabilidades socioeconômicas consideram o conjunto de incertezas e riscos quanto à permanência, que podem ser agravados ou atenuados. As maiores vulnerabilidades estão no campus de Laranjeiras do Sul.
	D 2020 Pós-Graduação em Serviço Social	A assistência estudantil no contexto da "reforma" do ensino superior público no Brasil: um estudo da assistência estudantil da UFS a partir da implantação do PNAES Maria Rosângela Albuquerque Melo	Verificar se houve mudanças na assistência estudantil na PROEST, após institucionalização do PNAES na UFS. SE	Universidade Federal de Sergipe UFS SE	Estudo bibliográfico e documental, com ênfase na dimensão quali-quantitativa, de caráter exploratório e descritivo, norteado pelo materialismo histórico-dialético	Ocorreu uma evolução na assistência estudantil na UFS
	D 2016 Pós-graduação em Gestão Pública	PNAES: uma análise da implementação da política de assistência estudantil no Instituto Federal de	Analisar a trajetória da implementação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e	IFB	utilizando-se como método o estudo de caso exploratório descritivo de natureza qualitativa e pesquisa documental. A	Os resultados apontaram que a Política de Assistência Estudantil no Instituto está disseminada em

		Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília Elisangela Marcia Cruz dos Reis	Tecnologia de Brasília		coleta de dados foi realizada por meio de entrevista e documentos institucionais, estruturada em duas dimensões de análise: Implementação da política de Assistência Estudantil na nova Gestão Pública e Política orçamental.	todos os campi, sem significativas diferenças nos objetivos e público-alvo. Durante sua implementação, que ocorreu a partir de 2011, os principais problemas apontados foram o desconhecimento da Política pelos próprios implementadores e insuficiência de pessoal.
	D 2020 Programa de Pós-Graduação o em Educação	A assistência estudantil no IFPR (2015-2019): avaliação da efetividade o PNAES... Marinez de Carvalho	Analisar a implementação do PNAES no IFPR, a luz do decreto nº 7234/2010 e, a partir da experiência do campus Palmas, avaliar a efetividade dos programas do PNAES (PACE, PEA, PIBIS e Monitoria) entre os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, no que se refere a permanência e conclusão do curso, no período de 2015 a 2019	IFPR	Este estudo possui natureza qualitativa e metodologicamente compreende uma pesquisa documental.	Em relação a efetividade do PNAES, no que se refere a permanência e conclusão do curso entre os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o programa demonstrou ser efetivo nos dois quesitos, pois todos os critérios apresentaram resultados positivos entre os estudantes assistidos pelo programa, proporcionalmente os percentuais de estudantes ativos e concluintes foi maior entre os estudantes assistidos pelo PNAES, enquanto os evadidos, transferidos e com matrículas trancadas foi menor.
	D 2017 Programa de Pós-Graduação o em Educação	Assistência estudantil como política de permanência na UFPB Larissa Cavalcanti de Albuquerque	realizar uma análise da política de assistência estudantil na UFPB, a partir da instituição do PNAES, e sua contribuição para a permanência dos alunos contemplados.	UFPB	A metodologia fundamentou-se na perspectiva crítico-dialética, recorrendo à abordagem qualitativa do tipo estudo de caso. utilizamos a análise de conteúdo	O resultado da pesquisa confirma a necessidade da assistência estudantil como fator de justiça redistributiva, uma vez que existem estudantes que não possuem condições econômicas de manter-se na universidade pública sem o apoio do Estado. Tal política, de caráter residual se faz permeada de

						conflitos e tensões, em face disparidade entre a redução de recursos para políticas de educação superior no contexto neoliberal e as necessidades dos segmentos sociais subalternizados.
37	D 2018 Programa de Pós Graduação em Gestão Pública p/ o Desenvolvimento do Nordeste	Programa de Assistência Estudantil na UFRPE: percepção dos discentes beneficiários Lilian da Silva Brito	analisar a política de assistência estudantil na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), campus Sede, a partir da percepção dos discentes beneficiários sobre as ações e estratégias desenvolvidas pela instituição, para a devida permanência no curso de graduação.	UFRPE	como processo metodológico, a pesquisa bibliográfica, adotando a abordagem quanti-qualitativa. Na primeira etapa, buscou-se conhecer o perfil dos estudantes demandantes das políticas de assistência estudantil na Universidade, vinculados ao Programa de Apoio ao Discente, por meio dos dados estatísticos entre o período de 2014 a 2016.	os resultados das análises dos dados permitiram compreender como a política de Assistência Estudantil tem influenciado na permanência (ou não) desses discentes.
60	D 2014 Serviço Social: Políticas Públicas - Democratização do Ensino	Políticas públicas educacionais: uma análise sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil no contexto da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM Mireille Alves Gazotto	Analisar a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES, decreto nº 7.234, de 19/07/2010) e identificar as condições de acesso e permanência dos discentes atendidos na ProACE, setor de Serviço Social	Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM	A metodologia foi pautada na pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo.	Os principais resultados foram o conhecimento das políticas públicas educacionais no contexto das políticas educacionais de cunho neoliberal, o momento de reestruturação das universidades federais, a necessidade dos auxílios para a permanência dos discentes nesta IFES e, ao mesmo tempo, o desconhecimento da PNAES, enquanto direito, do público da assistência estudantil.
63	D 2013 PPG EM SERVIÇO SOCIAL	Assistência estudantil e o seu papel na permanência dos estudantes de graduação: a experiência da Universidade	Tem enfoque particular na percepção dos estudantes moradores da residência estudantil acerca dos programas	Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ	A pesquisa, de natureza qualitativa, foi desenvolvida com estudantes inseridos no programa de moradia que ingressaram na	Os resultados obtidos indicam que os programas de assistência estudantil existentes na UFRJ têm grande importância para a permanência dos

	PUC-RJ	Federal do Rio de Janeiro Rosélia Pinheiro de Magalhães	existentes na universidade destinados a apoiar a permanência dos discentes nos cursos de graduação.		universidade no ano de 2009. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com 8 estudantes.	estudantes em condição de desigualdade social e econômica. Apontam também para a necessidade de ampliação tanto quantitativa quanto qualitativa dos diversos serviços que compõem os programas de assistência estudantil.
74	D 2020 Programa de Pós-Graduação em Serviço Social Universidade Estadual do Oeste do Paraná Toledo	As condições sócio-ocupacionais do assistente social na assistência estudantil: uma análise a partir da realidade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) Thiane Cristina Bavaresco	Analisar as condições sócio-ocupacionais do assistente social na Assistência Estudantil a partir da realidade da UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	Esta pesquisa é de natureza qualitativa, caracterizada como documental, bibliográfica e de campo, sendo esta última realizada mediante a aplicação de questionário enviado via correio eletrônico, composto de perguntas abertas e fechadas,	As reflexões tecidas permitiram compreender que as condições para o exercício profissional dos assistentes sociais têm sofrido o impacto do processo de reestruturação produtiva e do neoliberalismo, o que incide diretamente na subjetividade destes trabalhadores, causando problemas nas condições de vida do trabalhador, como o adoecimento.
47	T 2017 Programa de Pós-Graduação em Educação UFPE	Assistência estudantil e inclusão social: mudanças discursivas e recontextualização no caso do IFRN Thalita Cunha Motta	Analisar os discursos da política de AE do IFRN no contexto dos processos de transformação institucional e da política nacional de educação, entre os anos 2000 e 2015.	UFRN	Estudo de caso. Adotamos os aportes teórico-metodológicos da abordagem do Ciclo de Políticas de Stephen Ball e da Análise do Discurso Crítica de Norman Fairclough, com um corpus construído principalmente de análise documental, observações e entrevistas	O PNAES favoreceu o reconhecimento da AE enquanto política educacional no IFRN e contribuiu para a formalização de critérios de atendimento prioritário aos mais vulneráveis.
79	D 2017 Programa de Pós-Graduação em Serviço Social Universidade Estadual do Oeste do Paraná Toledo	Acesso e permanência estudantil na Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Realeza-PR: uma equação possível? Aline Juliana Scher	Analisar se após o acesso à Universidade, os programas de Assistência estudantil têm conseguido garantir a permanência e a conclusão de curso dos acadêmicos da Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Realeza.	Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Realeza.	A pesquisa caracteriza-se como estudo de caso e utiliza como técnicas a pesquisa bibliográfica e documental.	A investigação evidenciou que grande parcela dos estudantes permanecem na instituição. Se somados os índices de permanência e conclusão de curso, observa-se que os resultados têm sido positivos. No entanto, a taxa de retenção é alta, o que permite concluir que os

						objetivos elencados pelo PNAES e o Programa de Auxílios socioeconômicos da UFFS têm sido alcançados parcialmente.
55	D 2018 Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	Análise da efetividade da política de assistência estudantil do Instituto Federal do Ceará Campus Iguatu, na garantia das condições de permanência no ensino superior Sandy Andreza de Lavor Araújo	analisar as condições de permanência ofertadas pela política de assistência estudantil no IFCE campus Iguatu aos estudantes dos cursos superiores do período de 2011 a 2015, considerando a perspectiva dos gestores, profissionais e estudantes que compõem diretamente as dimensões da gestão, planejamento e avaliação da referida política.	Instituto Federal do Ceará – IFCE - Campus Iguatu		Observou-se que a taxa de permanência dos beneficiários do Programa de Auxílios Pecuniários de todos os cursos analisados, Serviço Social (79,5%), Química (68,7%) e Irrigação e Drenagem (60,2%) é superior à taxa de permanência dos não beneficiários, 35,4%, 25,4% e 14,2% para os mesmos cursos. Além disso, percebeu-se a inexistência de planejamento e avaliação sistemáticos, bem como de um processo de participação e controle social na política de Assistência Estudantil no IFCE campus Iguatu,
90	D 2018 Programa de pós-graduação estudos interdisciplinares sobre a universidade de UFBA	Os impactos da política de assistência estudantil no rendimento acadêmico dos discentes do Instituto Multidisciplinar em Saúde, Campus Anísio Teixeira da Universidade Federal da Bahia Márcia Cristina Carvalho Ferreira Costa	Universidade Federal da Bahia	Analisar as relações existentes entre as políticas de assistência estudantil e o desempenho acadêmico do aluno.	Pesquisa, de cunho quali-quantitativo, por meio de fontes secundárias existentes no arquivo do Serviço Social da UFBA	Concluiu-se que no IMS a Política de Assistência Estudantil é desenvolvida através dos auxílios financeiros para moradia, alimentação, transporte e creche, necessitando assim que sejam desenvolvidas atividades para alcançar todas as orientações do PNAES nas áreas de atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte e acesso, participação e aprendizagem de alunos com deficiência.

87	D 2018 Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas – Gespol	Programa de Bolsa Permanência – uma avaliação das possibilidades para a conclusão do ensino superior do estudante vulnerável na UFT/Campus de Gurupi <u>Rebeca Vasconcelos Fernandes</u>	UFT/Campus de Gurupi	Avaliar as ações de assistência estudantil referentes à implantação do Programa de Auxílio Permanência do Campus de Gurupi	A pesquisa foi desenvolvida em uma abordagem quali-quantitativa.	A assistência estudantil constitui-se num apoio fundamental para a permanência dos estudantes com vulnerabilidade socioeconômica e sinalizam que o Auxílio Permanência atinge parte dos propósitos para os quais foi criada, considerando a maioria dos bolsistas que participaram da pesquisa, pois o programa impacta diretamente para a permanência destes na instituição.
----	---	---	----------------------	--	--	---

TRABALHOS EXCLUÍDOS DA SELEÇÃO

Nº	AUTOR	JUSTIFICATIVA
01	ROSÂNGELA MORBECK	IF
02	JACQUELINE JESUS	IF
03	JADSON ALMEIDA	IF
04	ELISÂNGELA MÁRCIA	IF
05	EVELISE DIAS	IF
06	MARINEZ CARVALHO	IF
07	ELIENE ALMEIDA	IF
08	BRUNA MUSSIO	ALIMENTAÇÃO NO PNAES
09	ROSANA DILLY	ESPORTE NO PNAES
10	JACQUELINE DOMIENSE SOUZA	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
11	ANA LUIZA TAUFICK	IF
12	CLEFRA GUEDELHO	IF
13	JOSIELA CAVALHEIRO	IF
14	CARLOS EDUARDO SILVA	ENSINO MÉDIO
15	DAMIÃO NOEL ROCHA	IF
16	MARCELO HENRIQUE PEREIRA	ALIMENTAÇÃO NA AE
17	THALITA CUNHA MOTTA	IF
18	DANIELA CASTILHO	IF
19	RAQUEL CAMPOS OLIVEIRA	IF
20	SANDY ARAÚJO	IF
21	DIEGO DE MORAIS BATISTA	ACESSIBILIDADE NA AE
22	THIANE BAVARESCO	TRABALHO DA AS
23	GISELA DE BARROS MENDONÇA	IF
24	ANDRÉA PINTO PARENTE	IF
25	AMANDA SILVA BELO	TRABALHO DA AS
26	JULIANA FERREIRA DE QUEIROZ	IF
27	LUCIANA DE GOIS TEIXEIRA	IF

28	MÁRCIA PEREIRA DE OLIVEIRA	IF
29	LETÍCIA DE SOUZA SCOTELANO	ALIMENTAÇÃO NA AE – RU
30	EDNA MARIA ABREU	IF
31	PHILIPPE DE FARIA GREY	IF
32	MAQUELI ELIZABETH PIVA	IF
33	MARICÉLIA CARVALHO LEITE	IF
34	ELIZA MARTA FERREIRA	IF
35	MICHAEL WANDERSON BARROS	UNIVERSIDADE PRIVADA
36	DANIELA GALDINO COSTA	ALIMENTAÇÃO E QV
37	RAUL SÉRGIO REZENDE	GESTÃO NO ES
38	LUIZ FRANCISCO BORGES	POLÍTICA DE ACESSO SISU
39	EDUARDO VIEIRA FERRAZ	IF
40	CAMILE CEZAR	IF
41	MICHELLI APARECIDA DAROS	IF